Edição Porto • Ano XXXI • n.º 10.926 • 1,30€ • Terça-feira, 24 de Março de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

NELSON GARRIDO

Estado de emergência deixou a cidade vazia: Ponte Luiz I, no Porto

Estado paga 100 euros por teste da covid-19 aos privados

Multiplicam-se os centros de testes, muitos são parcerias entre laboratórios privados, autoridades de saúde e câmaras • António Costa diz que há capacidade para realizar 30 mil testes por dia • Muitas famílias vivem em casas onde o isolamento é impossível • Outras estão a fugir para o interior • Eurogrupo discute hoje emissões conjuntas de dívida • Indústria já está a mandar trabalhadores para casa **Destaque, 2 a 23 e Editorial**

Marcelo não vê travão ao metro de Lisboa no OE

Presidente promulgou o Orçamento do Estado. "Recomendação" sobre linha circular não impede Governo de a concretizar **p28**

Morreu uma das últimas grandes vedetas do cinema europeu

Com uma carreira com mais de meia centena de filmes, Lucia Bosè trabalhou com autores como Fellini e Antonioni. Tinha 89 anos **p37**

Venda de bens penhorados rende 1,6 mil milhões de euros

Em menos de quatro anos, portal da Ordem dos Solicitadores vendeu 16 mil bens, de carros a casas, penhorados **p30**

PUBLICIDADE

idealista

O portal imobiliário líder em Portugal

ISSN-0872-1556

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Pandemia começa a abrir portas a mutualização de dívida na Europa

Crise económica que atinge todos por igual está a tornar possível aquilo que parecia impossível até há poucas semanas: uma maior partilha de riscos na emissão de dívida na zona euro

Governos preparam-se para discutir, no Eurogrupo liderado por Mário Ce

Ainda não está decidido, mas a possibilidade de a zona euro avançar para um modelo de mutualização de dívida, uma hipótese até há poucas semanas considerada impossível de concretizar, está agora em cima da mesa das negociações como resposta de emergência à crise trazida pelo novo coronavírus, com economistas de vários quadrantes a defenderem a solução e países antes muito reticentes a não fecharem as portas à ideia. Hoje, no Eurogrupo, esta questão vai ser debatida.

A mudança de cenário acontece numa altura em que se multiplicam, um pouco por toda a Europa, as previsões de quebra abrupta das economias. E aquilo que Europa tem para apresentar no que diz respeito à resposta da política orçamental é, quase exclusivamente, responsabilidade de cada um dos países.

O principal contributo dado até agora por Bruxelas acaba por ser a decisão — ontem confirmada pelos Governos — de suspender a aplicação das regras orçamentais europeias, com o objectivo de dar liberdade aos países para, nesta fase, adoptarem medidas de reforço da despesa e de redução das receitas, sem terem de se preocupar, por exemplo, se estão a colocar o seu défice acima da barreira dos 3% permitida pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O problema é que, mesmo sem a ameaça das sanções previstas nas regras europeia, se os países da zona euro deixarem derrapar as suas contas durante a crise (o que parece estar a ser assumido por todos), vão acabar sempre por ter de se endividar nos mercados para financiarem os défices. E isso, principalmente para os países como Portugal em que o rácio da dívida no PIB já é muito alto, pode significar que terão de viver no futuro sobrecarregados com encargos ainda mais pesados com juros, para além de ficarem ainda mais permeáveis a crises de acesso aos mercados.

É aqui que entra a ideia de se avançar para uma mutualização da dívida. O que isto significa, dentro dos diversos modelos possíveis, é fazer com que o financiamento dos Estados seja obtido através de emissões conjuntas de dívida, facilitando o acesso dos Estados em maiores dificuldades ao financiamento, reduzindo os custos associados e limitando os encargos para o futuro.

Mudança de tom

Emissões conjuntas de dívida são, para muitos economistas, uma condição indispensável para um bom funcionamento de uma união económica e monetária, mesmo em condições normais. No entanto, na zona euro, aos apelos dos países do Sul para que tal aconteça, os países do Norte, liderados pela Alemanha, têm respondido que não estão ainda reunidas as condições para esse tipo de partilha de riscos, argumentando igualmente que se poderia estar a premiar os comportamentos orçamentais mais irresponsáveis.

A pandemia está, no entanto, a transformar o tom deste debate. Durante os últimos dias, vários economistas, líderes de governo e governadores de bancos centrais têm vindo a defender variados modelos de partilha de risco na obtenção de financiamento. E os Governos preparam-se para discutir, no Eurogrupo liderado

por Mário Centeno, propostas que parecem apontar nesse sentido.

O que mais impressiona nos apelos ouvidos agora é que estes vêm de vários quadrantes. Se não surpreende que um grupo de economistas mais à esquerda — onde se inclui o francês Thomas Piketty ou o português Francisco Louçã — tenha defendido esta segunda-feira que "em vez de termos cada Estado-membro a emitir a sua dívida (...) o Conselho Europeu emita um *Eurobond* comum", pode-se considerar pouco habitual que economistas como Francesco Giavazzi, Dirk Schoenmaker ou Clemens Fuest, num comunicado com outros economistas, tenham defendido que o Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE) abra imediatamente linhas de crédito aos diversos Estados-membros para garantir que estes "mantêm os seus esforços, mas tornando os seus custos com o crédito menos dependentes da sua situação financeira individual".

Entre os líderes de Governo, da Itália e de Espanha, os países até agora mais afectados pelo vírus, são aqueles que, publicamente, já vieram defender a emissão comum de dívida, os chamados *eurobonds*, que neste caso estão a receber a designação de *coronabonds*. Pedro Sánchez, presidente do Governo espanhol, em entrevista ao *Financial Times*, alertou para a necessidade de uma "resposta europeia", defendendo a emissão de títulos de dívida comum para financiar os Estados da zona euro.

Nos bancos centrais, a ideia tem também diversos apoiantes, incluindo a presidente do BCE, Christine Lagarde. O governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, sugeriu num artigo de opinião publicado na Reuters, que o MEE realize emissões a

JULIEN WARNAND/EPA

nteno, propostas que parecem apontar para a mutualização da dívida

muito longo prazo de títulos de dívida (os chamados *coronabonds*), com os fundos a serem entregues aos Estados de acordo com as suas necessidades, sendo depois a dívida amortizada ao longo dos anos através do Orçamento da UE (das contribuições de todos os países). Haveria uma completa partilha dos custos pelos diversos Estados-membros e, assim, os países mais afectados veriam o efeito na sua dívida ser fortemente mitigado.

Do lado dos países habitualmente mais reticentes, ainda não há apoios expressos a uma mutualização da dívida. Ainda assim, na semana passada, Angela Merkel não fechou a porta à ideia, afirmando mesmo que o seu ministro das Finanças iria participar na discussão.

Aquilo que faz com que as opiniões relativamente a este tema sejam agora diferentes das prevalecentes durante a última crise da zona euro é que, no presente caso, o choque negativo que atingiu as economias e as contas públicas está a ser sentido em todos os países quase por igual. É um choque simétrico, em que o argumento muitas vezes usado na anterior crise de que uma mutualização premiaria os mais irresponsáveis do ponto de vista orçamental não pode ser utilizado. Todos os países estão a ser forçados – perante as previsões assustadoras de quebras nas economias – a lançar estímulos orçamentais.

Em Portugal, as notícias apresentadas, assume o próprio ministro das Finanças, torna possível a necessidade de um orçamento rectificativo, num cenário em que surgem estimativas a apontar para quedas no PIB que, no cenário mais "leve", podem chegar aos 4,5%. Neste cenário de grande incerteza, uma partilha de riscos pode soar bem a mais capitais.

Para já, esta terça-feira, irá ser debatida no Eurogrupo a atribuição de um papel ao MEE nesta crise. A proposta com mais hipótese de vingar é o MEE accionar linhas de crédito para todos os países, o que permitiria também que o BCE pudesse fazer compras de dívida dos países com mais dificuldades nos mercados. A partilha de riscos existe, mas num grau bastante menor do que a sugerida, por exemplo, por Carlos Costa.

sergio.anibal@publico.pt

Há empresas que decidiram mandar os trabalhadores para casa sem invocar qualquer figura jurídica

Isabel Tavares
Dirigente da Fesete

Indústria já está a mandar trabalhadores para casa até ao fim de Abril

Victor Ferreira

A empresa Coindu, que produz têxteis para automóveis das marcas Porsche, Seat e Lamborghini em duas fábricas nos concelhos de Arcos de Valdevez e de Famalicão, vai colocar 2300 trabalhadores em *layoff*. É a primeira grande empresa a recorrer ao mecanismo simplificado aprovado pelo Governo para permitir a suspensão temporária de contratos de trabalho, diz Francisco Vieira, dirigente da União de Sindicatos de Braga.

Fonte do Governo confirma que não havia até agora conhecimento de outros casos de *layoff* em empresas de grande dimensão como a Coindu. Nesse universo, só a indústria automóvel enveredou pela paragem total. Mas nem PSA, nem Autoeuropa, nem Renault Cacia nem Salvador Caetano (Mitsubishi no Tramagal) recorreram ao *layoff*. Porém, o primeiro-ministro António Costa admitiu ontem à noite, em entrevista ao canal TVI, que o recurso ao *layoff* durante esta crise pode custar ao Estado até 1000 milhões de euros por mês.

Na Coindu, são 2300 pessoas que ficam em casa até 27 de Abril, segundo disse a empresa aos trabalhadores. Vão receber dois terços do salário-base, com 70% pago pela Segurança Social, conforme determinam as regras. A medida abrange as duas fábricas da Coindu em Portugal, a do distrito de Viana do Castelo, onde produz para Porsche e Seat (do grupo Volkswagen), e a do distrito de Braga, onde serve a Lamborghini (controlada pela Audi, também do grupo VW) e a Mini (detida pela BMW).

Para o Governo, o recurso a este mecanismo que permite suspender contratos ou reduzir a jornada laboral durante a crise é uma forma de proteger o emprego. Aliás, já depois de avançar com a medida, António Costa fez saber que quem despedir deixa de poder beneficiar do *layoff*.

Não se sabe, porém, se todos aqueles que dispensaram já trabalhadores a contrato deixam de ter acesso. Na Maia, uma grande empresa de componentes de automóveis já prescindiu de cerca de 80 trabalhadores que tinham sido contratados desde Janeiro. É a filial de uma multinacional que recentemente tinha investido na expansão da fábrica e que, segundo o PÚBLICO, apurou, também poderá aplicar um *layoff* aos funcionários do chão de fábrica.

"Situações muito diferentes"

Para Francisco Vieira, mais preocupante é a dispensa ou interrupção sem regras. No mesmo dia em que se soube da Coindu, os trabalhadores de uma conhecida lavandaria têxtil, no concelho de Guimarães, depararam-se com um aviso na porta, informando-os que estariam "de quarentena" em casa até 6 de Abril. Isto mesmo foi confirmado por um dos trabalhadores desta empresa, que tem 650 pessoas ao serviço.

Isabel Tavares, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (Fesete), diz que no terreno se encontram "situações muito diferentes", algumas no limite da legalidade. "Há empresas que decidiram mandar os trabalhadores para casa sem invocar qualquer figura jurídica. Os donos decidiram suspender a laboração dizendo que, depois, logo se vê", exemplifica.

Empresas estão a lidar com os trabalhadores de várias formas

Francisco Vieira refere que há situações mais graves, com "pressão" sobre trabalhadores, que acabam por ceder "com medo", na imposição de férias antecipadas – uma medida que pode violar a lei, como o PÚBLICO explicou quando noticiou que há empresas a recorrer às férias para se tentarem salvar. "Aquilo a que estamos a assistir causa-nos grandes preocupações", anota o dirigente.

Na ronda feita por estes quatro distritos, que integram a região mais industrializada do país, há uma excepção, que se chama Ovar, no distrito de Aveiro. Por causa do cerco sanitário imposto pelas autoridades, há "milhares de trabalhadores em casa", lembra Isabel Tavares da Fesete, mas cujos direitos estão por agora protegidos. Durante 15 dias, têm 100% do salário garantido. Mas tendo em conta o que já disse o Governo (que deu o segundo trimestre como economicamente perdido), e o exemplo da indústria que já manda trabalhadores para casa até ao final de Abril ou início de Maio, os industriais de Ovar têm uma espécie de bomba-relógio nas mãos.

Com a indústria automóvel europeia suspensa, é natural que sejam os sectores a montante e a jusante os primeiros a sofrer com essa travagem a fundo. "Quem tem bancos de horas ou mecanismos de flexibilidade está a recorrer a eles", sublinha a dirigente da Fesete. A avaliar pelo que disse António Costa à TVI, o pior cenário, com destruição de emprego, ainda não chegou à indústria. Os pedidos para despedimentos colectivos são muito reduzidos até agora, garantiu.

À mesma hora, o ministro da Economia, Siza Vieira, deixava mais uma reunião da Concertação Social. À saída, voltou a falar das as medidas de apoio. E apontou para Junho como a altura ideal para falar de um programa de retoma para as empresas.

voferreira@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Criado um *kit* de diagnóstico português

Kit foi acreditado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Usa reagentes fabricados em Portugal e, dentro de poucos dias, o instituto que o criou espera fazer 300 testes por dia

Teresa Firmino e Teresa Sofia Serafim

A investigadora Maria Manuel Mota, directora do Instituto de Medicina Molecular (IMM) da Universidade de Lisboa, começou a aperceber-se de que os testes de diagnóstico (vindos do estrangeiro) do novo coronavírus acabariam por se esgotar em Portugal. "Começámos a pensar: como cientistas, como é que podemos ajudar? Podemos usar *kits* e reagentes que temos em Portugal e que achamos que não vão esgotar-se com facilidade", conta. Juntou então um grupo de voluntários do seu instituto usando reagentes fabricados no país e seguindo a "receita" da Organização Mundial da Saúde para os *kits* de diagnóstico. Resultado: dentro de poucos dias, o IMM deverá começar a fazer 300 testes por dia e a ideia é chegar aos mil.

Não foi necessário criar um laboratório novo – a palavra aqui é "adaptação". A tecnologia usada é a mesma que já é vulgarmente aplicada no IMM na investigação do parasita da malária. E os reagentes, muito importantes durante todo o processo, já são produzidos cá para essa tecnologia. O *kit* já foi acreditado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Insa), o laboratório de referência em Portugal para a realização dos testes. Aliás, a quantidade e qualidade de reagentes disponíveis para estes testes foi um problema nos Estados Unidos.

A tecnologia do IMM tem duas fases: a extracção do material genético (neste caso, do vírus) e depois a detecção desse material genético. "O *kit* tem os reagentes para fazermos as misturas todas", diz Maria Mota. Tanto a parte da extracção do material genético como da sua detecção.

A primeira fase da tecnologia já validada, depois de comparada a forma de extracção do material genético no *kit* do IMM e a do Hospital de Santa Maria (em Lisboa), de onde vieram as amostras. Por exemplo, comparou-se o grau de pureza do material extraído e se estava em boas condições. Agora está-se na fase de validação da segunda parte do processo – a detecção, ou leitura, do material genético do vírus, seguindo as orientações da OMS para se detectar os alvos genéticos da amostra que permitem identificar casos positivos de SARS-Cov-2.

Entre ontem e hoje, Maria Mota adianta que vão fazer-se testes reais a dez amostras para comparar, desta vez, com os resultados do Insa. Vão usar-se as mesmas amostras, que serão processadas ao mesmo tempo, para verificar se o *kit* de diagnóstico português chega aos mesmos resultados do que o Insa. A partir daqui, o *kit* estará pronto para começar a ser utilizado em diagnósticos.

"Esperamos daqui a uns três dias fazer diagnósticos. No início, prevemos 300 por dia, depois 500 e esperamos chegar aos mil", refere Maria Mota, conhecida investigadora na área do parasita da malária e que em 2013 ganhou o Prémio Pessoa. Os resultados de um teste, acrescenta, demoram cerca de duas a três horas.

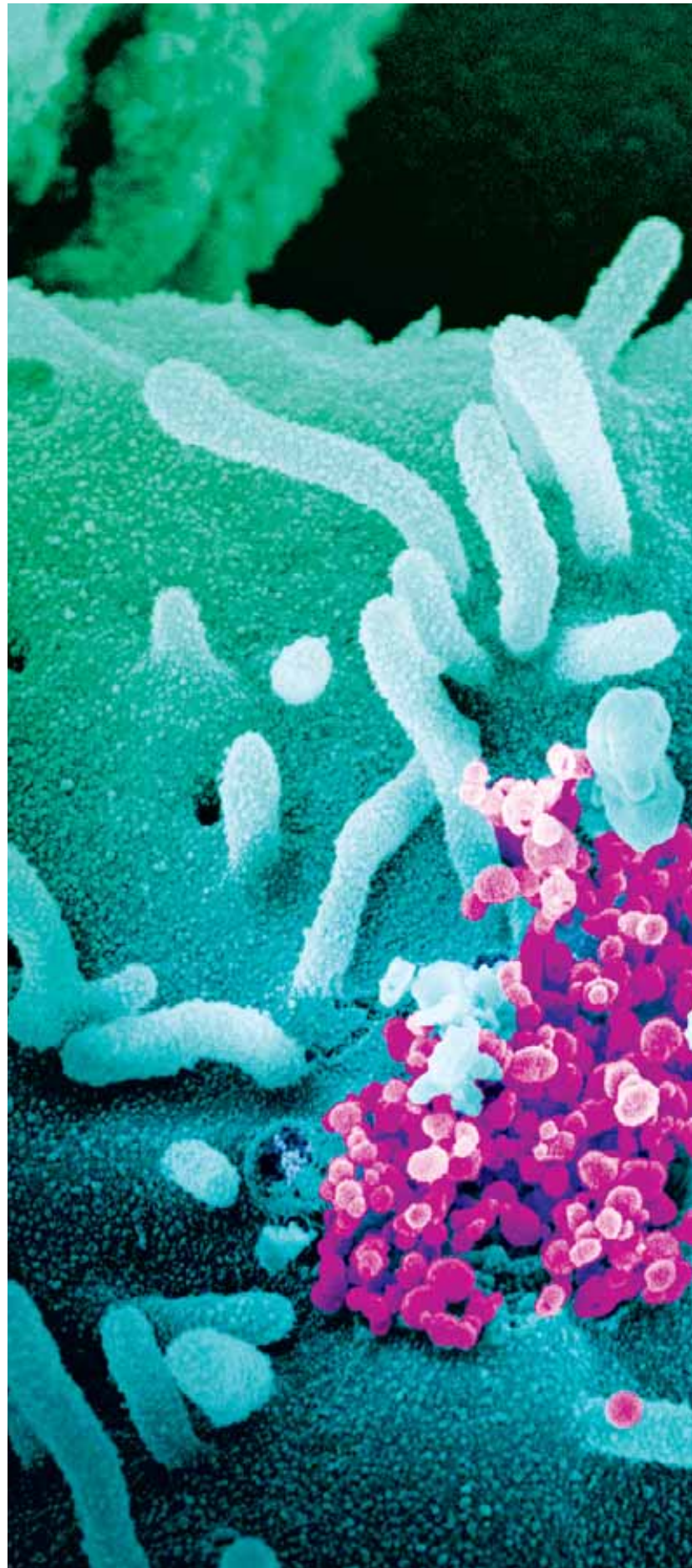
E quanto custa o teste? E quem o paga? Para o IMM, a preocupação agora não é se alguém vai pagar os testes, uma vez que o objectivo é contribuir com mais testes, adiantou ainda Inês Domingues, directora do gabinete de comunicação do IMM. "Cada teste custa, em termos de reagentes e outro material, à volta de 30 euros, sem contar com os recursos humanos, que são totalmente voluntários."

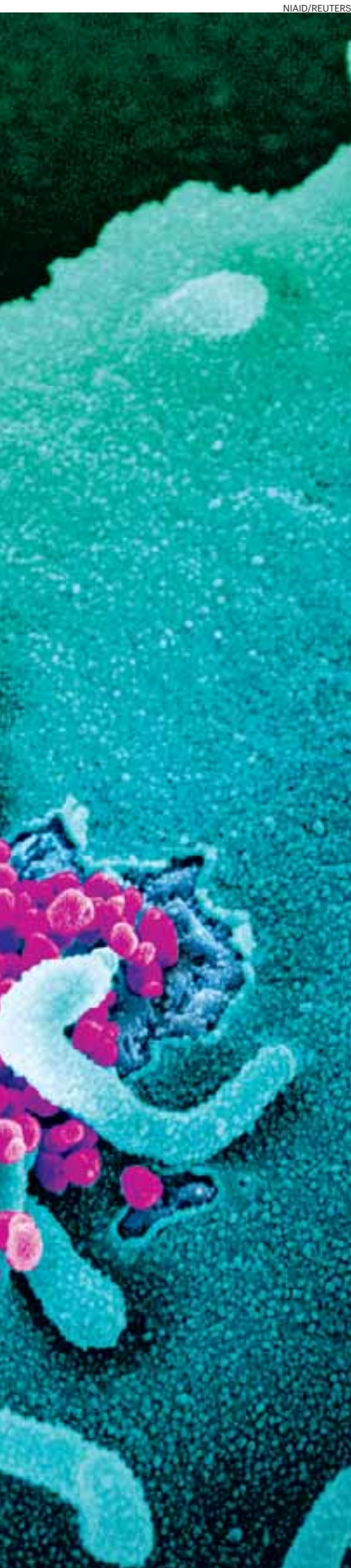
Tudo começou há pouco mais de uma semana (a 12 de Março), quando Maria Mota perguntou a Vanessa Zuzarte Luís, investigadora do IMM, se gostaria de liderar o grupo: "No dia seguinte, ela deitou as mãos à massa, fez o planeamento e começou a recrutar voluntários. Temos 37 voluntários a trabalhar diariamente."

Três alvos procurados

O teste genético para o SARS-Cov-2 não demorou muito tempo até ser criado. Logo em Janeiro, cientistas na China sequenciaram o primeiro genoma completo do coronavírus, o que tornou possível desenvolvê-lo.

Para o teste, recomenda-se que as amostras biológicas sejam do tracto respiratório superior, referiu ao PÚBLICO Raquel Guiomar, responsável pelo Laboratório Nacional de Referência para o Vírus da Gripe e Outros Vírus Respiratórios do Insa. "São retiradas células da zona posterior das fossas nasais (exsudado da nasofaringe) e da zona posterior da garganta (exsudado da orofaringe)."

E o que se procura? Rute Matos guia-nos nesse processo. "A nossa informação genética está guardada numa molécula que se chama ADN", introduz a investigadora do Laboratório de Controlo da Expressão Génica do Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa, em Oeiras. "O ADN é como se fosse um grande livro que é composto por diferentes genes. Portanto, compararemos esses genes a frases desses livros."

O novo coronavírus SARS-Cov-2 (a magenta) a sair de uma célula

NIAID/REUTERS

No caso do SARS-Cov-2, a informação genética não vem da molécula de ADN, mas sim da de ARN. "Este ARN é muito parecido com o ADN e, se falarmos nesta história das palavras, o ADN usa quatro letras para escrever todas as palavras do seu grande livro: A, G, C e T", explica a cientista. Simplificando, em vez de um T, o ARN vai usar um U. "Além de outras diferenças ao nível mais químico, isso faz com que seja uma molécula mais instável, ou seja, dure menos tempo", frisa. "Enquanto conseguimos ter o ADN em laboratório vários anos e podemos ter à temperatura ambiente, o ARN temos de ter muito mais cuidado porque facilmente se começa a partir aos bocadinhos."

Para detectar o vírus, tem-se usado a técnica reacção em cadeia da polimerase (PCR), uma espécie de máquina fotocopiadora de zonas específicas do ADN. Nesta técnica, em que se usa uma máquina designada "termociclador", começa por transformar-se o ARN da amostra recolhida em ADN através da enzima transcriptase reversa, que os vírus de ARN usam para multiplicarem a sua informação dentro das células. Depois, usam-se pequenas moléculas de ADN que são iguais a zonas pequeninas do ADN do vírus para multiplicar milhares de vezes genes específicos.

Neste caso, e como se conhece o genoma do SARS-Cov-2, vai procurar-se três alvos de dois genes. "Utilizamos três alvos do genoma viral que garantem uma elevada especificidade e sensibilidade dos testes para a detecção do SARS-Cov-2", diz Raquel Guiomar, assinalando que se detectará o gene E e dois alvos do gene RdRp. Rute Matos esclarece que os genes E e o RdRp vão ser multiplicados pela PCR e detectados na amostra.

Quando se encontram os tais alvos, quer dizer que o vírus está presente na amostra, ou seja, o teste deu positivo. Se foi negativo, podem ter acontecido duas coisas: ou o vírus não está presente ou o número de cópias do vírus é tão baixo que não foi detectado. Raquel Guiomar indica que se faz a confirmação dos resultados do diagnóstico laboratorial "sempre que um teste seja inconclusivo". Nestes casos, o teste é repetido e/ou é pedida uma nova amostra. "Um doente com um teste negativo para covid-19 só deverá ser reavaliado se clinicamente se justificar, nomeadamente para doentes internados em que ocorra um agravamento da doença", informa, acrescentando que o teste demora cerca de cinco horas.

Testes rápidos e anticorpos

Nos últimos dias, diferentes equipas de cientistas têm anunciado que também estão a desenvolver testes mais rápidos para a covid-19. No sábado, a empresa norte-americana Cepheid anunciou que a FDA (a agência norte-americana para a saúde e alimentação) aprovou um teste rápido de PCR que terá resultados em 45 minutos. Já cientistas da Universidade de Oxford (Reino Unido) disseram que desenvolveram *kits* de detecção rápida com resultados em cerca de meia hora. E uma equipa da Universidade de Montreal recebeu luz verde dos Institutos Canadianos de Investigação em Saúde para testar um dispositivo que terá resultados "em minutos". Este teste poderá indicar se a amostra tem anticorpos contra o coronavírus.

Raquel Guiomar esclarece que, por agora, os testes rápidos disponíveis no mercado são sobretudo para detecção de anticorpos. Podem ser feitos através de uma amostra de sangue (mas não mostram bem se o doente está infectado, apenas que contactou com o vírus). "A sua utilização numa fase inicial da infecção tem pouco valor, o seu uso deverá ser em complementaridade aos testes de PCR", afirma. Mas a detecção de anticorpos pode ser útil na avaliação da imunidade adquirida após a infecção, avaliação de profissionais de saúde com protecção para este vírus ou para estudos epidemiológicos. "O seu desempenho e utilização [dos testes para detecção de anticorpos] está ainda em avaliação pelas entidades internacionais que coordenam a vigilância das doenças infecciosas."

"Esperamos daqui a uns três dias fazer diagnósticos. No início, prevemos 300 por dia, depois 500 e esperamos chegar aos mil", diz Maria Mota, directora do Instituto de Medicina Molecular

teresa.firmino@publico.pt
teresa.serafim@publico.pt

Não podemos apagar o fogo em todos os sítios ao mesmo tempo

Filipe Froes
Médico pneumologista

"Não temos testes para todos, isso é irrealista"

Andrea Cunha Freitas

O director-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou, na semana passada, o apelo com a mensagem-chave "testar, testar, testar," lembrando que aplicar medidas restritivas (como o isolamento social) sem garantir acesso a testes não chega para travar a pandemia da covid-19. "Não é possível combater um incêndio de olhos vendados", avisou Tedros Adhanom Ghebreyesus. O pneumologista Filipe Froes concorda, mas sublinha: "Não podemos apagar o fogo em todos os sítios ao mesmo tempo." É preciso hierarquizar de acordo com as nossas capacidades, defende o especialista, acrescentando que, nesta fase, o cenário ideal com "testes para todos" em Portugal "é irrealista".

Numa fase inicial, os testes eram realizados apenas no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Insa) e depois nos hospitais públicos com laboratórios capacitados para a tarefa. Mais tarde, com o aumento do número de casos e das cadeias de transmissão, os critérios para validar um caso suspeito foram alargados. Enquanto isso, as autarquias – com as administrações regionais de saúde – redobraram esforços e foi até aplicada uma inédita resposta no terreno em algumas cidades com a instalação de "centro de rastreio para covid-19 em modelo *drive thru*".

Ontem, António Lacerda Sales, secretário de Estado da Saúde, avançou que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem, neste momento, capacidade para realizar 2500 testes diários e que os serviços de saúde privados para outros 1500 testes. "Existe uma capacidade em stock entre público e privado de cerca de 20 mil testes", garantiu na conferência de imprensa de ontem das autoridades de saúde. Na mesma sessão, a ministra da Saúde, Marta Temido, disse que estão a realizar um "conjunto de contactos" com várias entidades e a procurar fazer "uma aquisição de testes significativa" que permita "um maior folgo" aos serviços de saúde. O bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, defende, no entanto, que o número de testes feitos por dia tem diminuído nos últimos dias – oscila entre 1800, 1900, quando antes era mais de dois mil – "o que não permite ter uma ideia da verdadeira dimensão dos infectados".

Em declarações ao PÚBLICO, o pneumologista Filipe Froes resume: "O que devemos fazer tem de ser adaptado com o que temos e com a nossa capacidade de resposta. Não vale a pena dizer que vamos testar tudo quando não temos testes para todos." Assim, o coordenador do gabinete de crise da Ordem dos Médicos para a covid-19 sublinha que, neste momento, é inevitável "priorizar". E no topo das prioridades coloca a despistagem de doentes com critério de internamento. É fundamental, diz, separar os casos da covid-19 nos internamentos hospitalares e, desta forma, prevenir uma perigosa contaminação cruzada. "A meu ver, a prioridade será nos doentes com critério de internamento para identificar as áreas dedicadas à covid e não covid", insiste.

Também é essencial vigiar outros locais "onde existam doentes ou população de risco aglomerada", como os lares de idosos. Temos ainda de "testar os casos com maior probabilidade de ser positivos de acordo com sintomas". Mais do que isso, conclui Filipe Froes, "é irrealista".

O especialista sublinha que o tempo de resposta também é decisivo. "Não posso testar um indivíduo num hospital para ter um resultado dois dias depois. Alguns hospitais queixam-se de que as respostas demoram mais de 24 horas, o que significa que temos zonas cinzentas, com doentes misturados, demasiado tempo. Corremos o risco de contaminar muita gente", alerta.

com Alexandra Campos

acfreitas@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Estado paga 100 euros por teste aos privados

Apesar de estarem a abrir todos os dias centros de rastreio, número de análises realizadas nos últimos dias desceu. No domingo, ficava abaixo dos dois mil, menos de metade do que o Governo dizia ser a capacidade

Mariana Oliveira

O Estado está a pagar 100 euros por cada teste para detectar a infecção pelo novo coronavírus aos laboratórios privados com quem possui acordos. Isso mesmo foi confirmado ao PÚBLICO por responsáveis de dois dos três laboratórios que estão a trabalhar para as autoridades públicas de saúde. Duas administrações regionais de saúde, a de Lisboa e a do Norte, recusaram-se a precisar o valor, apenas referindo, esta última, que o montante pago é o mesmo para todos os parceiros.

Desde a quarta-feira passada que têm estado a abrir em todo o país vários centros de testes da covid-19, a maior parte dos quais parcerias entre laboratórios privados, câmaras e autoridades regionais de saúde (ARS). No entanto, uma grande parte das análises que estão a ser realizadas nestes centros e em instalações privadas dos próprios laboratórios são pagas pelos particulares que são obrigados a desembolsar entre 100 e 150 euros para saber se estão infectados com o novo coronavírus.

Isto porque para fazerem os testes gratuitamente os utentes têm que ser encaminhados pela Linha de Saúde 24, cujos problemas de congestionamento têm sido amplamente denunciados, ou pelos centros de saúde. Neste último caso, contudo, é necessário que a suspeita da covid-19 seja validada por uma linha de apoio aos médicos, que também tem funcionado com muitos constrangimentos.

Ontem de manhã o secretário de Estado da Saúde, António Sales, precisou que havia capacidade para realizar 4000 testes por dia: 2500 no SNS e 1500 no privado. Ao fim do dia, o primeiro-ministro garantia que o país tinha capacidade para realizar 30 mil testes por dia. "Temos neste momento condições para fazer dez mil testes no sector público e vinte mil no sector privado. Estão encomendados 280 mil testes rápidos. Esta semana, chegarão 80 mil", explicava António Costa. O que nenhum dos governantes disse é que os testes que de facto estão a ser realizados ficam muito aquém dessa capacidade e que, apesar do alegado reforço neste âmbito, o número de exames realizados até diminuiu nos últimos dias. Os dados dos boletins diários da Direcção-Geral da Saúde permitem concluir que no domingo foram testadas 1895 pessoas, menos 33 do que no dia anterior. Na sexta-feira, tinham sido 2122.

O professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Manuel Santos Rosa, não estranha que assim seja. O médico, que está envolvido no lançamento do segundo centro de testes totalmente público (o outro abriu em Faro no domingo), em Coimbra, explica que quando há epidemias novas é normal que a capacidade de resposta para detectar a nova infecção seja baixa, o que obriga a restringir os critérios de análise. "À medida que aumenta a capacidade de resposta, os mecanismos de validação vão-se ajustando", acredita.

Santos Rosa considera positivo que Portugal tenha comprado testes rápidos, mas não ignora "as fragilidades" deste método que detecta os anticorpos que o organismo fabrica contra a covid-19. O médico Germano de Sousa, administrador de um dos três laboratórios de análises que estão a trabalhar com o Estado, considera a compra destes testes uma falácia. "Isto é vender gato por lebre. Os anticorpos só surgem no organismo oito dias após o início da doença", sustenta. Antes disso, a pessoa pode estar doente mas o teste não detecta.

O primeiro centro de rastreio a ser lançado foi o do Porto, uma parceria entre a ARS do Norte e a multinacional Unilabs, que contou com o apoio da câmara local. Na quarta-feira, na abertura do centro, no Queimódromo, os parceiros do projecto reforçaram a mensagem quanto à finalidade do centro: o alívio da pressão existente no SNS. O autarca da cidade, Rui Moreira, aproveitou para falar directamente aos cidadãos do Porto. "Não devem vir para cá, devem-se inscrever através do SNS, são eles quem faz triagem e foi essa a articulação feita também com a ARS-Norte." O mesmo foi enfatizado pelo CEO da Unilabs Portugal, Luís Menezes, ex-deputado do PSD e filho do antigo líder social-democrata.

Os dois omitiram, contudo, uma informação que agora o PÚBLICO confirmou: esse rastreio não é exclusivamente feito a doentes indicados pelo SNS. No site do laboratório é possível, mesmo através de um *chat* e em poucos minutos, fazer a marcação para ir ao Queimódromo do Porto pagando, para isso, 100 euros.

TIAGO LOPES

Centro de rastreio "drive thru" no Queimódromo, no Porto

Os centros coordenados pela Unilabs – além deste, esta rede de laboratórios tem espaços em Lisboa, Gaia, Braga e Viseu, estando a preparar a abertura de mais duas unidades – "estão abertos a públicos e privados", esclareceu fonte oficial da empresa, garantindo, no entanto, que atendem "preferencialmente" quem é referenciado pelo SNS. "Quando temos capacidade para fazer mais testes além desses fazemos. Mas a maioria é pública."

Uma realidade diferente é transmitida por Germano de Sousa. O antigo bastonário da Ordem dos Médicos explicou ao PÚBLICO ontem à tarde que nas 24 horas anteriores tinham sido realizadas pela sua empresa em todo o país perto de 500 testes à covid-19, pelo menos 300 dos quais pagos pelos próprios utentes. Germano de Sousa acredita que o número vai subir muito nos próximos dias já que apenas esta segunda-feira abriram duas unidades de rastreio na região de Lisboa, uma na Escola Básica Quinta dos Frades, no Lumiar e outra em Cascais.

Como explica a câmara do Porto o envolvimento num projecto que beneficia os portuenses mas também um laboratório privado? A autarquia garante que o seu envolvimento é apenas "logístico", com a disponibilização do espaço, não havendo "qualquer produção de despesa própria". Remetendo para a Unilabs e a ARS-N quaisquer esclarecimentos quanto à forma como "chegam [ao Queimódromo] os suspeitos de contágios", não esclarece se sabia que o centro ia também receber utentes com prescrições privadas: "O que sabemos e foi dito é que nenhum utente deveria ir sem estar referenciado, e que os suspeitos de contágio encaminhados pelo SNS não pagariam qualquer valor", responde o gabinete de comunicação.

mariana.oliveira@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, ?

Na radiologia de intervenção

Élia Coimbra

Os tempos são de mudança. Mudança que deve ser pensada e ponderada, mas sem dúvida exige urgência de decisão. A nossa falta de experiência em situações deste tipo não ajuda, mas aquilo que foi a recente experiência de outros serve-nos de linhas de conduta. Sabemos da nossa realidade, então o esforço é de conseguir aplanar a tão falada curva de infectados. Só assim teremos hipóteses de salvar mais gente, de dar reposta com o nosso querido SNS e com o apoio de todos os hospitais privados que temos no país. Disto já ninguém duvida.

Não estávamos nem estamos preparados, estamos todos a aprender e a necessitar da ajuda de toda a sociedade, cada um a fazer o papel que lhe é pedido. Assim, com a chegada dos doentes à Infecciologia e Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital Curry Cabral, tomamos consciência de que nos tínhamos que organizar. E vieram as linhas mestras em circulares com decisões do conselho de administração, as pequenas reuniões no serviço, com as direções de área, todos a tentar organizar o hospital para receber os doentes que chegavam, quer suspeitos, quer confirmados e que iriam a curto prazo ser muitos mais. Os procedimentos e exames programados foram desmarcados, ficamos em situação de 24h/dia a receber os urgentes, a remarcar os restantes, a fazer consultas por telefone, a aprender a usar as barreiras de proteção individual, a tentar ver o que poderia ser no nosso caso teletrabalho. Para mim, o cenário é "de guerra": é importante confiar nas decisões de quem está a governar o centro hospitalar, cumprir e fazer cumprir as ordens/directrizes, colaborar com todos, enfim cada um ajudar para que o final possa ser feliz. Na nossa unidade, todos ajudaram a pensar as mudanças, fizeram-se escalas para evitar que estejamos todos juntos, pensando em que, se alguém ficar doente, haverá quem o substitua.

Somos apenas cinco médicos radiologistas de intervenção e cinco técnicos de radiologia que sabem trabalhar com o nosso equipamento Nexaris. O pessoal de enfermagem e assistentes operacionais, como também pertencem ao bloco operatório, tiveram a sua orientação própria. Os assistentes operacionais organizaram-se sob o comando da administradora da área. Sim, todos colaboraram e continuam a colaborar. Com uma casa cheia de filhos e um marido com algumas co-morbilidades, decidi ficar a viver estes tempos sozinha. Abençoados sejam todos os meios tecnológicos de que dispomos, porque assim uma mãe pode, mesmo à distância, governar uma casa, falar com toda a família, ao mesmo tempo e, o mais importante, olhar nos olhos aquele que mais ama. Pessoalmente, estou disponível para estar no hospital sempre que for necessário, para tratar os doentes que necessitem de procedimentos minimamente invasivos de radiologia de intervenção, sejam ou não positivos para covid-19, para cumprir aquilo que é mais do que a minha profissão: a minha missão. E a minha equipa está comigo, sem desistências. São uns heróis.

Coordenadora da unidade de Radiologia de Intervenção do CHULC

ISPUP, Inesc-Tec e PÚBLICO lançam Diários de Uma Pandemia

O Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP), o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência e o PÚBLICO lançam hoje o projecto Diários de Uma Pandemia e desafiam os leitores do jornal a participar na sua elaboração. O objectivo deste projecto é conceder ferramentas de trabalho aos cientistas para poderem avaliar, monitorizar e estudar os comportamentos dos portugueses no decurso da covid-19.

Os leitores do PÚBLICO são por isso convidados a registarem-se numa plataforma acessível no *site* do jornal ou em diariosdeumapandemia.inesctec.pt e responder a inquéritos diários que serão enviados pelos cientistas do ISPUP. As respostas são sujeitas a estrita confidencialidade e destinadas em exclusivo a tratamento científico.

"Neste momento decisivo da nossa vida em sociedade, em que enfrentamos a pandemia da covid-19 em Portugal, várias perguntas precisam de resposta urgente, nomeadamente para se poder compreender o curso da epidemia, a forma como afecta as nossas vidas, em que medida nos preparamos para o que está aí, mas sobretudo para saber como nos queremos organizar para o que virá depois da pandemia e para o que serão as epidemias do futuro próximo", explica Henrique Barros, director do ISPUP.

Essas perguntas implicam questões que "preocupam os cidadãos, os cientistas, os profissionais de saúde e os decisores políticos, nos vários níveis a que as decisões têm de ser tomadas", acrescenta o cientista que, com Raquel Lucas, vai liderar o projecto. Para esse efeito, "teremos um Conselho de Cidadãos integrando um variado conjunto de pessoas com as suas vivências, preocupações e olhares distintos, que nos ajudem a ler a informação que ao longo do tempo acumularemos e que nos ajudem a navegar o imenso conhecimento que vai ser gerado, pensando como nos revela o que vivemos e como contribuirá para novas perguntas e novas soluções".

MIGUEL MANSO

Leitores são desafiados a descrever o seu quotidiano

O dia-a-dia

Em concreto, é pedido aos leitores do PÚBLICO (e a todos os cidadãos) que "diariamente respondam a um pequeno conjunto de perguntas sobre isolamento e interacções sociais, recurso a serviços de saúde e comerciais, bem como ocorrência de sintomas ou doença confirmada". Uma vez por semana, "vamos também juntar uma breve avaliação do bem-estar". Para Henrique Barros e Raquel Lucas, "a evolução da pandemia depende de cada um de nós. A forma como cada cidadão, no seu dia-a-dia, se adapta ao risco de infecção e às políticas públicas de resposta é fundamental para determinar o curso da pandemia e o sucesso das estratégias de contenção ou mitigação". Por isso, "participar nesta investigação é um contributo que se partilha com toda a sociedade e, em última análise, um gesto solidário para com aqueles que nos são mais queridos".

Para lá do tratamento imediato dos dados fornecidos nas respostas e da sua influência no conhecimento da evolução da pandemia e da ajuda que o seu teor presta na definição de políticas de saúde pública, o projecto Diários de Uma Pandemia pretende também salvaguardar a memória destes dias. "É que a escrita descrevendo a pandemia, que cada um de nós faz através das respostas em que fornece – sinais da sua saúde física e das suas emoções – constitui depois de analisada uma voz singular nos seus tons múltiplos: a voz e a memória de nós como comunidade. A isso também se chama saúde pública", explica Henrique Barros.

Para Amílcar Correia, director adjunto do PÚBLICO e gestor deste projecto no jornal, o apoio a esta iniciativa "inscreve-se na nossa preocupação de acrescentar utilidade à informação que produzimos e de contribuir para que ajude na procura de respostas à crise sanitária que vivemos". O PÚBLICO, acrescentou, "está sempre aberto a cooperar com a ciência portuguesa em projectos que sejam do interesse dos cidadãos e este é, em concreto, particularmente importante dado o contexto que vivemos". **PÚBLICO**

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da pandemia

Gulbenkian cria fundo de emergência de 5 milhões
A Fundação Calouste Gulbenkian anunciou ontem a aprovação de um fundo de emergência com um montante inicial de cinco milhões. O fundo, "aberto a contribuições de outros doadores", é destinado a "reforçar a resiliência da sociedade" nas áreas de maior

Risco de transmissão na gravidez "é diminuto" mas "parece aumentar o risco de prematuridade"

Henrique Soares Director do serviço de neonatologia do Hospital de S.João, no Porto, onde nasceu o primeiro bebé de uma mãe com covid-19, diz que não há razões para alarme social quanto ao impacto do vírus na saúde materno-infantil

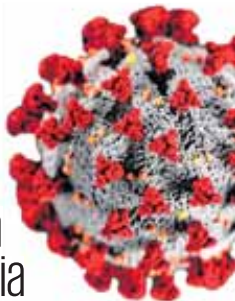
Entrevista
Natália Faria

As mulheres grávidas não são mais susceptíveis às consequências da doença covid-19 do que a população em geral, segundo o pediatra e neonatalogista Henrique Soares, director do serviço de Neonatologia do Hospital de São João, no Porto. Foi neste hospital que nasceu, no dia 17, o primeiro bebé de uma mãe infectada. Com um "duplo negativo" para o SARS-Cov-2, este bebé confirma o aparente consenso médico de que o risco de transmissão entre a mãe o bebé durante a gravidez e o parto é "praticamente inexistente". Não há até ao momento relatos de óbitos de mulheres grávidas. Ainda assim – entre divergências internacionais quanto ao protocolo a seguir quanto à amamentação – há uma convicção que começa a consolidar-se na comunidade científica: o vírus parece acarretar um maior risco de parto pré-termo.

O que sabemos sobre o risco de transmissão do SARS-Cov-2 entre mãe e bebé durante a gravidez e no parto?

A realidade parece demonstrar, e a Sociedade Portuguesa de Neonatologia publicou um protocolo neste sentido, que a probabilidade de transmissão do vírus, seja na gravidez seja através do leite materno, é baixa ou inexistente. Quando falamos do risco de amamentar, falamos do risco inerente a tudo o que envolve a amamentação, por causa do contacto entre mãe e o bebé. Mas aqui há algumas controvérsias. A sociedade de neonatologia italiana aceita que se amamente com cuidados de isolamento via aérea e luvas, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) produz uma recomendação no sentido de se poder amamentar, sendo que convém não esquecer que a OMS produz recomendações para todo o mundo e que a amamentação pode ter um papel do ponto de vista nutricional diferente consoante a área geográfica. Mas a realidade neste momento é que os protocolos mais proteccionistas dizem que se deve manter a estimulação da amamentação com extracção de leite [combomba] enquanto a mãe é positiva e os protocolos mais liberais dizem que se poderá amamentar, desde que a mãe infectada tenha os cuidados de isolamento. Como tudo isto é novo, tentamos que haja bom senso. No caso do primeiro bebé que tivemos com mãe "positiva", e como toda a família estava infectada, optou-se por manter o bebé à guarda do hospital por uns dias.

A decisão de o manter à guarda do hospital foi preventiva?

Foi uma decisão de cautela, também porque a mãe precisava de se sentir segura, isto é, levando o bebé para casa e querendo promover a amamentação, teria de haver medidas de isolamento em relação ao bebé que seriam mais fáceis de garantir no hospital. É normal que os pais sintam alguma insegurança neste aspecto, embora considere que, desde que bem instruídas, as pessoas serão capazes de o fazer. Agora, se houvesse casos em massa, provavelmente teríamos de investir nesta preparação dos pais para levar o

OMS diz que grávidas com sintomas "deviam ter prioridade" nos testes

Direcção-Geral da Saúde prepara orientação

A Direcção-Geral de Saúde (DGS) diz ter "neste momento em preparação uma orientação específica para as grávidas" para ajudar os hospitais a responder à pandemia. Mais célere, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou já algumas directrizes orientadoras, entre as quais defende que as grávidas com sintomas da doença deviam ter prioridade nos testes, dado poderem "precisar de cuidados especializados", apesar de, até agora, o vírus não ter sido encontrado nem no líquido amniótico nem no leite materno.

Lembrando não haver qualquer recomendação no sentido de o parto de grávidas infectadas ser feito com recurso a cesariana, a OMS recomenda ainda que as grávidas, incluindo as suspeitas de infecção ou infectadas, devem ver preservado o direito de terem um acompanhante durante o parto. Por cá, igual reivindicação motivou o lançamento de uma petição pública (perto de seis mil assinaturas, ao início da noite de ontem) apelando a que a DGS estabeleça um protocolo que reconfirme esse direito, já previsto na legislação, dado que "a presença de um acompanhante pode ser determinante num momento tão sensível como é o da gravidez e do parto". No momento, aparentemente as regras vão variando de hospital para hospital.
Natália Faria

actuação da fundação: Saúde, Ciência, Sociedade Civil, Educação e Cultura. Na área da Saúde, o esforço vai para o reforço da "primeira linha do combate ao vírus", com apoios a nível do material de protecção, equipamento médico, detecção e diagnóstico e ainda na área da sensibilização e apoio à população.

Teste a passageiro português deu positivo
Um dos passageiros portugueses que desembarcaram de um cruzeiro, no domingo, em Lisboa, teve teste positivo à Covid-19, avançou ontem a directora-geral da Saúde, que adiantou entretanto que o homem vai ser novamente testado.

500

António Costa revelou que o Governo pagou, no domingo, cerca de 9,3 milhões de euros à China por 500 ventiladores.

Hospitais de Coimbra fazem as próprias peças de protecção
Cinco costureiras do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, em Coimbra, e uma do Centro Hospitalar e Universitário estão a confeccionar peças de protecção para profissionais de saúde. Já produziram 450 botas e 700 peças de protecção de ombros.

NUNO FERREIRA SANTOS

bebé para casa, sob pena de não conseguirmos gerir os casos todos.

Houve entretanto mais bebés nascidos de mães infectadas?
Não. Tivemos nascimentos de casos suspeitos. E, nestes casos, o protocolo é o mesmo até termos a certeza de que o resultado do teste laboratorial é negativo. Temos de ter dois testes negativos da mãe. E, enquanto não tivermos certezas em relação à negatividade da mãe, temos de manter o bebé no protocolo de isolamento como se ela fosse positiva. Do mesmo modo, os bebés são sujeitos a uma colheita [de material biológico] ao nascimento. Dos dois casos suspeitos que tivemos, um foi um parto prematuro em que nem sequer se pôs a questão do contacto entre a mãe e o bebé porque não havia condições clínicas da mãe, até percebermos que era uma situação de negatividade. No segundo, apesar de a probabilidade de infecção ser baixa, promoveram-se medidas de isolamento entre mãe e filho.

Que cuidados devem ter as grávidas?
Os cuidados são os mesmos que se aconselham à população geral: etiqueta respiratória, higienização das mãos e isolamento social. Não sendo obstetra, tanto quanto sabemos, a grávida não é doente de risco para a covid-19, cujos efeitos são iguais, esteja a mulher grávida ou não. Parece que esta doença pode associar-se ao aumento da prematuridade, mas este "parece" carece de dados mais robustos para se poder ter a certeza. Ainda assim, não podemos deixar de referir esta hipótese de a covid-19 poder associar-se ao aumento do risco de um parto pré-termo.

Quais são os pontos ainda controversos em relação à saúde materno-infantil?
A amamentação e os protocolos de isolamento total na relação entre o bebé e a mãe ao nascer. Os protocolos mais flexíveis promovem um isolamento no mesmo quarto, com equipamento de protecção individual para evitar o contágio por gotículas e com medidas de distanciamento da incubadora ou do berço em relação à mãe de pelo menos dois metros. Mas os protocolos vão graduando um pouco: se for possível, faz-se isto; se não for, faz-se aquilo. Claro que num cenário de muitos doentes pode não ser fisicamente possível garantir o ideal do ponto de vista clínico – acredito, aliás, que em Itália já está a acontecer isso. E, por outro lado, o ideal do ponto de vista clínico pode não ser o ideal do ponto de vista do estabelecimento da vinculação inicial entre o bebé e a mãe. Como há pouco saber estruturado sobre estes aspectos, estamos numa fase de alguma prudência na gestão das situações.

Por enquanto, Portugal está a optar por esta abordagem mais cautelosa?
Sim. Não há qualquer razão para alarme do ponto de vista social e é importante transmitirmos tranquilidade nesta área da mãe e do bebé, até porque não nos parece que esta vá ser a área que nos vai provocar os maiores danos. Quanto aos pontos que ainda são controversos, as situações têm sido geridas tendo em conta o bom senso e a segurança tida como necessária para cada situação em concreto.

nfaria@publico.pt

Não basta ter "covidários". É preciso vacinar crianças e continuar a tratar os outros doentes

Alexandra Campos

Médicos dizem ser necessária capacidade para responder a outras patologias. Ontem existiam 2060 casos confirmados

O que é que está a acontecer aos "doentes não covid", como já são conhecidos os pacientes que sofrem de outras patologias, agora relegadas para segundo plano devido à pandemia que está assustar o mundo? E o que está a acontecer com todas as outras tarefas de prevenção que não podem ser adiadas? É preciso continuar a vacinar as crianças e a acompanhar grávidas e isto não se pode fazer por telefone ou Skype.

Numa altura em que todos os holofotes estão focados na pandemia provocada pelo novo coronavírus – o último balanço epidemiológico, ontem divulgado, aponta para 2060 casos confirmados em Portugal, mais 460 do que no dia anterior, 23 mortes e 14 doentes que recuperaram – e muitas consultas e cirurgias não urgentes estão a ser adiadas, há quem lembre que as outras doenças não desapareceram. "Temos que manter a capacidade dos hospitais para responder às outras patologias. Há menos acidentes de viação, mas continua a haver enfartes, AVC [acidentes vasculares cerebrais] e hemorragias", observa Nídia Zózimo, médica que lidera uma equipa de urgência no Santa Maria (Lisboa) e que agora está transitoriamente afastada deste serviço devido à idade (tem 65 anos).

Há outro fenómeno que está a intrigar a médica, o dos doentes que deixaram de aparecer nas urgências, serviços cuja procura diminuiu substancialmente nas últimas semanas. "Tenho-me questionado: para onde foram?". Desde o início desta "crise" que a médica tem defendido que os hospitais deveriam ter criado áreas dedicadas, circuitos completamente separados apenas para os "doentes covid". Quando possível, os "covidários", como lhes chama, no caso dos doentes que não precisam de ventilação, deviam estar mesmo fora dos hospitais centrais.

"Há muito tempo que propusemos que houvesse hospitais dedicados apenas para estes doentes, lembra o bastonário da Ordem dos Médicos", Miguel Guimarães, aludindo à carta enviada para o Ministério da Saúde a 2 de Março, ainda antes de ser anunciado o internamento dos dois primeiros infectados pelo novo coronavírus. No domingo, a ministra da Saúde anunciou que os doentes com covid-19 vão passar a estar sempre separados dos outros pacientes e que não só os hospitais, mas também os centros de saúde, que terão que criar áreas dedicadas até quinta-feira.

Quanto às outras patologias, Miguel Guimarães concorda que é necessário continuar a pensar em todos os doentes, nomeadamente nos oncológicos e nos pacientes em estado grave que não podem esperar. Mas há patologias benignas que podem aguardar, frisa. Quem define quem pode ou não esperar? São os médicos, responde. "Se os doentes muitos prioritários devem ter resposta no máximo numa semana, os não prioritários podem aguardar três ou quatro meses. O que é mais ou menos urgente está definido em termos científicos e esse é um trabalho que os médicos terão que ir decidindo dia-a-dia", explica o bastonário.

É preciso continuar a vacinar as crianças

"O sistema de saúde não vai ficar igual depois disto", acredita o presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, Alexandre Lourenço. As consultas por telefone, *face to face*, via Skype, a utilização dos *e-mails*, enfim, todo o tipo de modelos que já hoje são usados, passarão a ser muito mais comuns, antecipa. Dá o exemplo do que já é feito através de aplicações, como o controlo de sintomas na doença pulmonar obstrutiva crónica e na insuficiência cardíaca. "Há muitas oportunidades que podem resultar desta crise", sintetiza.

Menos procura nas urgências

Quanto à procura dos serviços de urgência, observa que têm menos procura, porque as pessoas estão "com receio de ir aos hospitais". E, obviamente, as listas de espera para cirurgias e consultas vão-se agravar no futuro. Agora, têm que ser encontradas soluções para manter o acesso dos outros pacientes, afirma, frisando há aqui uma oportunidade para reestruturar e repensar a organização dos hospitais. Quanto à questão das áreas dedicadas, Alexandre Lourenço observa que, pelo menos nos grandes centros urbanos, será possível ter hospitais apenas para os casos mais graves de doentes com covid-19, enquanto, em simultâneo, podem ser organizadas unidades de internamento para pacientes de baixa complexidade.

Para que tudo isto seja operacionalizado, o Ministério da Saúde tem que pensar e planear "dois tipos de resposta, duas linhas paralelas". "Tem que estar preocupado com todo o sistema de saúde. Mesmo em alturas de crise, não podemos ter uma resposta desgarrada", sintetiza. É preciso não esquecer também que é necessário ter profissionais para assegurar as outras tarefas. Por enquanto, porém, só estão previstas a contratações para reforçar a resposta aos infectados pelo novo coronavírus.

acampos@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Há muitas famílias a viver em casas onde o isolamento é impossível

Três famílias contam como vivem este confinamento nas suas casas. Um sociólogo diz que a história desta pandemia também será marcada pelas desigualdades sociais Um psicólogo deixa mensagem de optimismo

Clara Viana

Ainda só temos em cima uma semana do confinamento imposto pela covid-19, mas já há quem esteja a descobrir que ter uma varanda pode ser uma espécie de salvação para estes tempos fora da rua. "É para onde vou quando sinto que estou a precisar de respirar", comenta Mafalda, 43 anos, técnica de higiene alimentar, que vive com o marido e dois filhos, de 10 e 13 anos, num apartamento de quatro assoalhadas pequenas na zona de Sintra.

As estatísticas disponíveis sobre a habitação em Portugal não permitem saber quantas famílias têm direito a este "luxo". Como também não dão informação sobre "a dimensão das casas e o uso que lhes é dado efectivamente", tornando apenas possível "uma visão muito global das famílias e dos alojamentos", alerta o sociólogo e professor Luís Baptista. Mais concretamente, especifica o também professor da Faculdades de Ciências Sociais e Humanas da UNL, com base nos dados existentes os "perfis habitacionais" da população portuguesa que se podem identificar acabam por ser "muito imprecisos".

Feita esta ressalva, vejamos o que as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) nos podem contar. Com base nos dados do Censos de 2011 e a ajuda do balanço das construções que, entretanto, foram sendo concluídas, o INE estima que, dos quase seis milhões de alojamentos existentes em Portugal, 43% dos alojamentos familiares em 2018 tinham três ou quatro assoalhadas (T2 e T3) e que só 18% iam além deste limiar.

O que as estatísticas também apontam é que cerca de 45% das famílias vivem com filhos. Seja em situação de conjugalidade (33,8%) ou de monoparentalidade (11%). E, por isso, muitas vezes nestes T2 ou T3, "não existem divisões vazias para criar condições ideais para acolher e isolar um dos seus membros", e mesmo quando estes agregados "vivem em casas maiores em que exista uma divisão extra, esta é usada como escritório, sala de arrumações, o que implica uma reorganização total da vida familiar", descreve Luís Baptista.

PAULO PIMENTA

"Não estamos habituados a estar tanto tempo juntos em casa. Estamos todos mais sensíveis, com os nervos à flor da pele"

Apesar de ter uma varanda, no apartamento de Mafalda, um T3, não sobra uma divisão por ocupar: têm a sala, o quarto do casal, o que é partilhado pelos seus dois filhos e um outro reservado para a enteada, que está frequentemente lá em casa. Têm também duas casas de banho, mas só numa é possível tomar banho. "Se um de nós apanhar esta porcaria, nem sei como vai ser", desabafa.

No seu apartamento de três assoalhadas (T2) em Lisboa, Paula (nome fictício), 45 anos (que trabalha na área da comunicação), já está a ser confrontada com o cenário de isolamento. O filho mais velho, de 19 anos, está a regressar de Inglaterra e pelas normas de prevenção deverá ficar isolado pelo menos duas semanas. Por isso deverá ficar a dormir no quarto dos pais, enquanto estes se mudarão para o quarto dos rapazes (o outro filho tem 14 anos), onde ocuparão um dos dois beliches que lá existem. O problema é o banho: na casa existem dois WC, mas só num é que existe banheira.

Quando assim é, a Direcção-Geral da Saúde aconselha que a pessoa em isolamento seja a última a usá-la e que depois desta utilização "a casa de banho deve ser minuciosamente limpa". Quanto a quase tudo o resto, as indicações que têm sido dadas na televisão pela directora-geral da Saúde, Graça Freitas, parecem partir do pressuposto que às famílias portuguesas não falta espaço em casa.

Invasão em permanência

Deborah, lojista de 27 anos, está à janela, "para respirar", quando fala ao PÚBLICO. No apartamento onde vive em Oeiras residem mais três pessoas. Todos adultos: a mãe, o irmão e o namorado. A casa era um antigo T1 (duas assoalhadas), cujo espaço foi dividido para acrescentar mais uma divisão. E se for necessário isolar alguém? "É impossível fazer quarentena nesta casa", constata.

É sabido que na maior parte dos casos a dimensão e as condições de habitabilidade das casas dependem do rendimento das famílias. O que conduz a outra forma de encarar esta situação de excepção. "Num país em que se mantêm claras formas de desigualdade social, é evidente que as famílias com mais recursos estão mais bem defendidas para a necessidade de confinamento do que as outras que vivem em condições de precariedade habitacional", frisa Luís Baptista. Por outro lado, diz, "estas famílias com mais recursos são detentoras muitas vezes de segundas habitações, que permitem dispersar os seus elementos, e que em caso de confinamento podem ser decisivas para permitir fazê-lo em melhores condições".

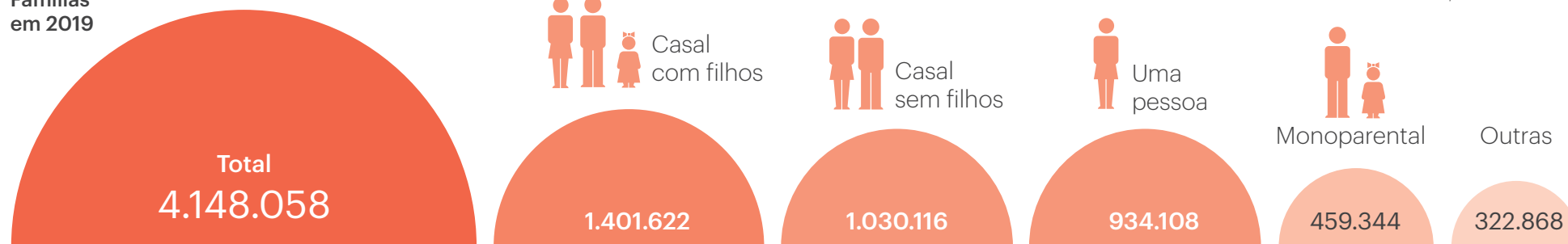
Há uma outra pergunta que se impõe: como estará a sua saúde mental ao fim de um mês ou mais de confinamento, como se espera que venha a acontecer? O psicólogo João Paulo Veloso, investigador do Centro de Trauma da Universidade de Coimbra, mostra-se optimista: "As pessoas vão adaptar-se, vão criar rotinas e mecanismos de preenchimento do tempo e do espaço". Até porque "todos os movimentos realizados nestas circunstâncias estão orientados para a sobrevivência e por isso assumem coerência psicológica, facilitando os processos de adaptação".

O clínico destaca a este respeito uma vantagem da situação vivida em Portugal. Como no início, "o isolamento social foi implementado espontaneamente pelas famílias e empresas, o prognóstico é mais positivo, porque existe um fenómeno de identificação social orientado para a protecção e segurança". "Estas condições só se vão alterar caso exista a perda de coerência social, isto é, que deixem de estar disponíveis recursos financeiros, bens de primeira necessidade e clareza da informação", alerta.

Deborah acredita que a adaptação seja possível, mas está preocupada: "Não estamos habituados a estar tanto tempo juntos em casa. Estamos todos mais sensíveis, com os nervos à flor da pele, e isso ajuda, por exemplo, a que voltem recriminações antigas." "Nesta altura, o espaço íntimo e pessoal vai estar sempre a ser invadido. Mas temos uma capacidade que se chama resiliência, que nos permite adaptar, aprender a lidar com essa tensão. O que não significa que esta adaptação a um espaço mais reduzido e congestionado seja isento de desafios", constata João Paulo Veloso.

Também existem à partida situações de risco, alerta. Por exemplo, "nas famílias onde já existem dificuldades de gestão emocional, estas circunstâncias podem levar a situações de maior intolerância, impulsividade e violência. Daí ser importante estar prevenido para os casos de violência doméstica".

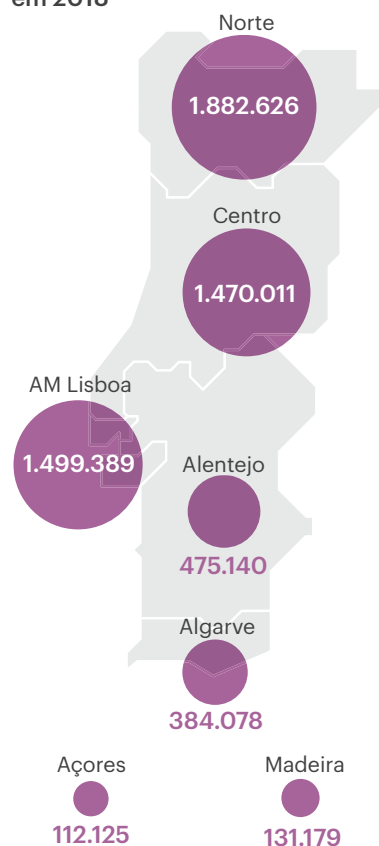
cviana@publico.pt

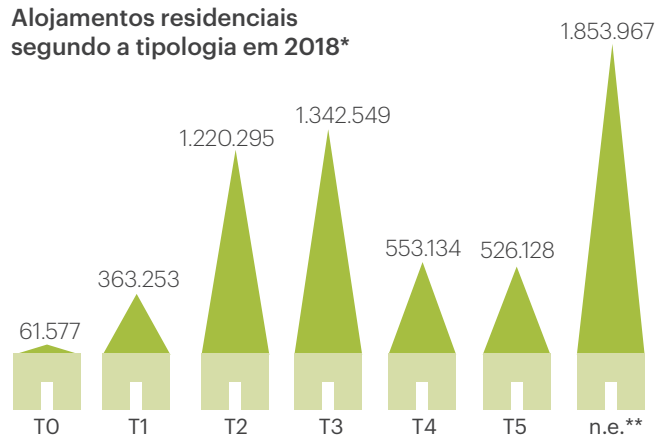
As famílias e as suas casa em tempos de quarentena

2,5 *Dimensão média dos agregados domésticos privados em 2019*

Famílias em 2019

Total	Casal com filhos	Casal sem filhos	Uma pessoa	Monoparental	Outras
4.148.058	1.401.622	1.030.116	934.108	459.344	322.868

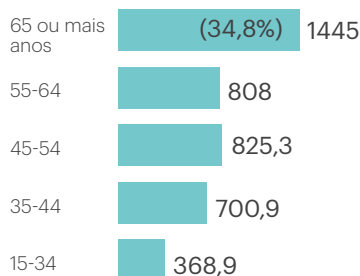
Número de alojamentos em 2018

Região	Alojamentos
Norte	1.882.626
Centro	1.470.011
AM Lisboa	1.499.389
Alentejo	475.140
Algarve	384.078
Açores	112.125
Madeira	131.179

Alojamentos residenciais segundo a tipologia em 2018*

T0	T1	T2	T3	T4	T5	n.e.**
61.577	363.253	1.220.295	1.342.549	553.134	526.128	1.853.967

*estimativas de obras concluídas **à data dos Censos, trata-se de alojamentos de uso sazonal, residência secundária ou vagos.

Grupo etário do representante da família 2019

N.º de famílias em milhares

Grupo etário	Famílias
65 ou mais anos	(34,8%) 1445
55-64	808
45-54	825,3
35-44	700,9
15-34	368,9

Como viver com alguém infectado com coronavírus?

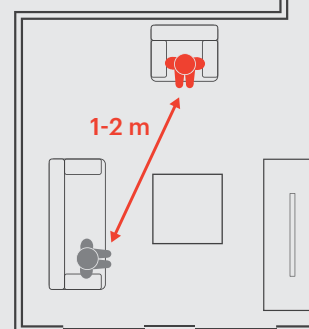
Sempre que possível, é recomendável instalar o paciente numa **divisão para uso exclusivo**

Deve existir um **caixote de lixo** com tampa automática e com um saco de fecho hermético para os resíduos do paciente

Para minimizar o contacto, o paciente deverá **comunicar** com outros membros da família ou coabitantes **através de telemóvel**

A porta deve permanecer fechada

Deve **limitar a circulação** em casa a situações essenciais

Garanta uma **boa ventilação** e uma janela com acesso à rua

Mantenha uma **distância de pelo menos 1 metro** com o paciente

1-2 m

Se sair da sala, recomenda-se o uso de uma **máscara** e a **higiene adequada das mãos** com água e sabão ou um desinfectante à base de álcool.

Se possível, reservar uma **casa de banho** para a pessoa contagiada

Situação em Portugal

23 mortes

2060 confirmados

201 internados

47 internados em UCI

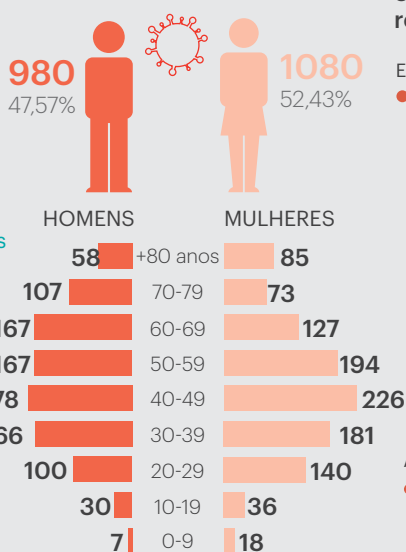
14 recuperados

1402 aguardam resultados

13.674 total de casos suspeitos (desde 1 Jan.)

Casos confirmados por sexo e faixa etária

Homens: 980 (47,57%) — Mulheres: 1080 (52,43%)

Homens	Faixa etária	Mulheres
58	+80 anos	85
107	70-79	73
167	60-69	127
167	50-59	194
178	40-49	226
166	30-39	181
100	20-29	140
30	10-19	36
7	0-9	18

Casos confirmados e mortes por região

Região	Casos	Mortes
Norte	1007	9
Centro	238	5
Lisboa e Vale do Tejo	737	8
Alentejo	5	
Algarve	42	1
Açores	11	
Madeira	9	
Estrangeiro	11	

Quando mora com alguém infectado com covid-19, uma **limpeza diária completa** é essencial para evitar novas infecções. Deve ser dada uma atenção especial às superfícies em que a pessoa infectada possa ter tocado.

A limpeza deve ser feita com **máscara** e **luvas**.

Deve ser usada uma **solução de água com lixívia**

Loiça e utensílios de cozinha devem ser lavados com água quente e sabão, ou de preferência numa máquina de lavar loiça até **atingir os 60º**

A roupa do paciente pode ser **lavada separadamente** com detergente comum a uma temperatura entre 60º e 90º. Deixe secar completamente

Os resíduos contaminados de uma pessoa infectada pelo SARS-CoV-2 podem ser perigosos para as pessoas que coabitam. Um tratamento correcto dos restos gerados pode evitar possíveis contágios. É essencial o uso de elementos de limpeza descartáveis, isolar adequadamente o lixo num saco plástico e uma higiene pessoal exaustiva após o tratamento desses resíduos.

Fontes: INE e Pordata ; DGS, dados actualizados às 20h de ontem; PÚBLICO

Infografia: Cátia Mendonça e Francisco Lopes

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Um milhão para apoio a artistas
O Ministério da Cultura abriu uma linha de apoio de emergência, no valor de um milhão de euros, para artistas e entidades culturais "em situação de vulnerabilidade" e sem qualquer apoio financeiro, revelou a ministra Graça Fonseca. O montante disponibilizado sairá do Fundo de Fomento Cultural.

Emergência Alimentar
Os apelos para a nova Rede de Emergência Alimentar, lançada na sexta-feira, dia 20, para dar resposta à crise criada pelo surto de covid-19, chegaram aos 560 na manhã de ontem. Isabel Jonet admite que talvez metade das instituições de solidariedade social tenha fechado as portas.

Não, esta não é a melhor altura para ir viver para uma aldeia

O ainda residual número de infectados no Alentejo tem levado a que muitos rumem à região. Os autarcas do interior têm alertado para os riscos para quem lá vive

Camilo Soldado, Carlos Dias e Maria José Santana

De repente, o Alentejo está a assistir à reocupação de casas nas aldeias do interior ou à compra ou aluguer de montes isolados por pessoas vindas do exterior para "fugir" à pandemia da covid-19. O fenómeno multiplica-se pelo país, assistindo-se a uma inusitada migração para o interior na pior altura possível, já que colocam ainda mais em risco aqueles que lá resistem, na sua maioria idosos e, portanto, mais ameaçados pelo vírus.

Vítor Manuel Marques, de 66 anos, residente em Olivais Sul, confessou ao PÚBLICO que foi residir para Vales Mortos, aldeia do concelho de Serpa a poucos quilómetros da fronteira espanhola, por "razões de segurança". Ao longo das duas últimas semanas, o receio de ver a sua saúde afectada pelo coronavírus "veio em crescendo", à medida que "via as ruas de Lisboa vazias e pessoas com máscara". O seu quotidiano era preenchido pelo convívio nos locais onde se reúnem os reformados. "Mas deixei de os ver no jardim", conta. Recolheu a casa, tal como ditavam as orientações que ouvia na televisão, mas o receio de que o vírus o afectasse impeliu-o a fazer as malas, rumando à casa no Alentejo de que é proprietário com o irmão, na pequena comunidade onde vivem cerca de 170 pessoas, na sua esmagadora com idades superiores a 70 anos.

Continua a passar os dias sozinho, mas, pelo menos, sente-se liberto do receio de poder vir a ser infectado. "Considero que fiz o que julguei estar correcto", argumenta, partindo do princípio de que, por estar assintomático, não se encontra doente.

É esta auto-avaliação que preocupa os que vivem na região e vêem chegar cada vez mais, na sua maioria para viver em casa de familiares. Até ao aparecimento do coronavírus, só vinham à terra nas épocas natalícia e Páscoa ou férias de Verão, mas, desta vez, o propósito é permanecer para fugir a eventual contágio.

O mesmo acontece noutros pontos do país mais conhecidos pela sua baixa densidade populacional. Um exemplo pode ser encontrado na freguesia de Coja, concelho de Arganil, relata um comerciante local que pediu para não ser identificado.

"Tem-se notado um grande aumento de pessoas desde há uma semana. Mais de Lisboa, mas também estrangeiros que estavam nos seus países de origem e que têm aqui casa, mas que costumavam vir mais para o Verão", descreve. Dá o exemplo da aldeia de Pai das Donas, que "costuma ter seis habitantes e passou a ter 20" por estes dias. "Também tenho amigos que vivem em Espanha e que voltaram", acrescenta. E prossegue: "Nós compreendemos a situação, eles viviam em apartamentos e aqui sempre têm o quintal, mas não deixa de ser uma preocupação..." Na semana passada, este morador de Coja mantinha o estabelecimento aberto e registou "uma afluência terrível de pessoas" que procuravam equipar-se com materiais de *bricolage* para ocupar os seus dias de confinamento.

Na freguesia de Coja, concelho de Arganil, como em muitas outras do interior, tem-se notado um aumento sig

"Tem-se notado um grande aumento de pessoas desde há uma semana. Mais de Lisboa, mas também estrangeiros que têm aqui casa"

Ao PÚBLICO, o presidente da Câmara Municipal de Arganil, Luís Paulo Costa, confirma que se registou "um aumento significativo de pessoas no território". Explica que isso deixa os autarcas preocupados, tendo em conta relatos de Espanha e França, onde a movimentação das cidades para territórios menos povoados terá ajudado a propagar o vírus.

"Temos vindo a sensibilizar os que já vieram, a maioria cidadãos de Arganil, para manterem o isolamento social", afirma. Não há muito mais que a autarquia possa fazer, refere, mas entende que a movimentação de pessoas de umas regiões para as outras "devia ter sido condicionada mais cedo, até meados da semana passada". Ontem confirmou-se o primeiro caso de infecção em Arganil.

Denunciar os ajuntamentos
Setúbal tem a funcionar, desde sábado, um sistema de alerta sobre ajuntamentos de pessoas que desrespeitem as medidas do estado de emergência, através de *email*, que encaminha as mensagens para as várias forças de segurança existentes no concelho.

Entre as 0h de domingo e as 8h de ontem, a GNR deteve oito pessoas por incumprimento das regras do estado de emergência

Saiba como poupar água
Quando tem sido repetido que lavar as mãos é o primeiro e talvez o mais importante passo para evitar ficar infectado, a Zero e a Quercus aproveitaram o Dia Mundial da Água, no domingo, para deixar algumas recomendações para a poupar sem prejudicar a higiene: poupar nos banhos, encurtando o tempo do duche e, se possível, recorrendo a um chuveiro eficiente; utilizar um balde para aproveitar a água desperdiçada enquanto se espera que esta atinja a temperatura ideal e não cair na tentação de pôr a máquina da louça ou da roupa a lavar a menos que estejam cheias.

SÉRGIO AZENHA

...nificativo de pessoas

Têm-se multiplicado os apelos dos presidentes de câmara de territórios de baixa densidade em todo o país, para que quem tem casa nessas povoações não regresse à terra, ou mantenha quarentena, caso já o tenha feito. Ainda na semana passada, em Bragança, a autoridade regional de saúde determinou que todos os cidadãos que regressassem do estrangeiro deveriam permanecer em isolamento profiláctico de 14 dias, a contar do dia de chegada. Autarcas do Sabugal e Pampilhosa da Serra também apelaram à quarentena de quem chega. "Nas aldeias, a população é idosa, já somos tão poucos que, se não houver cuidado por parte dos que estão a regressar, isto é para dizimar tudo", alertou o presidente da Comissão Distrital de Protecção Civil de Bragança, Francisco Guimarães, citado pela agência Lusa.

Mas também há casos em que essa vaga não se verifica. Indo mais para o interior da zona Centro, na Erada, uma freguesia da Covilhã, duas habitantes contam ao PÚBLICO que esse movimento não se fez sentir. "Notou-se que os filhos da terra não estão a vir à Erada", refere uma das moradoras, mencionando vários exemplos de pessoas que, por precaução, decidiram manter-se nas suas áreas de residência para não pôr em risco os idosos desta aldeia.

Por ordens familiares

Já Alberto e Maria Cardoso, de 74 e 71 anos, respectivamente, trocaram a cidade de Aveiro pela aldeia de Guardão, no Caramulo, há 15 dias. Já o faziam com regularidade desde que começaram a recuperar a casa dos pais de Alberto, aproveitando tudo aquilo que o apartamento na cidade não lhes oferece (um terreno para cultivar e um jardim para manter) para ocupar os tempos livres da reforma. Desta vez, foram por ordem dos filhos e dos netos.

"Não queriam que estivéssemos com os netos e que corrêssemos riscos e mandaram-nos para aqui", conta, bem-disposta, Maria Cardoso. Ela e o marido têm passado os dias de volta da horta, do jardim, das reformas da casa e a colocar a leitura em dia. "Estou a reler um livro que já tinha lido há muitos anos, *A Túnica*", conta. Da janela ou da porta, vão cumprimentando os outros habitantes da aldeia. Sempre à distância. "As pessoas estão conscientes, não se aproximam. E ainda ontem passou uma carrinha a avisar para as pessoas se manterem em casa", relata esta professora reformada.

A lei que especifica as restrições à circulação no âmbito do estado de emergência não faz menção directa ao caso das segundas habitações. No entanto, ao abrir excepções apenas para casos de necessidade ou motivos profissionais, as pessoas deverão permanecer em casa e evitar circular na via pública. Desde a meia-noite de domingo que as deslocações que não estejam expressas na lei configuram crime de desobediência.

Mas, no Alentejo, já começaram a surgir, sobretudo à noite, em alguns montes que até agora estavam desabitados, luzes que indiciam a presença de pessoas, pormenor que, nalguns casos, acaba por ser confirmado durante o dia, como pode comprovar Amílcar Palma, de 53 anos, pastor.

"Já dei conta de três casais. Um deles, veio de França e outro de Lisboa", assinalou Amílcar Palma, que deambula com o seu rebanho de cabras ou na apanha de cogumelos numa zona onde estão assinalados vários montes desabitados. "E amigos contam-me que eles [novos moradores na zona] já apareceram em Vale do Poço", uma povoação erguida mesmo na linha divisória dos concelhos de Serpa e Mértola.

"As pessoas deviam ficar no sítio delas", observa o pastor, frisando que a sua chegada, "caso estejam com o vírus", coloca todos em perigo.

Há duas semanas, os seus receios acentuavam-se por causa da livre circulação entre países que se traduzia no receio do contágio que já se antevia se não houvesse controlo fronteiriço. Com o fecho das fronteiras, "que foi a melhor coisa que podia ser feita, estamos todos mais descansados", sublinha.

O seu dia-a-dia também sofreu alterações. "Ando como os bichos (cabras) pelo campo e depois vou para casa e fico por lá." Os amigos também não vêm à rua nem à tasca beber "um copo ou uma mini", pois esta fechou. "Agora não há ninguém para conversar e muito poucos aparecem no meio do povo." Pelo que lhe tem sido dado observar, "as pessoas estão certas dos perigos que correm", mas, acredita, "pode ser que a necessidade de estar em casa dure menos tempo do que se pensa."

As pessoas deviam ficar no sítio delas pois a sua chegada, caso estejam com o vírus, coloca todos em perigo

Amílcar Palma
Pastor

Um peso na fronteira

Este movimento sucede-se a outro que muito receio levantou nos primeiros dias desta crise. Nos municípios do Norte alentejano, Portalegre, Marvão e Arronches, os autarcas foram confrontados, semanas antes do encerramento das fronteiras, com a "invasão" de cidadãos espanhóis, um fenómeno que deixou as populações assustadas, por recearem o contágio.

"Não imagina o que se passou em Arronches", revelou ao PÚBLICO Fermelinda Carvalho, presidente da câmara local. Vindos da região de Madrid, "as pessoas fugiam para as terras de fronteira", onde o contágio por covid-19 era residual ou inexistente. Como as povoações não estavam preparadas para uma tão inesperada afluência, os alimentos começaram a escassear e a alternativa estava em território português. "Passaram a vir almoçar a Arronches, a comprar alimentos e a frequentar os nossos cafés", referiu a autarca, descrevendo o medo da população, que receava o contágio do coronavírus.

Foi neste contexto que se soube que, na vizinha aldeia espanhola de Codosera, fora detectado o caso de um indivíduo vindo de Madrid que estava "infectado", recorda Fermelinda Carvalho. A autarca lembra que a população do seu concelho "é muito idosa" e que tem cinco instituições para acolhimento. "Se o vírus entra ou já entrou numa delas, teremos uma desgraça."

Mais a norte, em Marvão, o vice-presidente da câmara confirmou ao PÚBLICO um comportamento semelhante de cidadãos do país vizinho. "Verificámos que pessoas chegadas recentemente à povoação vizinha de Valência de Alcântara vinham abastecer-se no comércio local e tememos ficar sem bens essenciais para a população do nosso concelho." E destacou que o fenómeno de "açambarcamento" preocupava também o alcaide do outro lado da fronteira.

A situação piorava de dia para dia e os autarcas destes concelhos decidiram encerrar as fronteiras secundárias dos respectivos concelhos, "à revelia do Governo, que nunca nos enviou um fax, um *email* ou fez um simples telefonema, a ajudar-nos a superar o problema" que estava a transtornar o quotidiano das populações e até a sua própria subsistência, critica Fermelinda Carvalho. A partir de então, as comunidades fronteiriças sossegaram, mas subsiste o receio do contágio que poderá ter sido provocado pela presença de forasteiros vindos de Espanha.

camilo.soldado@publico.pt
maria.jose.santana@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Professores portugueses agredidos em Timor por causa da covid-19

Alguns timorenses acusam os docentes de serem responsáveis pela chegada do novo coronovírus ao país. MNE diz que foi "um caso pontual" e está a ajuizar regresso dos professores a Portugal

Luciano Alvarez e Cristina Ferreira

Professores portugueses em Timor-Leste foram agredidos e ameaçados na cidade de Baucau e estão desde a madrugada de domingo num hotel da capital, Díli. São acusados por alguns residentes de terem levado a covid-19 para aquele país e dez dos 12 professores refugiados já pediram o repatriamento urgente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português, que diz estar a acompanhar a situação.

No sábado, um timorense entrou na casa de professores em Baucau, tendo agredido uma docente. Uma outra foi alvo de tentativa de agressão num transporte público em Baucau e foram também atiradas pedras à casa onde viviam. Há ainda relatos de agressões verbais, nas ruas.

No mesmo dia, os professores saíram de Baucau, a 130 quilómetros de Díli, por ordem da embaixada de Portugal na ilha, e, pelas 4h de domingo, chegaram ao hotel onde permanecem resguardados.

Nenhum dos professores está ferido, mas o grupo está muito apreensivo e a única coisa que a maioria quer é ser repatriada para Portugal o mais rapidamente possível.

Estes 12 professores, que chegaram a Timor a 28 de Fevereiro deste ano, fazem parte de um grupo de 140 docentes portugueses. O PÚBLICO sabe que uma grande maioria destes também pediu o repatriamento.

Segundo o filho de uma das professoras que está refugiada no hotel em Díli, os docentes "estão aterrorizados face ao cenário de insegurança, face à ameaça da covid-19 e de abandono por parte da embaixada portuguesa em Timor-Leste". "Em Díli, foram colocados num hotel, sendo que hoje lhes disseram que a embaixada não tinha dinheiro para suportar o custo e que poderiam ficar num *resort* por conta própria, pagando as despesas de 800 dólares mensais para duas pessoas. Os professores protestaram e foi-lhes dada a hipótese de serem colocados num convento, tendo-lhe sido transmitido que a hipótese de repatriamento não estava em cima da mesa", disse ao PÚBLICO o filho de uma das docentes, que pediu o anonimato em nome da segurança da mãe. Uns optaram por ir para o convento assim que lhes seja possível, outros optaram por ficar em hotéis na capital timorense.

MIGUEL MADEIRA

A pandemia da covid-19 também já levou à suspensão das aulas em Timor-Leste

"Caso pontual", diz MNE

Questionado pelo PÚBLICO, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, através do seu gabinete de comunicação, retira qualquer dramatismo à situação. Diz estar a acompanhar a situação dos professores portugueses "desde a primeira hora", através da embaixada em Díli e dos serviços centrais em Lisboa, em articulação com o Ministério da Educação.

"Foi aliás por essa via [embaixada] que nos chegou informação sobre o caso mencionado, de agressões a professores portugueses em Baucau. Tratou-se de um episódio pontual, que aparentemente se deveu a notícias falsas e rumores que circularam esta semana, que tentaram relacionar o primeiro caso confirmado da covid-19 em Timor-Leste com outro caso suspeito em Baucau", diz a resposta do MNE.

"Entretanto, e por indicação da nossa embaixada em Díli, os professores destacados em Baucau viajaram para Díli, onde já se encontram. As condições de segurança dos professores e outros cooperantes portugueses em Timor-Leste estão a ser analisadas, assim como a evolução da situação em termos de saúde pública e de funcionamento do sistema educativo nesse país, para ajuizar da necessidade e possibilidade de operações de apoio ao regresso a Portugal".

Os cerca de 140 professores portugueses afectos ao Centro de Aprendizagem e de Formação Escolar (CAFÉ) estão espalhados por 13 municípios. Há ainda 60 docentes na Escola Portuguesa de Díli. Na sua maioria, os cerca de 200 professores estão em Timor-Leste ao serviço do Estado português como cooperantes. À Lusa, a coordenadora dos Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), Lina Vicente, disse que "praticamente a totalidade dos professores pediu o repatriamento".

Ontem, primeiro dia de suspensão das aulas, Lina Vicente enviou uma nota aos docentes do CAFE em que considera que não é possível "continuar" com a "vida normal e as saídas" e os aconselha a cumprirem "todas as regras de prevenção" e a protegerem-se em casa. E pede aos professores que evitem envolver-se em "qualquer situação que potencie conflitos ou qualquer acto indevido", a quem também requere que não concedam "entrevistas a nível pessoal ou institucional sem pedirem autorização", alertando-os de "que são agentes de cooperação" com contrato assinado. No comunicado, Lina Vicente avisa que, "perante a possibilidade de repatriamento, se alguns professores decidirem ficar, a decisão implicará a impossibilidade de ser deslocado para tratamento de qualquer doença, bem como a ausência de segurança nas casas do projecto e de motorista".

lalvarez@publico.pt
cferreira@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Subiu para 12 o número de casos de covid-19 na Madeira (mais três do que no domingo), segundo o Instituto de Administração da Saúde, que acrescentou que nenhum destes doentes precisava de cuidados intensivos. O governo dos Açores confirmou a existência de 12 doentes, clinicamente estáveis.

A hora dos representantes da República?

Entidades institucionais mal-amadas na Madeira e nos Açores ganham agora funções executivas. Nos termos da Constituição, são responsáveis pela concretização das medidas do estado de emergência

Márcio Berenguer

Vivêssemos nós dias normais e a decisão de sexta-feira do Presidente da República de enviar um Falcon da Força Aérea Portuguesa aos Açores e à Madeira, para levar os representantes da República das duas regiões autónomas para uma reunião de urgência em Lisboa, teria provocado um pequeno alvoroço em Ponta Delgada e no Funchal.

Mas não vivemos dias normais. Habituados a serem vistos como uma figura institucional quase decorativa, não raras vezes mal-amada nos Açores e na Madeira, os representantes da República para as regiões autónomas foram chamados a 18 de Março, com a declaração do estado de emergência, a assumir um inédito papel executivo nos arquipélagos. Nos termos da Constituição, cabe agora a Pedro Catarino, nos Açores, e a Ireneu Barreto, na Madeira, assegurar a "execução do estado de emergência", em "cooperação" com os executivos regionais.

No continente, cabe ao Governo fazer cumprir o estado de emergência, informando o Palácio de Belém e o Parlamento. Nas regiões autónomas, é o representante da República quem tem essas competências: "A execução da declaração do estado de emergência nas regiões autónomas é assegurada pelo representante da República, em cooperação com o governo regional".

Tanto nos Açores como na Madeira, estes poderes acrescidos de uma figura que não é escolhida pelos eleitores regionais não tem, para já, suscitado dúvidas ou desconforto entre a classe política, mais preocupada em combater a propagação do vírus e em atenuar os efeitos económicos da pandemia do que com quezílias autonómico-constitucionais. Mesmo porque, não se cansam de repetir os responsáveis políticos em Ponta Delgada e no Funchal, é o cargo, não quem o ocupa, aquilo que é questionado pelo poder político autonómico.

"Em momento algum deste período sensível que atravessamos me foi transmitida ou sequer abordada a necessidade ou conveniência de introduzir alterações às competências do Representante da República", sublinha ao PÚBLICO Ireneu Barreto, representante para a Madeira, acrescentando: "Pelo contrário, o espírito prevalecente é o da mais leal e profunda cooperação entre todas as entidades envolvidas na execução do estado de emergência."

Quando foi criado, logo na Constituição de 1976, o cargo pretendeu ser o garante da articulação entre o Estado "unitário e soberano" e as regiões autónomas. Começou por ser "Ministro da República", nomeado pelo Presidente por proposta do Governo e tinha assento no Conselho de Ministros. As competências incluíam a superintendência dos serviços do Estado, o poder de veto e o dar posse ao governo regional.

Com a revisão de 1997, perdeu influência e competências, passando a actuar mais como moderador, assumindo um papel de controlo institucional, em conjugação com o Presidente da República. Em 2004, na última revisão constitucional, deixou de ser "ministro" para passar a "representante" e perdeu a assento no Conselho de Ministros. Passou a ser escolhido pelo Presidente da República, ouvido o Governo, e deixou de empossar os governos regionais (hoje tomam posse perante o presidente das assembleias regionais).

Em todas estas evoluções do cargo, mantiveram-se inalteradas as competências em situações de estado de sítio ou de emergência. "Compete ao Governo da República definir o conteúdo das medidas de execução do estado de emergência para o todo nacional – território continental e regiões autónomas –, assim se assegurando o princípio do Estado unitário e a respectiva continuidade territorial", disse este sábado, em comunicado, Ireneu Barreto, à chegada da reunião que manteve em Belém com Marcelo Rebelo de Sousa. "Aos representantes da República cabe assegurar a execução daquelas medidas no âmbito regional respectivo, em estreita cooperação com os governos regionais", disse Ireneu Barreto, depois de Pedro Catarino, na quinta-feira, ter feito declaração idêntica.

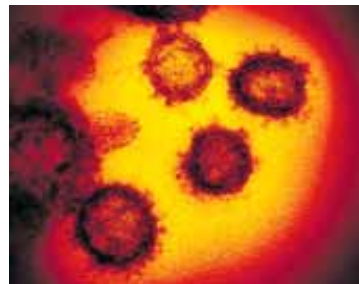
marcio.berenguer@publico.pt

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Irineu Barreto e Pedro Catarino foram empossados por Marcelo Rebelo de Sousa em Março de 2016

Reunião fechada
Várias instituições da saúde fazem às 10h, no Infarmed, o ponto da "situação epidemiológica da covid-19" no país para o chefe de Estado, presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro, líderes partidários e dirigentes sindicais e do patronato. A sessão é fechada à comunicação social.

9/4
o primeiro-ministro disse ontem na entrevista à TVI que a 9 de Abril será reavaliada a decisão de encerrar as escolas

Protesto
A Câmara de Vizela protestou ontem que a existência de quatro casos de covid-19 no concelho não lhe foi comunicado pelas autoridades regionais de saúde. A câmara critica a falta de partilha de informação e recorda que é a responsável pela protecção civil municipal.

Previsão: desemprego nos 8,5%
O Católica Lisbon Forecasting Lab/NECEP divulgou a sua nova estimativa de crescimento para Portugal este ano. No cenário mais optimista, segundo a Lusa, o PIB cai 4% em 2020 e a taxa de desemprego sobe para 8,5%. Isto, com medidas mais incisivas além das anunciadas

Técnicos aeroportuários dizem-se esquecidos

Técnicos de tráfego e escala do Aeroporto Humberto Delgado temem pela sua segurança. Estão proibidos de usar luvas e máscaras. ANA já implementou medição de temperatura às chegadas a Lisboa e Porto

Leonete Botelho

Estão proibidos de usar luvas e máscaras, queixam-se da falta de gel desinfectante e de outras medidas de segurança sanitária. Os técnicos de tráfego de assistência em escala do Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, que estão em contacto directo com os passageiros em trânsito, temem pela sua saúde e pela propagação do novo coronavírus na única fronteira do país que continua aberta: a aérea.

"Os portos estão fechados, as fronteiras terrestres controladas, mas parece que alguém se esqueceu dos aeroportos e de nós", desabafa uma técnica de tráfego de assistência em escala em declarações ao PÚBLICO. "Vamos os supermercados e está tudo devidamente organizado em termos de medidas de segurança, mas no Aeroporto Humberto Delgado isso não acontece", afirma.

Os técnicos de tráfego em escala são responsáveis por um sem-número de operações de assistência a passageiros nos aeroportos, dos balcões de *check-in* ao embarque e desembarque de pessoas e bagagem, passando pelo atendimento de reclamações e informações. "Estamos muito expostos, no balcão de serviço ao cliente, por onde passam todos os problemas dos passageiros, as pessoas ficam em cima umas das outras", aponta.

No Aeroporto Humberto Delgado, no domingo, viam-se os trabalhadores de limpeza com máscaras e luvas, os funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a usar luvas, mas todo o restante pessoal visível trabalhava sem qualquer tipo de equipamento. Desinfectantes de mãos para o público são raros. "A ANA e a Groundforce proibiram o uso de luvas, há quem traga de casa, por sua iniciativa", mas contra as regras, diz outra técnica de assistência ao PÚBLICO, sem querer identificar-se.

"Temos de manusear os passaportes e outros documentos dos passageiros, aquilo que fazemos é pedir-lhes que nos mostrem, sem lhes pegar. Mas estamos em contacto directo com as pessoas. Ainda ontem a representante de um grupo de passageiros estava a tocar-me no ombro...", suspira.

Na sexta-feira, a Groundforce dava conta ao pessoal das medidas de segurança adoptadas e confirmava: "Continuamos a seguir criteriosamente as recomendações das autoridades de saúde e mantemos a proibição do uso de máscaras e luvas, pois o uso de máscara só é aconselhado para os portadores (suspeitos ou confirmados) do coronavírus e não para todos os outros casos, tal como o uso de luvas se revela contraproducente e um foco de disseminação do vírus".

As "medidas adicionais" que a empresa anunciava eram quase todas de regras de distanciamento físico: "Solicitação junto da ANA e das autoridades (polícia) da gestão da distância social obrigatória"; concentração dos voos em manga e em portas com capacidade de pré-embarque, para dar "mais espaço de distância para os passageiros" e encerramento de serviços como o *lounge*. Aos técnicos de assistência em escala era apenas recomendado que não tocassem nos documentos dos passageiros, mas que lhes solicitassem "amavelmente" que os manuseassem para verificação.

Ao PÚBLICO, fonte da ANA sublinhou outras medidas que estão a ser tomadas: há avisos sonoros sobre a distância de segurança, desinfecção foi reforçada e na sexta-feira começou a ser implementada, em Lisboa e Porto, a medição de temperatura dos passageiros à chegada, através de um pórtico com sensor. Equipamentos desse género vão ser instalados também nos aeroportos de Faro, Funchal e Ponta Delgada.

lbotelho@publico.pt

MIGUEL MANSO

Aeroporto Humberto Delgado

Embaixada do Brasil garante apoio a turistas, mas não o repatriamento

Uma equipa do consulado do Brasil em Lisboa foi ontem de manhã ao encontro das dezenas de turistas daquele país que se encontram à porta e no interior do Aeroporto Humberto Delgado, à espera de um voo de regresso a casa. Foram "ajudar as situações mais críticas, de pessoas que precisam de medicação e não têm, por exemplo", mas também "pedir às autoridades do aeroporto que facilitem o acesso às pessoas que estão no exterior para irem ao WC e aos balcões das companhias aéreas", disse ao PÚBLICO um representante da embaixada. Este responsável, que estima que haja um total de 1600 nacionais do seu país que estavam em trânsito em Portugal, entre Lisboa, Porto e Faro, e que aguardam voo de regresso a casa. Muito pouco comparado com os que já voltaram: entre os dias 16 e 22, terão embarcado cerca de 8200 pessoas, só no fim-de-semana viajaram de volta 2650 brasileiros, garante. "O processo de repatriamento está andando", afirma. Mas não se trata de um processo de repatriamento garantido pelo Estado brasileiro, que ainda não tomou nenhuma decisão nesse sentido. O esforço que está a ser feito pela embaixada é, "perante o colapso da rede aérea", que levou à suspensão da maioria dos voos entre os dois países, "fazer um contacto directo e muito intenso com as companhias e agências de viagens para tentar encontrar soluções comerciais", afirma este responsável. As situações mais dramáticas são as de passageiros que compraram bilhetes em companhias que não estão baseadas em Portugal, em particular as que operam a partir de Espanha, como a Air Europa ou a Iberia. "Para essas situações, é mais difícil encontrar uma solução, esses são os casos mais complicados", reconhece a embaixada. **L.B.**

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Covid-19: uma doença para as democracias

A pandemia não poderia chegar em pior altura. Em tempo de erosão do multilateralismo, ao invés de esforço comum, os autocratas procuram tirar proveito do medo das pessoas

António Rodrigues

Os estados de emergência e de excepção servem para tomar decisões rápidas, suspender certos artigos da Constituição e aplicar medidas draconianas para lutar contra um inimigo, neste caso invisível, da melhor forma para o conjunto da sociedade. São medidas excepcionais para tempos excepcionais que podem ser aproveitadas para tornar mais ordinário o controlo da democracia por quem tem o poder.

Se os sinais mais do que visíveis de que este já era um tempo de autocratas, de fragilização das democracias com medidas autoritárias, de contornar os *checks and balances* colocados nas constituições, uma pandemia desta dimensão permite aos líderes passar o ponto de não-retorno, tornando permanente a suspensão temporária de regras democráticas.

Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelita que não conseguiu formar novo governo, aproveitou o coronavírus para tomar medidas que aprofundam o pânico e põem em causa a democracia de Israel. O chefe do Governo foi para a televisão comparar-se com o comandante do *Titanic*, navegando por entre icebergues e deixando à deriva os outros poderes que deveriam controlar o executivo.

Com a cumplicidade do presidente do Knesset (Parlamento), Yuli Edelstein, Netanyahu conseguiu que por razões de saúde pública os trabalhos parlamentares fossem suspensos, impedindo que uma nova maioria o afaste do cargo (o Supremo exigiu ontem a Edelstein que reabra o Knesset, mas este recusou). Com um julgamento por corrupção a aguardá-lo, Netanyahu usa o vírus como desculpa para se manter no poder e conseguir um trunfo para se salvar judicialmente com um acordo político.

O convite a Benny Gantz, seu principal adversário e que foi indigitado pelo Presidente Reuven Rivlin a formar governo, de que se junte a ele num executivo de unidade nacional para combater a pandemia mostra o que pretende: manter-se no poder, livrar-se da justiça.

Medidas temporais

Lidar com uma situação de emergência como a que o mundo atravessa neste momento não é fácil para um líder político. Muitas vezes o chefe de um Governo tem de tomar medidas impopulares, resoluções que são imposições, condicionar as liberdades. Medidas duras para tempos duros, mas proporcionais à ameaça e restringidas no tempo: acabam quando a ameaça acabar.

E se não for assim? Viktor Orbán, a quem o ex-presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker chamou "o nosso ditador", quer condicionar ainda mais a já condicionada democracia húngara, aproveitando a ocasião para finalmente poder governar por decreto, indefinidamente. Completando a transformação da democracia húngara numa ditadura *de facto*, mesmo não o sendo *de jure*.

O Parlamento, onde Orbán tem mais de dois terços de apoio, vai votar outra vez na próxima semana o projecto de lei (chumbado ontem porque, ao ser de emergência, implicava 80% de votos favoráveis) que prolonga o estado de emergência decretado no princípio deste mês, que dá ao primeiro-ministro poderes para governar por decreto por tempo indeterminado e prevê penas de prisão para os difusores de informação que o Governo considere falsa.

Aprovada a lei, Orbán poderá "suspender a aplicação de determinadas leis, derrogar disposições legais e tomar medidas extraordinárias no interesse de garantir a estabilização da vida, saúde, segurança pessoal e material dos cidadãos, assim como da economia". Qualquer semelhança com poderes ditatoriais não é pura coincidência.

O que impedirá Orbán de mandar prender opositores quando criticarem as opções do executivo? O que impedirá o Governo de considerar como *fake news* qualquer informação divulgada sobre os seus erros e mandar prender o mensageiro? O que o impedirá de tomar o gosto pela governação por decreto e assim ficar por tempo indeterminado.

Decretos destes costumam encontrar-se ao longo da história depois de golpes de Estado, o de Orbán não veio de golpe, foi-se instalando, minando por dentro o Estado de direito, recuperando o exemplo do almirante Miklos Hórthy, o regente da Hungria que governou o país durante duas décadas e foi aliado de Adolf Hitler (morrendo em 1957 no exílio dourado do Estoril) e que o primeiro-ministro húngaro admira, considerando-o "um grande estadista".

Uma relação de admiração que Orbán mantém com outro autocrata conhecido: Vladimir Putin. Outro que por dentro foi minando os limites da Constituição da Federação Russa, mantendo-se no poder desde 2000, apesar dos limites de mandato e garantindo neste tempo de pandemia que a carta magna russa fosse alterada para se manter no poder até 2036.

Apesar dos 146 milhões de habitantes da Rússia, da sua enorme fronteira com a China e de o primeiro caso de coronavírus no país ter sido detectado em Janeiro, na vastidão da federação somente 438 casos positivos foram registados até esta segunda-feira de manhã. A opacidade das autoridades, a desconfiança dos russos em relação às instituições e a falta de informação podem todas servir de razão para os números.

Anastasia Vasilieva, que lidera a Aliança dos Médicos e é próxima do mais conhecido opositor de Putin, Alexei Navalni, afirmou à CNN que "é muito fácil manipular os números" porque "ninguém morre de coronavírus". A médica publicou vários

Viktor Orbán defendendo no Parlamento o projecto de lei que lhe permite

Estas medidas duras para tempos duros devem ser proporcionais à ameaça e limitadas no tempo: acabam quando a ameaça acabar. E se não for assim?

Lançar uma guerra de preços [do petróleo] nestas circunstâncias é, no mínimo, irresponsável

Jim Krane
Colunista do *Washington Post*

TAMAS KOVACS/EPA

governar por decreto. A proposta não passou nesta semana, mas passará na próxima votação

vídeos no YouTube a denunciar as autoridades por manipularem o número de infectados de coronavírus diagnosticando-os como pneumonia ou infecção respiratória aguda: "Sobre o primeiro paciente que morreu com coronavírus, foi dito que a causa da morte foi trombose", disse.

Mesmo que a representante da Organização Mundial da Saúde na Rússia, Melita Vujnovic, não acredite nessa manipulação, até porque o Governo russo agiu cedo ainda em Janeiro, fechando os 3 mil quilómetros da fronteira com a China e criando zonas de quarentena, o nível extremamente baixo de casos num país autoritário, onde a manipulação de informação existe, antes de gerar elogios e servir de exemplo, gera desconfiança.

Até porque a forma como a cidade de Wuhan e as autoridades da província de Hubei lidaram com o princípio da pandemia, escondendo informação, atacando as pessoas que a divulgaram, manipulando números e não dando o alarme até ser demasiado tarde para travar a expansão acelerada das infecções, servem de exemplo de como um governo autoritário, com limitação de liberdades e meios de comunicação controlados, pode servir como receita para o desastre.

A pandemia abalou a imagem de Xi Jinping, que se elevou à condição de Mao Tsetung e Deng Xiaoping como um dos grandes líderes da República Popular, contornando os limites de mandatos que os imediatos antecessores enfrentaram para se perpetuar na liderança do Partido Comunista da China e do império do meio.

Numa altura em que a China procurava fazer corresponder no mundo o poder político equivalente ao seu poder económico, o coronavírus minou a imagem forte do líder chinês e pôs em xeque a sua estratégia. Ainda é cedo para saber se os danos são irremediáveis, mas Xi pôs em funcionamento a máquina da gestão de danos em velocidade de cruzeiro.

Não olhou a meios para agarrar a covid-19 pelos colarinhos e dar-lhe uma valente sacudidela. Injectou dinheiro e meios (humanos e de equipamento) para combater a pandemia, nomeou o primeiro-ministro Li Keqiang para coordenar a resposta, divulgou informação, pôs a máquina de propaganda em alerta e ofereceu toda a ajuda possível aos países mais atingidos (desde médicos, a ventiladores, passando por informação científica e máscaras).

O *soft power* necessário para minimizar o impacto inicial e recuperar a imagem danificada do Presidente chinês. Ter conseguido conter a doença na China em tão pouco tempo ajuda. E as acções de Pequim depois da opacidade inicial contrastam com a mensagem pouco clara de líderes como Donald Trump, nos Estados Unidos, ou Jair Bolsonaro, no Brasil, chefes de Estado com tendência para o decreto presidencial, avessos a lidar com a emergência pandémica.

Consolidar poder

Da Bolívia à Índia, o vírus da antidemocracia espalha-se com quase tanta rapidez como a covid-19, usada como desculpa para impedir protestos contra políticas governamentais ou para um Governo interino como o boliviano seguir no poder por tempo indeterminado.

E líderes políticos como Recep Tayyip Erdogan, na Turquia, Abdel Fattah al-Sissi, no Egipto, ou Mohammed bin Salman, na Arábia Saudita, aproveitaram para consolidar o seu poder. Mas se a democracia turca, apesar de debilitada, ainda consegue resistir aos autoritarismos de Erdogan, a do Egipto, se existe, está controlada com mão-de-ferro pelos militares e entre os sauditas governa a monarquia fundamentalista, onde o príncipe herdeiro vem neutralizando rivais.

Mohammed bin Salman (MBS) resolveu juntar mais achas na fogueira económica alimentada por uma pandemia que augura uma recessão generalizada, iniciando uma guerra de petróleo destinada a fazer dobrar os produtores de petróleo de xisto dos Estados Unidos, grandes rivais do crude barato extraído pelos sauditas, os maiores produtores do mundo. Mesmo com as características diferentes dos seus regimes, tanto Erdogan, como Sissi, como MBS escolheram a cartilha do autocrata perante problemas: minimizar o impacto, suavizar números, esconder factos.

O Governo turco foi resistindo a impor medidas rigorosas para conter a pandemia, permitindo os ajuntamentos para as orações de sexta-feira, até incentivando as pessoas a continuar a comprar nos bazares e centros comerciais para ajudar a economia. Com 1236 casos e 30 mortos, as autoridades impuseram este sábado o isolamento para maiores de 65 anos e pessoas com doenças prévias.

Enquanto os cálculos de cientistas da Universidade de Toronto falam em cerca de 20 mil casos no Egipto, o Governo de Sissi mantinha ontem o número oficial de 327 casos e 14 mortos, dia em que o Presidente fez o seu primeiro discurso à nação sobre a pandemia. O movimento opositor Batel, com mais de 260 mil seguidores no Facebook, acusa Sissi de ser "a verdadeira pandemia" do Egipto. Na sexta-feira, em Londres, enquanto o Presidente egípcio assistia a uma conferência sobre investimento do Reino Unido em África, manifestantes à porta do Hotel Intercontinental mostravam cartazes que diziam "Sissi é um assassino e um traidor".

Na Arábia Saudita, o príncipe herdeiro só ontem impôs um recolher obrigatório, das 19h às 7h, e apenas porque os casos positivos saltaram no domingo para 511. MBS avisou para os tempos difíceis que se avizinham: impacto económico da pandemia e queda do preço do petróleo.

Em consequência do coronavírus, a procura de petróleo já desceu em dez milhões de barris e é muito provável que se reduza ainda mais: "Lançar uma guerra de preços nestas circunstâncias é, no mínimo, irresponsável", escrevia ontem o analista Jim Krane na sua coluna sobre o mercado energético no *Washington Post*.

Perante uma ameaça grave à vida humana no planeta, quando a solidariedade e o trabalho em conjunto deveriam ser a máxima para combater a epidemia, assiste-se ao exacerbar destes tempos recentes de soberanismos, nacionalismos, populismos e declínio do multilateralismo: os autocratas exploram o medo em seu proveito e tentam cavar ainda mais o buraco onde eventualmente acabarão por enterrar a democracia.

antonio.rodrigues@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Estado de emergência no Senegal e na Costa do Marfim
O Senegal e a Costa do Marfim declararam o estado de emergência face à pandemia. O Senegal impõe um recolher obrigatório nocturno, e a Costa do Marfim opta por medidas de confiamento mais graduais, diz a Reuters.

Governo britânico decreta isolamento social rigoroso por causa do coronavírus

Ricardo Cabral Fernandes

Os britânicos apenas vão poder sair de casa por motivos de força maior, todas as lojas que vendam bens não essenciais vão ser encerradas, os ajuntamentos com mais de duas pessoas estão proibidos e todos os eventos sociais cancelados. As medidas foram anunciadas pelo Governo britânico no mesmo dia em que o executivo vai passar a controlar, pelo menos durante seis meses, os caminhos-de-ferro para salvar as empresas do sector, depois de a quantidade de passageiros ter caído 70%.

O Reino Unido tem 6650 casos, 335 mortes e 135 doentes curados.

O primeiro-ministro Boris Johnson pediu aos britânicos que permaneçam isolados em casa três semanas para salvaguardar o Serviço Nacional de Saúde e a população de risco, quem tenha problemas de saúde, sobretudo respiratórios, e os idosos. "Peço ao povo britânico que respeite uma instrução muito simples: deve ficar em casa, porque temos de evitar que a doença se espalhe", disse, prometendo que o Estado vai comprar milhões de testes da covid-19.

Boris Johnson

O primeiro-ministro anunciou que os britânicos só poderão sair de casa por razões essenciais, como comprar comida ou medicamentos, fazer exercício uma vez por dia (sozinho ou com membros da casa onde vive) e ir trabalhar. Os estabelecimentos de bens não essenciais, como lojas de roupa ou equipamento electrónico, jardins e locais de culto vão fechar portas.

Estas medidas são uma clara mudança de postura. O Governo é criticado por, na fase inicial da pandemia, ter optado por promover a imunidade de grupo, favorecendo o contágio de 60% da população, e resistir a avançar com medidas drásticas de isolamento social. A ser seguida, mais de meio milhão de pessoas iriam morrer, disseram especialistas ao Governo.

De acordo com o *Sunday Times*, esta abordagem foi promovida pelo principal conselheiro de Johnson, Dominic Cummings, com o executivo a responder tratar-se de uma "grave fabricação difamatória" . Referindo fontes do Partido Conservador, "o semanário diz que Cummings se opôs a medidas mais drásticas para proteger a economia, mesmo que isso significasse que alguns pensionistas morreriam". Mas, a partir de 12 de Março, após uma reunião com especialistas, passou a defender medidas drásticas.

Ontem, Downing Street tinha avançado com uma medida inédita para salvar os caminhos-de-ferro britânicos, privatizados por Margaret Thatcher, face à redução de 70% no número de passageiros: assumirá o seu controlo por pelo menos seis meses. "O Departamento dos Transportes vai suspender temporariamente todos os acordos e transferir todas as receitas e riscos de custos para o Governo por um tempo limitado, inicialmente de seis meses", anunciou em comunicado.

ricardo.fernandes@publico.pt

ANDREU DALMAU/EPA

Cerca de 12% dos infectados em Espanha são profissionais de saúde

No seu dia mais negro, Espanha teve 462 mortes em 24 horas

Alexandre Martins

Cerca de 12% dos infectados são profissionais de saúde. Esta semana a epidemia pode atingir o pico no país

Mais de um em cada dez casos confirmados de coronavírus em Espanha são funcionários dos serviços de saúde, entre médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar, disse ontem o director dos serviços de emergência do Ministério da Saúde, Fernando Simon. Em 24 horas, Espanha registou mais 462 mortes, para um total de 2782. Na grande maioria dos casos (87%), os mortos têm mais de 70 anos.

"Foram infectados 3910 profissionais do sector da saúde", disse Simon. O número total de infectados com o coronavírus em Espanha subiu mais de 4500 de domingo para segunda-feira, de 28.572 para 33.089. Destes, cerca de 12% são profissionais de saúde.

Tal como em muitos outros países mais afectados pela pandemia, os médicos, enfermeiros e outros profissionais queixam-se de não estar a receber equipamento suficiente para enfrentar a situação. O Governo e as empresas estão a tentar fazer chegar mais máscaras e outro equipamento aos hospitais, através de compras ao estrangeiro e produção no país.

Ontem, começaram a ser distribuídos 650 mil *kits* de despistagem rápida do coronavírus, que serão distribuídos de forma prioritária aos profissionais de saúde, e a lares de idosos. Este tipo de testes dá uma resposta em minutos, diz o *El País*. Procura antigénios (moléculas estranhas ao organismo, como o vírus) no exsudado nasofaríngeo. São menos fiáveis que o teste da PCR (Reacção em Cadeia da Polimerase), que detecta o material genético do vírus, mas mais rápidos.

Até agora, fazem-se cerca de 15 mil testes diários em Espanha.

O pico da epidemia pode chegar esta semana, alertou o ministro da Saúde, Salvador Illa. "Chegar ao pico não significa resolver o probema. A segunda etapa é alisar a curva [de casos] e a terceira, vencer o vírus", disse. Espanha tem 10% do número de casos em todo o mundo.

A vice-presidente do Governo, Carmen Calvo, de 62 anos, foi hospitalizada com uma infecção respiratória, e aguarda-se o resultado dos testes de despistagem do coronavírus, noticia o *El País*.

Amanhã, o Parlamento deverá aprovar a extensão do estado de emergência até 11 de Abril.

O director-geral da Organização Mundial de Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse que a pandemia está a acelerar. "Foram precisos 67 dias desde os primeiros casos até se chegar a 1000, 11 até chegar aos 2000 e quatro dias para chegar aos 300 mil", afirmou, citado pelo *El País*.

alexandre.martins@publico.pt

Bolsonaro volta atrás
Horas depois de ter decretado uma medida que permitia aos empregadores brasileiros suspender o pagamento de salários durante o estado de calamidade pública, por causa do coronavírus, o Presidente Jair Bolsonaro revogou essa alínea, cedendo à avalanche de críticas.

Bloqueio no Senado dos EUA
Por duas vezes, ontem e domingo, os democratas bloquearam no Senado dos EUA a aprovação do pacote de estímulos à economia norte-amercana apoiado pela Casa Branca para o combate aos efeitos da pandemia de coronavírus, no valor de cerca de 1,8 biliões de euros.

A gripezinha de Bolsonaro

Opinião
Sérgio Tréfaut

Asco. Repulsa. Nojo.
É o mínimo que o atual Presidente do Brasil, eleito pela população, suscita em qualquer pessoa com um resto de razão.

"Se eu não morri de uma facada, não é uma gripezinha que vai me matar" – foram as declarações de Bolsonaro sobre a covid-19, dias depois de abraçar multidões, desrespeitando a quarentena que lhe tinha sido imposta por médicos após ter viajado num avião com várias pessoas infetadas pelo novo coronavírus. Hoje já estão contaminados 22 membros da sua comitiva.

As palavras deste chefe de Estado a respeito da insignificância do coronavírus tiveram lugar há poucos dias, quando a doença já havia tirado a vida a mais de dez mil pessoas, quando dezenas de milhares se encontram entre a vida e a morte, quando equipas médicas em muitos países já não têm forças, quando se admite que milhões podem vir a morrer, inclusive no Brasil.

Com a sua prepotência ignorante, Bolsonaro acha-se superior a tudo isto. E os seus ministros não são melhores.

O ministro da Economia, face à crise iminente, ofereceu aos trabalhadores informais, que não poderão trabalhar durante o confinamento, cupões mensais de 200 reais (37 euros). Na mesma semana anunciou a possibilidade de despedimentos, até no setor público. Ontem, dia 23, Bolsonaro assinou o decreto que autoriza todas as empresas a suspender contratos de trabalho por quatro meses sem pagamento salarial.

O ministro da Justiça, suposto jurista, suposto juiz (condições desde logo incompatíveis com a sua participação num Governo que celebra a sangrenta ditadura brasileira), já disse ser impensável retirar das prisões os indivíduos em risco de contrair a doença. Felizmente, neste último fim de semana, uma prisão de Santa Catarina já tomou decisões contrárias às diretrizes de Sérgio Moro. Ainda assim, é possível que aconteça aquilo que muitos brasileiros desejam, a começar pelo Presidente: grande parte do presos serão contagiados pela covid-19 e morrerão sem tratamento.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, célebre pela sua ignorância e pela falta de diplomacia, defende agora face à China o petulante filho de Bolsonaro, quando este causa conflitos de Estado com *tweets* que acusam o Governo chinês da disseminação do vírus no mundo.

O ministro da Saúde, que deveria ter planos para a contenção do vírus, quase nada fez até há uma semana. Começou a falar na televisão, com um discurso mais preocupado, mas também foi inicialmente desmentido e desdramatizado por Bolsonaro.

Nesse contexto, Bolsonaro e o seu Governo ficaram mais frágeis.

Na última semana, os governadores dos Estados mais atingidos pela epidemia, São Paulo e Rio de Janeiro, tentaram contornar a inércia de Brasília e defenderam medidas locais de proteção (fecho de escolas, confinamento da população, fecho de fronteiras internas), semelhantes às que implementaram vários países.

O Presidente da República condenou imediatamente o *alarmismo histérico* destes governadores *lunáticos* e iniciou uma nova guerra. Proibiu o encerramento das fronteiras entre estados, alegando ser catastrófico para a economia, e recusou que os voos internacionais fossem suspensos. A respeito do confinamento, não teve poderes para impedir as medidas, mas continua a fazer declarações delirantes: "O Estado não pode limitar as aglomerações religiosas!" (que no Brasil reúnem milhares de pessoas); "Quem sabe disso é o pastor, não é o Estado!"

É visível que nesta última semana o país desacelerou o ritmo. Os que têm meios começaram a ficar em casa. Os pobres continuaram a sua atividade, perguntando-se como vão sobreviver.

Ainda agora, Bolsonaro se assume como um ser iluminado, um protegido de Deus, ele é "o mito", sempre em guerra contra as pretensões da ciência, que considera um instrumento político dos seus adversários.

Todos no Brasil sabem que Bolsonaro é indiferente ao extermínio dos índios, todos sabem que declarou na televisão preferir a morte de um filho a saber que era homossexual, todos conhecem as suas frases racistas e misóginas, todos sabem que defende com orgulho a ditadura brasileira e a tortura. Mas foi eleito.

> **É inevitável que o Brasil entre brevemente em estado de epidemia generalizada. Nas cidades, os hospitais não terão camas. Nas favelas será um genocídio**

Talvez, com as suas atitudes neste período, tenha perdido alguma credibilidade entre os seus apoiantes que vêem o desastre se aproximar. Nas última semanas, alguns aliados o condenaram, foram apresentados pedidos de *impeachment*. Organizam-se "panelaços" anti-Bolsonaro todas as noites. Mas não é certo que a população de fiéis que o elegeu o abandone. Até à data, nenhum ministro pediu demissão por julgar impossível estar num Governo regido por um louco.

É como se o Governo brasileiro não tivesse noção de que Jair Bolsonaro é desprezado e considerado um demente pela comunidade internacional, por todos os chefes de Estado do mundo, e até mesmo por aqueles que vêem nele um fiel aliado. Mas, com a sua leviandade nesta crise de saúde, as coisas podem mudar.

O primeiro caso de morte por coronavírus no Estado do Rio de Janeiro é emblemático da cruel realidade do país. Trata-se de uma empregada doméstica, contagiada por uma patroa que regressou de Itália e que, apesar de se saber portadora do vírus, não dispensou a empregada e não a protegeu. Vários exemplos equivalentes se repetem numa sociedade que preserva um espírito escravocrata.

Até há dias, os testes para a covid-19 não faziam parte da política nacional de saúde. Terão sido só utilizados em regime privado, a um preço proibitivo. Os políticos em Brasília foram quase todos testados. Outros testes também serviram para confirmar a causa de óbitos hospitalares. A primeira vítima oficial do coronavírus no Brasil foi internada sem qualquer teste nem suspeita do novo vírus. O diagnóstico foi feito no cadáver. Logo de seguida, faleceram cinco pacientes graves no mesmo hospital.

Ainda hoje, não existem testes disponíveis para saber se as pessoas que chegam nos hospitais com incapacidade respiratória, febres e outros sintomas estão infetadas. Se os doentes não necessitam de internamento imediato, são mandados para casa, sem teste. Os testes nem chegam para a quantidade de médicos doentes. "Os testes rápidos foram encomendados", disse há dias o ministro da Saúde.

Por outro lado, a estratégia de confinamento preconizada para evitar o contágio e já adotada por alguns Estados brasileiros (contra a vontade do Presidente) é tardia e pode não ter grande realismo num país com 80 milhões de pobres, que vivem sem condições sanitárias mínimas. Nas favelas do Rio de Janeiro, a vida social continuou até este último fim de semana. É inevitável que o Brasil entre brevemente em estado de epidemia generalizada. Os especialistas preveem um quadro muito pior que o da Itália.

Nas cidades, os hospitais não terão camas. Nas favelas será um genocídio.

Nesse contexto de hospitais saturados, é provável que o Exército seja chamado para gerir a situação – como já aconteceu em várias epidemias de dengue. O Exército pode criar hospitais de campanha, angariar pessoas e meios. Mas talvez não tenha apenas essa função.

Surpreendentemente, dentro desse caos, não é impossível que Jair Bolsonaro tente recuperar algum crédito. Afinal serão os militares, aqueles que tanto valoriza, que surgirão como heróis.

Só que os militares também podem encontrar uma forma de afastar do poder o Presidente mais irresponsável e criminoso que o Brasil alguma vez teve.

Todos sabem que o número de mortos no Brasil será enorme devido à irresponsabilidade do Governo federal e do Presidente. Mas ninguém consegue prever o futuro político do país.

Cineasta a residir no Rio de Janeiro

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Politécnicos ponderam adiar pagamento de propinas

Samuel Silva

As famílias fazem contas à perda de rendimentos devido à pandemia da covid-19 e o Governo e as instituições de ensino superior mostram preocupação com um eventual aumento do abandono entre os estudantes. Há institutos politécnicos em que o prazo de pagamento das propinas está, por isso, a ser prolongado. As universidades entendem que a decisão é ainda prematura.

O Instituto Politécnico de Setúbal, presidido por Pedro Dominguinhos – que lidera também o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) – decidiu alargar o período de pagamento das propinas. Em discussão está ainda o prazo desse adiamento, que poderá ser de dois ou três meses, em função da evolução da situação causada pela covid-19.

A propina de licenciatura tem, actualmente, um tecto máximo de 871,52 euros anuais. O valor é, na generalidade das instituições, parcelado, sendo o pagamento feito em três a nove prestações.

A possibilidade de alargamento do prazo do pagamento das propinas também "está a ser analisada" pelos restantes politécnicos no âmbito do CCISP, avança Dominguinhos. A comissão permanente daquele organismo reúne-se amanhã para debater as medidas de apoio aos estudantes que podem ser tomadas no contexto da crise socioeconómica motivada pela pandemia. "Todas as instituições estão a tomar medidas, tendo em conta a sua situação financeira e o conhecimento que têm dos seus alunos", garante o presidente do CCISP. A grande preocupação é que a perda de rendimento das famílias não tenha um impacto no aproveitamento dos alunos nem provoque um aumento do abandono escolar. Essa é também a preocupação do Governo que, numa carta que Manuel Heitor enviou às associações académicas – para assinalar o Dia Nacional do Estudante, que se celebra hoje – garante que o pagamento das bolsas de acção social a carenciados "está garantido".

A perspectiva de um período de "eventuais novas dificuldades económicas para as famílias" faz antever a necessidade de usar os apoios sociais previstos na lei, afirma também Heitor. O regulamento de bolsas de acção social em vigor permite aos alunos apresentar a candidatura a este apoio do Estado em qualquer momento do ano lectivo. Um estudante que já se tenha candidatado, pode pedir a reapreciação do seu processo no caso de os rendimentos do seu agregado familiar sofrerem uma diminuição. Ou seja, os alunos cujas famílias sejam afectadas pelas consequências económicas da pandemia podem vir a ter um apoio para continuar a estudar ainda este ano.

Os impactos do novo coronavírus no superior também vão ser analisados esta semana pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, mas uma eventual mexida no pagamento das propinas não é, para o presidente daquele organismo, Fontainhas Fernandes "uma prioridade neste momento". "Mais importante é garantir que as universidades estão mesmo a funcionar à distância."

Politécnico de Setúbal, presidido por Pedro Dominguinhos, alargou o período de pagamento

Entre os estudantes, as posições também se dividem. A Federação Académica de Lisboa defende que as propinas possam ser pagas "mais faseadamente". A Federação Académica do Porto propõe a suspensão dos juros de mora cobrados aos alunos que se atrasem a pagar. Entre as principais estruturas estudantis, a Associação Académica de Coimbra é a única que pede uma "suspensão imediata" do pagamento.

samuel.silva@publico.pt

O desporto vira-se contra os Jogos Olímpicos

Austrália, Canadá e Noruega já abortaram a participação. Atletas e federações unem-se pelo adiamento de Tóquio 2020

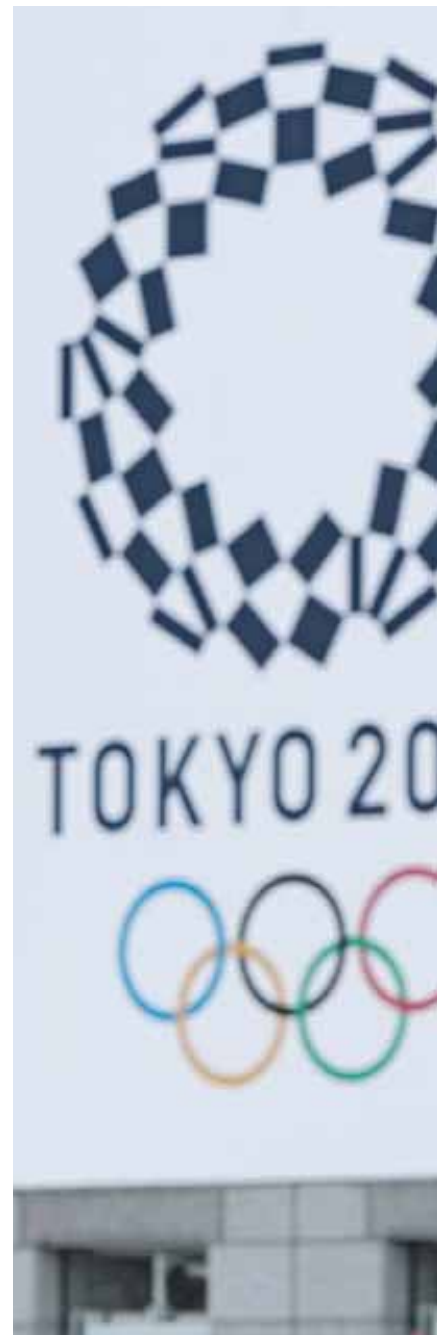
Marco Vaza

Parece já ser uma questão de tempo até os Jogos Olímpicos de Tóquio serem adiados, mas, enquanto essa decisão drástica não é tomada, o desporto mundial reforça a sua união num único sentido: o adiamento do evento que, por enquanto, tem início marcado para 24 de Julho. Federações internacionais, comités olímpicos nacionais e atletas têm-se feito ouvir e até já há países a anunciarem o boicote, caso os Jogos se mantenham nas datas previstas, reclamando uma decisão mais cedo do que tarde. O Comité Olímpico Internacional (COI) já anunciou, através do seu presidente Thomas Bach, que deu a si próprio quatro semanas para tomar uma decisão, mas vozes de peso como a de Dick Pound já dão o adiamento como irreversível.

A verdade é que, depois de semanas entrincheirados numa posição oficial de "continua tudo igual", tanto o COI como a organização local e o Governo japonês já admitem o cenário de cancelamento perante a ameaça global que a covid-19 representa. Ontem, Shinzo Abe, primeiro-ministro japonês, já modelou o seu discurso para deixar essa porta aberta.

"Se me perguntam se nós conseguimos receber os Jogos Olímpicos neste momento, tenho de dizer que o mundo não está em condições. É importante que, não apenas o nosso país, mas que todos os países participantes possam estar nos Jogos bem preparados", disse o governante japonês, sendo que a decisão final não é da organização local, mas do COI.

A expansão do novo coronavírus colocou em suspenso todas as provas de qualificação olímpica agendadas para os próximos meses – ainda há 43% de vagas por preencher – e afectou a preparação dos atletas já qualificados. Austrália e Canadá, habitualmente duas das maiores comitivas nos Jogos Olímpicos, anunciaram o seu boicote a Tóquio praticamente em simultâneo e com justificações semelhantes. "Para nós, é claro que os Jogos não podem decorrer em Julho. Os nossos atletas têm sido magníficos e com uma atitude muito positiva na preparação, mas o stress e a incerteza têm sido um desafio para eles", declarou Ian Chesterman, o chefe da missão australiana. Durante o dia, a Noruega seguiu pelo mesmo caminho e o Reino Unido também está a ponderar o boicote.

As federações internacionais também se estão a posicionar a favor do adiamento de um evento que, em condições normais, iria ter a participação de cerca de 11 mil atletas. Sebastian Coe, presidente da World Athletics, escreveu, numa carta aberta, que "os Jogos Olímpicos em Julho deste ano não são exequíveis, nem desejáveis", e as poderosas federações de natação e atletismo dos EUA também já anunciaram uma posição conjunta de apoiarem o adiamento dos Jogos. Mais: segundo uma sondagem da

"Os Jogos Olímpicos em Julho deste ano não são exequíveis, nem desejáveis", disse Sebastian Coe

Associação dos Atletas, um organismo presidido pelo campeão olímpico do triplo salto Christian Taylor, junto de quatro mil praticantes de atletismo do mundo inteiro, 78% são favoráveis a um adiamento.

O mesmo acontece, de resto, com Dick Pound, veterano membro do Comité Olímpico Internacional (COI). Em entrevista ao jornal norte-americano *USA Today*, o canadiano foi claro: "Com a informação que o COI tem, o adiamento foi decidido. Os parâmetros ainda não foram determinados, mas, pelo que sei, os Jogos não vão começar a 24 de Julho."

KIMIMASA MAYAMA/EPA

Em Portugal, também há uma posição comum que aponta para o adiamento dos Jogos. O Comité Olímpico de Portugal (COP), liderado por José Manuel Constantino, pediu a Thomas Bach que "rapidamente possa anunciar ao mundo uma solução de adiamento que tranquilize os atletas e as organizações desportivas", reforçando a precariedade na preparação dos atletas portugueses e a dificuldade no acesso aos centros de treino".

Entre muitas federações nacionais, o discurso é idêntico. Judo, atletismo, canoagem, natação e vela, todos salientam a urgência no adiamento. "Olhando para o quadro mundial, temos sérias reservas que se possam realizar os Jogos na data marcada. Se os melhores não podem estar porque existe uma pandemia, não existem condições", admitiu ao PÚBLICO Luís Rocha, director técnico nacional da Federação Portuguesa de Vela.

mvaza@publico.pt

A pandemia covid-19 está para ficar por muitos e longos meses de pura tortura. Uma estimativa realista aponta para 1,5-2 anos. Explicamos porquê

Isolamento social até quando?

Opinião
Sílvia Vilarinho e João P. Pereira

A pandemia da covid-19 não tem precedente na nossa história. Nunca a espécie humana se movimentou tanto pelo planeta de forma tão fácil e rápida. Em poucas semanas, uma infecção num mercado local de uma província da China espalhou-se pelo planeta, como só a gripe espanhola de 1918 se aproximou.

A gripe espanhola de 1918 globalizou-se porque coincidiu com o movimento em massa de tropas combatentes da Primeira Guerra Mundial, que espalharam o vírus Influenza H1N1 por onde passaram até aos seus destinos finais. Há cem anos, a gripe espanhola infetou um terço da população mundial e matou entre 50-100 milhões de pessoas porque a medicina era pouco desenvolvida, desde as infraestruturas hospitalares, passando pelos métodos de diagnóstico e detecção do vírus, até à própria formação dos médicos, enfermeiros, farmacêuticos técnicos e auxiliares de ação médica. Hoje, a pandemia de 1918 devido ao H1N1 seria provavelmente, no mínimo, cem vezes menos letal.

A pandemia covid-19 pode ganhar esta absurda competição entre vírus e pandemias, porque hoje, como nunca, movimentam-se milhões de pessoas por dia no mundo inteiro. Para além deste fator, o vírus SARS-CoV2 (responsável pela pandemia covid-19) é mais eficaz na sua transmissão de pessoa para pessoa do que o H1N1 de 1918. Em média, uma pessoa infectada com SARS-CoV2 transmite o vírus a 2,2 pessoas, enquanto o H1N1 infectava "apenas" 1,8 pessoas. Por estas razões, a pandemia covid-19 está para ficar por muitos e longos meses de pura tortura. A nossa estimativa otimista é de um ano. Uma estimativa realista aponta para 1,5-2 anos. E explicamos porquê.

A 21 de Março de 2020, estão confirmados 284.815 casos de infeção por SARS-CoV2 em todo mundo. Uma vez que a população mundial é de aproximadamente 7,5 mil milhões de pessoas, significa que apenas cerca de 0,003% da população já foi infetada, e a maioria dos que sobreviveram espera-se que terão desenvolvido imunidade a este vírus. É sabido que para parar a transmissão de doenças infeto-contagiosas de pessoa para pessoa é necessário que a grande maioria da população (75 a 94%) esteja imune à doença em causa. Este fenómeno tem um nome e chama-se "imunidade de grupo".

No século XXI, o nível de cobertura de "imunidade de grupo" necessário para uma variedade de doenças infeto-contagiosas é atingido através de vacinas eficazes (por exemplo, sarampo, poliomielite, etc.). Deste modo, serão precisas doses de vacina anti-SARS-CoV2 (ou de outro método ultra-eficaz de erradicação do vírus) para muitos milhões de pessoas para se poder aliviar medidas de isolamento social, sob risco de ocorrerem sucessivas ondas de infeção maciça, cada uma com o seu crescimento exponencial como o que se regista em Portugal neste momento.

Hoje, há vários grupos de investigação a trabalhar dia e noite em vacinas e antivíricos anti-SARS-CoV2, enquanto outros grupos procuram soluções criativas para adaptar ventiladores a vários doentes ao mesmo tempo. É tempo de arregaçar as mangas, ignorar burocracias e lutar pela vida como a conhecemos. Mas o cenário mais otimista não prescinde de pelo menos 6-9 meses de trabalho árduo até se produzir a vacina ou tratamento alternativo em número suficiente para dar resposta a esta necessidade. Estas são as razões da nossa estimativa optimista de um ano, e realista de entre um a dois anos, de restrições severas à nossa mobilidade e distanciamento social forçado.

Na biologia, na evolução das espécies, assim como na política e na governação, há processos genéticos e momentos de decisão que levam a compromissos. Por exemplo, há mutações genéticas que causam anemia de células falciformes e que levam doentes aos hospitais ocidentais. No entanto, a mesma mutação que causa anemia salva milhares de pessoas em regiões onde o parasita da malária predomina. De uma forma semelhante, as restrições à nossa liberdade impostas pelos governos levam ao desemprego de milhares de pessoas mas são responsáveis por salvar também centenas, milhares, de vidas. Por vezes, e quase sempre em situações extremas, há compromissos que têm de se fazer por forma a alcançar um novo "equilíbrio" em virtude de o mundo ter mudado.

Estamos a viver tempos excecionais que requerem medidas não convencionais. O número de novos casos diagnosticados de SARS-CoV2 chegará seguramente a zero. Nesse dia, a tentação de começar a aliviar as restrições à liberdade de movimentação será grande e justificada pela necessidade de retoma da atividade económica, do regresso ao emprego para milhões de pessoas, e das crianças, jovens e adultos às escolas. Mas esse dia poderá ser apenas o fim do princípio da pandemia covid-19 se a "imunidade de grupo" ainda não estiver suficientemente estabelecida. O recomeçar da vida em normalidade terá de ser um compromisso entre o impacto sócio-económico da perda de liberdade individual e coletiva, e a capacidade humana e material dos serviços de saúde em conseguir dar resposta a ciclos sucessivos de crescimento exponencial do SARS-CoV2. É que convém lembrar que 99,997% da população mundial continua sem ter sido exposta a este vírus e muito capaz de o transmitir de pessoa para pessoa, e em ondas sucessivas até a "imunidade de grupo" ser alcançada.

O conceito "imunidade de grupo" também explica o quão perigoso são para a sociedade geral outros fenómenos "virais" como os cépticos da vacinação. Se a pandemia covid-19 trouxe algum benefício para a sociedade talvez seja o de reduzir, por muitos e bons anos, as vozes histéricas antivacinação a simples ruído de fundo.

SEBASTIAO MOREIRA/EPA

Sílvia Vilarinho é professora assistente de Medicina e Patologia, Escola de Medicina, Universidade de Yale, New Haven, EUA; João P. Pereira é professor associado de Imunologia na mesma escola

ESPAÇO PÚBLICO

Francisca van Dunem

O e-leilões, criado em 2016 através de um protocolo entre o Ministério de Justiça e a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, está a provar que foi uma medida eficaz: em quatro anos, a venda de bens no portal no âmbito de processos judiciais, de insolvência e apreendidos em processos-crimes ultrapassou os 1659 milhões de euros, sendo que vem aumentando todos os anos. Os imóveis e os veículos são os bens mais vendidos. (Pág. 30) **J.J.M.**

João Pedro Matos Fernandes

A leitura do Presidente da República do OE2020 valida a posição do Governo e do ministro do Ambiente quanto à construção da linha circular do Metro de Lisboa, que tanta polémica tem dado. Marcelo rejeita o entendimento da AR de que a construção da linha ficou suspensa na sequência de uma coligação negativa na AR, que, no seu entender, limitou-se a formular recomendações. Assim, recusa a ideia de que o projecto ficou em causa. (Pág. 28) **J.J.M.**

O optimismo de Costa voltou a ser "irritante"

Manuel Carvalho
Editorial

Há razões de sobra para que, neste momento de grandes dificuldades e desafios para o país, sejamos contidos nas críticas ao governo, ao Ministério da Saúde ou à Direcção-Geral da Saúde. Temos de reconhecer que o combate ao novo coronavírus está a ser feito num território novo, imprevisto e para o qual não é possível aplicar conhecimentos e experiências anteriores. Mas entre o discurso prudente que ouvimos ao primeiro-ministro no momento em que declarou o apoio do Governo ao estado de emergência e as suas declarações de ontem, quando afirmou que "até agora não faltou nada e não é previsível que venha a faltar o que quer que seja" no combate ao vírus, há uma diferença que impõe um juízo: António Costa fica melhor na primeira versão.

Sabemos que o Governo está, como todos nós, sujeito a uma enorme pressão, a um tremendo desgaste e a uma impressionante carga de trabalho. Sabemos também que tem feito muito para dar resposta aos problemas. Sabemos, nomeadamente, que fez compras de testes e de ventiladores, que reforçou a capacidade de acolher doentes infectados com o novo coronavírus, que aumentou o quadro de pessoal dos médicos e de enfermeiros. Mas, sabemos também que esse esforço é insuficiente. Sabemos que os médicos, quem mais defende os cidadãos neste momento, estão muitas vezes indefesos perante a ameaça do vírus. Sabemos que há hospitais que pedem acetatos para fazerem óculos de protecção. Que não há luvas ou máscaras de protecção. Sabemos que há falta de capacidade de fazer testes.

Temos o dever de entender as dificuldades que o SNS enfrenta. As mesmas carências acontecem em Espanha ou em Itália. No quadro geral de ansiedade em que vivemos, é melhor reconhecê-las do que tentar criar um mundo imaginário onde não existem. Os hospitais, os médicos e os enfermeiros trabalham em condições por vezes péssimas. Dizer que tudo está a ser feito para superar as dificuldades, ajuda-os a encontrar vontade e determinação para prosseguirem. Negá-las apenas alimenta a insegurança e contamina a moral que hoje é mais necessária do que nunca. Dizer que o SNS está com dificuldades porque ninguém era capaz de imaginar que seria sujeito a um tão terrível teste é algo que todos somos capazes de perceber. Garantir que "não perderemos o controlo da situação" é encorajador. Afirmar que tudo está bem sublinha apenas um optimismo "ligeiramente irritante", para usar a expressão de Marcelo, que nem é real nem produtivo. Para Costa e para nós, o melhor mesmo é que conserve a atitude serena e grave que tem mostrado nas últimas semanas.

manuel.carvalho@publico.pt

Empresas aceleram resposta a explosão do comércio online

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Saúde mental na situação de excepção

A restrição drástica de contactos sociais na situação de emergência pode ser mais difícil para as pessoas extrovertidas, carentes de convívio. No entanto, o isolamento social necessário corresponde ao distanciamento físico, não ao comunicativo, que se pode e deve manter à distância, através dos meios de que dispomos, por telefone e pela Internet. A voz e a imagem deslocam-se sem a presença física directa. A pessoa está presente, em interacção solidária, exprimindo afectos e ideias. A mobilidade também se pode manter num espaço pequeno, dando liberdade à imaginação psicomotora. Mesmo sem um pequeno passeio na rua, a visão pode espraiar-se da varanda, os olhos podem alcançar distâncias, podem olhar-se as nuvens, ou paisagens das cercanias, e à noite, a abóbada celeste, tão esquecida nas cidades. Há uma questão importante, especialmente para pessoas sensíveis e ansiosas, que é evitar passar o tempo a ver notícias na televisão sobre a pandemia. A sobrecarga informativa pode contribuir para descompensar a saúde mental. Receita: música, leituras, programas lúdicos e distractivos. E ocupações práticas. E uma boa dose da agora saudável mania das limpezas, sempre que se justifique.

José Manuel Jara, médico psiquiatra

Alarmismo e oportunismo

De quando em vez, as sociedades são confrontadas com o aparecimento de novas doenças que são assustadoras e em que o medo retrai os cidadãos de prosseguir uma vida dentro da normalidade. Também sabemos que existem sociedades onde o sistema de saúde deficitário não consegue dar resposta ao aparecimento e consequente aumento de casos que põem em causa a vida e o bem-estar das pessoas, em que as informações contraditórias podem desencadear demasiado alarmismo, e em que o mais importante é agir de forma preventiva. O que é mais lamentável e surpreendente é que quando são muitos os que sofrem muitos são também aqueles que vão tirando partido destas situações, fazendo especulação de preços dos bens de consumo.

Américo Lourenço, Sines

Saibamos tirar ilações

Face ao novo inimigo da humanidade, a covid-19, não há nada mais importante que cumprir as directrizes das autoridades para que a vida retorne à normalidade o mais rápido possível. E é em momentos como estes que é importante enaltecer a existência do SNS e a mais-valia que representa para combater este flagelo, não obstante reconhecermos as lacunas e dificuldades que enfrentam os seus profissionais para dar a melhor resposta. Porém, paralelamente, tal como o Governo reconheceu, importa salvar as empresas e manter os empregos para evitar a estagnação da economia. Tenhamos esperança no futuro, conscientes de que esta terrível experiência que estamos a viver constitui apenas uma antecipação, e um aviso, do que nos espera se não conseguirmos aprender com os erros do passado. Algo que é contextualizado em jogos de poder e interesse que inquinam o planeta.

Manuel Vargas, Aljustrel

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

Maria Manuel Mota

Quando se prevê que nos próximos tempos surjam mais casos positivos da covid-19 e quando também se sabe que os testes de diagnóstico não vão chegar para todos, é importante e significativo saber que há mais opções a surgirem para que o país esteja prevenido quando esse aumento acontecer: o Instituto de Medicina Molecular, dirigido pela investigadora Maria Manuel Mota, criou um *kit* de diagnóstico português, já acreditado. (Págs. 4/5) **J.J.M.**

Abdel Fattah al-Sissi

A denúncia é da Human Rights Watch e aponta ao Egipto e ao regime liderado pelo Presidente Al-Sissi. Segundo a HRW, as forças de segurança estão a deter, torturar e a forçar o desaparecimento de centenas de crianças, com a justiça a ignorar as violações de direitos humanos. O relatório tem duas dezenas de relatos de crianças do que se passa num país onde quem for suspeito de se opor ao regime é detido e corre o risco de ser torturado, seja qual for a idade. (Pág. 36) **J.J.M.**

ESCRITO NA PEDRA

Fazer uma lei e não velar pela sua execução é o mesmo que autorizar aquilo que queremos proibir

Cardeal de Richelieu (1585-1642)

SEM COMENTÁRIOS *MS FANTASIA*, O NAVIO CRUZEIRO QUE ACOSTOU EM LISBOA NO DOMINGO

MIGUEL MANSO

EM PUBLICO.PT

Os belgas vão à janela mostrar os seus tesouros da quarentena

Yves Herman, da Reuters, fotografou os belgas que mostraram os objectos que lhes são mais queridos e preciosos a partir das varandas e janelas publico.pt/p3

Rir na (e da) quarentena: comédia para o isolamento

Uma mão-cheia de sugestões para aproveitar algum do melhor humor que corre pelos serviços de *streaming* e outras plataformas *online* publico.pt/ípsilon

"Há muito amor que não vai sobreviver a este afastamento"

Ana e Afonso não estão juntos há mais de uma semana, mas as mensagens não os deixam ter saudades. São namorados que o coronavírus separou publico.pt/ímpar

Vai morrer longe

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Na semana passada aconselhavam-nos a manter um metro de distância. Hoje já são dois. Isto ensina-nos a observar mais a tendência dos conselhos do que os conselhos propriamente ditos.

Que é feito do italiano que andou pelo mercado com um círculo de um metro à volta da cintura? Quantos desgraçados juraram ter andado a um metro de distância de toda a gente mas acabaram infectados na mesma? Quantos foram necessários para convencer as autoridades a alterar a distância aconselhada para dois metros?

Seria ingénuo obedecermos agora aos dois metros. Olhando para a tendência evolutiva, tudo indica que três metros será a próxima distância aconselhada. E depois quatro – até alguém conseguir espirrar partículas ainda mais um metro e chegar-se à conclusão de que a maneira mais segura de nos aproximarmos de outro ser humano é por telemóvel.

Dizem-nos que o isolamento é a única coisa que nos protege, mas nós, sendo humanos, começamos logo à procura de excepções. Dizem-nos que só podemos ir à farmácia ou ao supermercado e assim, quando vamos passear, temos o cuidado de levar connosco uma receita médica e uma lista de compras.

Achamos sempre que cada um de nós é especial. Cada um de nós é uma excepção. O que é bom para os outros não é necessariamente o melhor para nós. Porque nós somos complexos e sabemos com que linhas nos cosemos enquanto os outros são uns simples, coitados, e não fazem ideia de a quantas andam.

Deveríamos aprender com o vírus que é estúpido e não distingue entre nós: sejamos estúpidos também, se preferimos viver.

A presidência portuguesa da UE e a crise da covid-19

Paulo Rangel
Palavra e Poder

1 É evidente que toda a prioridade política – e, já agora, não política – tem de ser dada à frente da saúde pública, à frente do salvamento de vidas e da prevenção de danos irreversíveis. Todas as outras frentes são neste momento retaguardas, simplesmente retaguardas. Basta olhar para a catástrofe que se assenhoreou da Itália e também da Espanha para o compreender. Mas as retaguardas são isso mesmo: retaguardas. Não podemos nem devemos desguarnecê-las. São dimensões da vida em sociedade a que teremos de voltar assim que se conclua a luta na frente ou que temos de cuidar mesmo enquanto estamos focados na primeira linha. A circunstância de empenharmos todos os recursos político-administrativos e da sociedade civil na única frente possível e legítima – o combate à propagação da covid-19 – não implica que ignoremos ou descuidemos tudo o resto. Tudo o que está nas retaguardas.

O país dispõe de recursos humanos e institucionais mais do que suficientes para, enquanto se concentra na frente crítica, tratar dos assuntos da retaguarda. Para não sermos de novo apanhados de surpresa, com pouca preparação e muita improvisação, impõe-se começar a planear o mundo de frentes a que teremos de fazer face assim que esta gravíssima crise se dissipe. É fundamental, é mesmo imperioso, que organizemos uma série de planos sectoriais, concentrados unicamente na preparação das tarefas que nos ocuparão no "pós-crise" sanitária. Aos olhos de todos, avulta a área económica; na qual, como é notório, tem de se começar a laborar desde já. Mas pense-se, por exemplo, na área da educação, da administração pública, da justiça. Pense-se também na dimensão da política europeia, que atingirá em cheio a presidência portuguesa de 2021.

2. Olhemos, a título de exemplo, para a educação. Como será possível recuperar o conjunto de matérias que entretanto ficaram por leccionar? Como uniformizar as aprendizagens, se escolas e turmas tiveram condições estruturalmente diferentes de levar a cabo o ensino à distância?
Como organizar as avaliações, de modo a garantir justiça relativa e fiabilidade do grau de conhecimento adquirido? Como assegurar a regularidade e equidade da época de exames? Que lições tirar, já para o próximo ano lectivo, da experiência de ensino fora do *campus* escolar?
Tudo isto pode ser estudado, debatido e decidido agora. Não temos de aguardar pelo fim da crise para ver o que fazer.

3. A dimensão da política europeia é crucial. É crucial desde logo na gestão contemporânea da crise. O Governo precisa de uma estratégia urgente para a dimensão europeia, seja na perspectiva nacional, seja na perspectiva de conjunto. Para tanto deveria constituir uma *task force*, tão inclusiva quanto possível, que reunisse especialistas das mais variadas áreas. Nesse mesmo trabalho deveria envolver a Presidência da República e os principais partidos da oposição. Essa *task force* deve organizar uma estratégia de actuação do Estado português no quadro europeu na fase de resposta à crise, que, em muitos casos, condicionará fatalmente os desenvolvimentos futuros. Mas a utilidade deste grupo de missão tem de ser potenciada, isso sim, na preparação da visão portuguesa para os desafios gigantescos do pós-crise sanitária.

> **Portugal não pode partir para este exercício sem uma visão clara do que ambiciona e aspira para a União depois de um cataclismo de proporções que serão sempre gigantescas**

4. Dizer que os desafios pós-crise serão avassaladores não é exagerar ou caricaturar. Já muitos têm dito e escrito – com Mario Monti à cabeça – que é a própria existência da União Europeia que estará em causa. Julgo que estão basicamente certos e voltarei a este tema nos próximos artigos.

OLIVIER HOSLET/EPA

Para já, chega-nos a consciência de que se joga a sobrevivência da União para aquilatarmos da importância das decisões pós-crise.

5. Portugal terá a presidência no primeiro semestre de 2021, logo depois da Alemanha e antes da Eslovénia, constituindo com estas um trio. A presidência seguinte – primeiro semestre de 2022 – caberá à França. A presidência lusa ocorrerá pois entre as presidências dos dois Estados mais poderosos da UE, a Alemanha e a França. Por um lado, Portugal estará entalado entre os dois motores da UE; por outro lado, não deixará de estar numa posição de charneira, cabendo-lhe representar a visão dos países médios (já que à Eslovénia ficará a mediação dos mais pequenos). Portugal não pode partir para este exercício sem uma visão clara do que ambiciona e aspira para a União depois de um cataclismo de proporções que serão sempre gigantescas. E, ao mesmo tempo e do mesmo passo, não pode arrancar sem uma ciência razoável do que é efectivamente possível e atingível.

6. Antes de tudo o mais, uma abordagem estratégica realista tem de conceber e projectar os diferentes cenários, que podem variar de um "salto" integracionista até à simples dissolução (camuflada ou assumida) da UE. E de perspectivar qual o posicionamento e qual a resposta de Portugal em cada um desses cenários. Será preciso avaliar como "sai" a coesão política dos Estados-membros de uma crise deste alcance e como "sai" a sua "disposição" face ao futuro (os Estados do Leste podem estar mais reticentes, a Itália igualmente, a Grécia, com a crise migratória, também). Depois deverá naturalmente pugnar pelo cenário que melhor defenda os interesses dos cidadãos nacionais e europeus. Só para tomarmos alguns exemplos. Será necessário revisitar a posição sobre Schengen e um espaço sem fronteiras, aí incluído o velho problema das migrações. Será imprescindível ter uma posição sobre a evolução da união económica e monetária. Será importantíssimo equacionar como lidar com as questões do Estado de direito em alguns Estados. Será, por exemplo, conveniente perceber se a UE deve ter competências no domínio da saúde (ou da saúde pública). Estas são questões para as quais temos de estar preparados, muitíssimo bem preparados. O estado de emergência em nada impede que, em simultâneo e sem nenhum prejuízo para a resposta à crise sanitária, cuidemos, tanto quanto possível, de preparar o mais incógnito dos dias: o dia seguinte.

Eurodeputado (PSD). Escreve à terça-feira
paulo.rangel@europarl.europa.eu

SIM

Municípios e autarcas São quem tem estado à frente da defesa das populações, seja na prevenção (caso dos testes), seja na solução dos problemas mais críticos. Um exemplo para o Governo central.

NÃO

Governo e ajuda europeia Até ontem ainda não tinha recorrido à ajuda do Mecanismo Europeu de Protecção Civil para repatriamento ou equipamento protector. Muita comunicação, pouca capacidade de resposta.

Coronavírus: as consequências

Francisco Bethencourt

Eis a primeira consequência do coronavírus: a rutura com a política neoliberal dos governos conservadores

O Governo britânico abandonou a política darwiniana de infeção generalizada em favor da política restritiva dos governos europeus. A equipa de Neil Ferguson do Imperial College, especializada em modelização de epidemias, mostrou que 250.000 britânicos e 1,2 milhões de norte-americanos, no mínimo, iriam morrer sem intervenção. Nenhum governo resistiria a esta hecatombe. O Governo britânico decidiu ainda dedicar 350 mil milhões de libras para ajuda a empresas, garantindo 80% dos salários de trabalhadores licenciados até ao valor de 2500 libras mensais por três meses. Mais de três milhões de pessoas podem ficar sem trabalho. Existem moratórias para pagamentos fiscais, juros de empréstimos e rendas de casa.

Esta é a primeira consequência do coronavírus: a rutura com a política neoliberal dos governos conservadores. Transformação semelhante ocorreu em França: o coronavírus transformou Macron de social-liberal (menos radical que os conservadores britânicos) em adepto do Estado-Providência. Não me parece que estas políticas tenham vindo para ficar, mas devemos registar que a função do Estado, para a elite governamental de direita e centro, foi alargada da tradicional proteção dos negócios para a proteção das pessoas. O problema é como sair da crise económica, pior que em 2007-2009.

No setor dos serviços, a imposição de distância social para conter a difusão do vírus levou ao fecho de empresas e instituições. Esta é a segunda consequência, a expansão do trabalho em casa via Internet. Só as grandes empresas poderão resistir no futuro à descoberta das vantagens deste sistema: redução drástica do tempo gasto em transportes e provável aumento da produtividade. É preciso oferecer vantagens para manter um ambiente gregário e criativo, como acontece com os escritórios da Google em King's Cross, equipados com ginásio e restaurante biológico.

Nas universidades, a greve foi cancelada no meio da terceira semana e passámos a ensinar *online* a partir de casa. A experiência tem sido gratificante: o Microsoft Teams funciona com melhor imagem do que o Skype, é fácil de usar, podem colocar-se textos no ecrã, introduzir PowerPoint comentado ou criar pequenos grupos de discussão. Praticamente não há diferença em relação à aula em presença, embora neste caso a participação de cada um seja mais estimulada. O acompanhamento de estudantes pelos tutores pode ser feito igualmente via Internet, já há anos que tenho reuniões com os meus doutorandos via Skype.

ANDY RAIN/EPA

Vejo também o impacto desta nova maneira de trabalhar na imprensa, onde os jornais estão a ser impressos a partir de trabalho feito exclusivamente em casa. Não dispenso a leitura do *Financial Times* ao sábado, é um jornal plural com excelentes suplementos culturais que me dá uma visão internacional e uma profundidade de análise rara noutros jornais britânicos (só o *Guardian* se aproxima, mas o horizonte é nacional). No sábado teve uma das melhores edições de sempre, li-o praticamente da primeira à última página. Será que o trabalho a partir de casa permite melhor concentração e criatividade? Esta ideia contradiz toda a lógica do trabalho coletivo como local de troca de ideias e de controlo de horas de trabalho. Aliás, este último aspeto pode ser feito de forma remota ou simplesmente por objetivos.

> **Do ponto de vista pessoal tenho sofrido as consequências da paralisia do sistema de saúde britânico**

A troca de ideias está hoje bastante limitada face a face: as pessoas comem uma sanduíche no escritório, são raros os almoços em que a conversa e as ideias fluem. Existem outros contextos, via Internet, onde essa troca ocorre. A nível universitário, ainda existe alguma troca de ideias nos restaurantes e bares próprios, enquanto os seminários desempenham um papel importante de discussão e difusão de novas ideias. A Internet pode oferecer condições semelhantes, embora a espontaneidade de discussão possa ser prejudicada. Insubstituível, a meu ver, é a participação coletiva em bibliotecas, arquivos ou laboratórios, base de todo o trabalho universitário de pesquisa.

A terceira consequência tem que ver com o aumento em flecha das vendas de produtos *online*, com o agravamento da crise das grandes superfícies. Este fenómeno, conjugado com o anterior, irá ter um efeito de bola de neve: a propriedade comercial urbana irá reduzir-se, contribuindo para a quebra de preços e, esperemos, para a renovação do centro das cidades enquanto espaços residenciais. A reorganização desses espaços em função do lazer irá proporcionar outro tipo de investimentos (parques, jardins, zonas de recreação para crianças, jovens e adultos), acompanhado pelo relançamento de padarias, cafés, restaurantes, galerias de arte, cinemas e teatros.

A quarta consequência é sinistra: o coronavírus acelerou o processo orwelliano de controlo da população pelo Estado. Na China existem *apps* que permitem identificar a localização dos doentes. Um correspondente em Xangai apercebeu-se de que o doente mais próximo com coronavírus estava a 500 metros da sua casa. Os *drones* chineses com visibilidade noturna e altifalantes para vigiar a circulação de pessoas 24 horas por dia estão a ser reproduzidos nos Estados Unidos e comprados pela polícia para impor a proibição de saída de casa. A tecnologia de reconhecimento facial, igualmente criada na China, está a difundir-se nos países ocidentais. Se as novas tecnologias invasivas de um Estado totalitário se difundem, isso significa que uma das bases da democracia, a proteção de dados pessoais, deixa de existir.

A minha experiência nas última semanas tem sido mista: vivo em Cambridge e trabalho em Londres, o que significa que deixei de passar horas em comboios com permanentes atrasos. A produtividade aumentou claramente: completei quase todos os artigos e livros editados em atraso; retomei a escrita do meu novo livro sobre os cristãos-novos de origem judaica. As conferências que eu tinha aceitado fazer em Espanha, Portugal e Itália foram todas canceladas: na maior parte dos casos relacionavam-se com a pesquisa, mas noutros aceitei por prestígio das instituições, faz parte dos indicadores de impacto. A verdade é que tenho mais tempo para escrever. Por outro lado, bibliotecas e arquivos estão a reduzir os tempos de abertura e hesito em utilizá-los nestas circunstâncias de transmissão do vírus.

Do ponto de vista pessoal tenho sofrido as consequências da paralisia do sistema de saúde britânico: não consigo fazer uma consulta com possível *scanning* que pode ser importante. No hospital público a lista de espera é impossível. Como tenho seguro, acabei por obter uma consulta por telefone num hospital privado dentro de uma semana, só havia um especialista disponível numa das duas principais clínicas. A vida em casa sempre foi simpática, conversamos imenso, agora, depois do jantar, vemos mais filmes e documentários em conjunto via Internet, nunca tivemos televisão. O problema é manter os nossos filhos em casa, o João, com 17, e a Sophie, com 16 anos. Novos tempos virão, esperemos com melhor configuração social e espacial.

Professor no King's College de Londres

Presidente entende que OE não suspende linha circular do metro

Ao promulgar o documento, o Presidente da República explica, numa nota, que o Parlamento "não suspendeu qualquer decisão administrativa, limitando-se a formular recomendação política"

Orçamento do Estado
Sónia Sapage e Liliana Borges

O Presidente da República promulgou ontem o Orçamento do Estado (OE) para 2020, após uma reunião com o ministro Mário Centeno, e rejeitou o entendimento da Assembleia da República – e não só – de que a construção da linha circular do Metro de Lisboa ficou suspensa na sequência de uma coligação negativa, em sede de debate orçamental.

Numa nota publicada no *site* da Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa conclui que "a Assembleia da República não suspendeu qualquer decisão administrativa, limitando-se a formular recomendação política, dirigida ao Governo e à Administração Pública em geral, sobre a aludida matéria".

O Presidente avança com essa interpretação depois de explicar que "nenhuma das dúvidas levantadas, em termos de constitucionalidade, se afigura justificar o pedido de fiscalização preventiva ao Tribunal Constitucional". E concretiza: "Nem mesmo aquela que maior debate motivou, a saber, a da eventual violação do princípio da separação e interdependência dos poderes do Estado, na sua dimensão de respeito da reserva de Administração, no caso de alegada deliberação parlamentar suspendendo decisão administrativa sobre a concretização de linha circular do metro de Lisboa."

Assim, recusa a ideia de que o projecto ficou em causa com a aprovação do OE2020. Ao PÚBLICO, o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, reconhece que o executivo não tenciona deixar cair a obra. "O Governo sempre manteve a intenção" de concluir a linha circular, disse.

Foi o ministro das Finanças, Mário Centeno, à saída do encontro com Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém, quem confirmou a promulgação do documento, que entra em vigor a 1 de Abril. Sem esquecer a crise económica prevista para os próximos tempos, o também presidente do Eurogrupo afirmou que "esta execução orçamental é mais desafiante" e que "a resposta europeia [à covid-19] não vai ter limites e vai ser muito solidária".

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Marcelo Rebelo de Sousa promulgou o Orçamento do Estado para 2020 depois de se reunir com Mário Centeno

Mário Centeno deixou mensagem de tranquilidade, mas disse que, caso seja necessário, o Governo não hesitará em avançar para um Orçamento rectificativo

O ministro disse que o Orçamento promulgado acomoda as medidas que têm vindo a ser legisladas (em matéria de coronavírus) e que a possibilidade de avançar para um Orçamento rectificativo "será avaliada pelo Governo no momento adequado". Até lá, o ministro opta por deixar uma mensagem de "tranquilidade" e sublinhar que "há margem de adaptação". Caso não seja suficiente, o executivo avançará para um Orçamento rectificativo: "Não hesitaremos, nem um minuto, em fazê-lo."

Face às especulações de uma eventual saída do executivo de António Costa para assumir o cargo de governador do Banco de Portugal, Mário Centeno garantiu estar "totalmente focado" no cargo que assumiu enquanto ministro das Finanças e afasta o que diz não terem passado de "especulações". "Todos devemos gastar as energias apenas focados na resposta à crise, e não a alimentar folhetins que só interessam aos que os desenham", disse. "Estou totalmente focado nas exigências que os cargos que ocupo requerem, quer como ministro das Finanças, quer como presidente do Eurogrupo", asseverou Centeno. "É essa a minha tarefa e é essa a minha função."

"A situação financeira do país requer que sejamos conscientes da necessidade agir, de dar liquidez à economia, quer através do sistema bancário com medidas que já começaram a ser tomadas", afirma o governante, na véspera de mais uma reunião do Eurogrupo.

"Do comportamento desta semana vai depender se atingimos ou o pico desta crise sanitária quando as autoridades o prevêem, entre 9 e 14 de Abril. Se assim for e o nosso comportamento responsável tiver sucesso, poderemos ver uma redução do número de casos e uma estabilização sanitária, para que – num prazo que se prevê possa consumir quase todo o segundo trimestre – exista uma possibilidade de retomar a normalidade", disse Centeno.

sonia.sapage@publico.pt
liliana.borges@publico.pt

Assembleia da República mantém dois debates e recusa órgão mais restrito

Parlamento
Sofia Rodrigues

PSD e CDS queriam que funcionasse só através da comissão permanente, que poderia convocar plenários para votações

A conferência de líderes parlamentares decidiu ontem manter o debate quinzenal com o primeiro-ministro de hoje e uma sessão plenária na próxima semana, a 1 de Abril, embora com quóruns mínimos diferenciados. Pelo caminho ficou a proposta de PSD e CDS, que defenderam que a Assembleia da República só deveria funcionar através da comissão permanente, órgão que substitui os plenários durante as férias. O secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, revelou ontem que o primeiro-ministro está disponível para reuniões com a conferência de líderes, mas não foi decidido nada nesse sentido.

A sessão plenária da próxima semana servirá para apreciar uma proposta de lei do Governo sobre a caducidade dos contratos de arrendamento e iniciativas que os partidos queiram apresentar bem como uma eventual renovação do estado de emergência. Neste caso será preciso um quórum de votação de 116 deputados, que fazem a maioria de 230 parlamentares. Já o plenário de hoje pode funcionar só com 46 deputados, um quinto dos eleitos.

O PSD e o CDS defendiam que a Assembleia da República deveria funcionar apenas através da comissão permanente, o órgão que substitui o plenário nas férias ou quando a Assembleia está dissolvida, mas que não pode realizar votações. Mas a comissão permanente pode convocar sessões plenárias e era essa regra que PSD e CDS preferiam, por considerarem que poderiam gerir melhor o número de deputados presentes. É que nas sessões plenárias normais as direcções das bancadas podem apelar aos deputados que não compareçam (a não ser os que asseguram o quórum mínimo), mas não os podem impedir de estar no hemiciclo. Já o funcionamento da comissão permanente, advogam centristas e sociais-democratas, implica uma lista rígida de deputados que têm de estar presentes, mas dispensa os restantes. "A regra deveria ser o funcionamento da comissão permanente e os plenários seriam a excepções, para permitir o espaçamento social", afirmou ao PÚBLICO Adão Silva, vice-presidente da bancada do PSD.

Telmo Correia, líder da bancada do CDS, sugeriu que, se estivesse em funções a comissão permanente, poderia ser ouvido o primeiro-ministro – como hoje, em plenário – e outros ministros, de forma intercalada.

Um dos pontos mais quentes de discussão na conferência de líderes incidiu sobre o âmbito das iniciativas que os partidos poderão levar ao plenário da próxima semana. O PCP assumiu que, nesta altura, só apresenta projectos de lei por considerar que só se justificam iniciativas com "eficácia prática" e também por ser contra que se promova um "concurso de ideias".

Esta prática, que já foi condenada por Telmo Correia na passada semana, é também rejeitada por Adão Silva, revelando que o PSD está disponível para participar no debate da próxima semana com contributos e propostas de alteração que visem melhorar a proposta do Governo. Telmo Correia sublinha que cabe ao Governo governar e que os centristas só apresentarão propostas de alteração "cirúrgicas" com vista a melhorar a proposta do Governo, embora não se abstenham de propor projectos de resolução (recomendações ao executivo).

srodrigues@publico.pt

Plenário vai funcionar com quóruns reduzidos

DANIEL ROCHA

Partido lançou petição *online* que já tem cerca de 1600 assinaturas

Livre pede criação de rendimento básico incondicional

Apoios sociais
Liliana Borges

A discussão já tem alguns anos e regressa agora como uma proposta para combater a crise trazida pelo novo coronavírus

O partido Livre lançou no domingo uma petição na qual pede a criação de um rendimento básico incondicional de emergência à escala europeia, que se materialize "num depósito directo para as contas bancárias dos cidadãos europeus". No texto da petição, o Livre afirma que "o dinheiro não deve ser dado aos bancos, mas às pessoas", e defende por isso a atribuição de uma prestação mensal paga pelo Estado a todos os seus cidadãos, independentemente das condições financeiras, familiares ou profissionais.

O dinheiro para esta medida, sugere o Livre, seria distribuído através dos 870 mil milhões de euros que o Banco Central Europeu anunciou para injecções bancárias. O partido argumenta que "este dinheiro, posto directamente nas mãos das pessoas e não nos bancos, servirá para estimular a economia real e ajudar-nos-á a recuperar desta crise".

A discussão sobre a criação desta prestação não é uma novidade. Já em 2017, a Assembleia da República discutiu o tema num debate organizado pela Associação Rendimento Básico Incondicional – Portugal, em parceria com várias universidades, o PAN e o movimento europeu pelo rendimento básico incondicional (*Unconditional Basic Income Europe – Ubie*). À data, o PAN propôs testá-lo em Cascais (e foi apoiado pelo Livre). No início de 2018, o assunto chegou também ao congresso do PSD, através de uma moção conjunta de Carlos Moedas e Pedro Duarte, que propunha a discussão sobre rendimento básico universal e progressividade fiscal. Também por essa data, o PS juntou-se à discussão, com o debate "Rendimento Básico Incondicional: o deslumbramento ao conceito?".

Agora, com a pandemia a obrigar ao encerramento de serviços e suspensão de sectores, a proposta regressa. "Para uma crise sem precedentes serão precisas medidas sem precedentes", lê-se no texto da petição. Para o Livre, esta solução asseguraria que, num cenário de crise, todos os cidadãos europeus conseguiriam manter uma vida em condições dignas durante e após a crise.

O apelo é dirigido à Comissão Europeia, mas também ao Governo português para que apresente esta proposta no Conselho Europeu e no Eurogrupo, instituição presidida pelo ministro Mário Centeno.

Além da criação de um rendimento básico incondicional para todos os cidadãos europeus, o Livre defende também a emissão de *eurobonds* e o lançamento de um programa de investimento focado na transição energética e ambiental.

Ontem, a petição contava com cerca de 1600 assinaturas.

Breves

Educação

Líder da JSD sugere adiamento de exames nacionais

A líder da JSD, Margarida Balseiro Lopes, apela a que os exames nacionais previstos para Junho sejam adiados pelo menos um mês e que se alterem os prazos das candidaturas ao ensino superior. "Não acho razoável estar a fazer os exames antes de Julho e, por maioria de razão, os restantes prazos têm de ser alterados", afirma ao PÚBLICO a deputada do PSD, lembrando que os alunos estão a viver uma grande "incerteza" sobre esses momentos de avaliação. A primeira fase dos exames nacionais (9.º, 11.º e 12.º) está marcado para Junho e a primeira fase das candidaturas ao ensino superior inicia-se a 21 de Julho.

Forças Armadas

Sociais-democratas querem explicações de ministro da Defesa

O PSD solicitou ao ministro da Defesa Nacional explicações sobre a demissão do brigadeiro-general Fazenda Branco do cargo de director do Hospital das Forças Armadas (HMFA). Em requerimento enviado ontem ao presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, o partido de Rui Rio pergunta se o Governo teve conhecimento antecipado da decisão do chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante Silva Ribeiro, e se concordou com a exoneração proposta. O PSD quer ainda saber quais os motivos que levaram à demissão de Fazenda Branco de um cargo que desempenhava há seis meses, faltando-lhe mais de três anos de comissão de serviço.

SOCIEDADE

Venda de bens penhorados já passou os 1659 milhões de euros

O e-leilões vendeu 16.140 bens entre Maio de 2016 e Dezembro de 2019. No ano passado vendeu-se de tudo, desde uma moradia que superou os 3 milhões a um domínio na Net arrematado por 85 cêntimos

Penhoras
Sónia Trigueirão

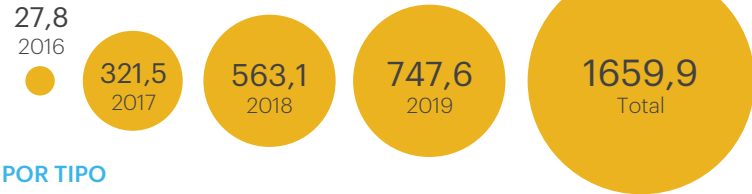
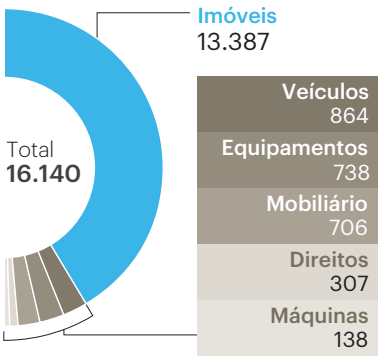
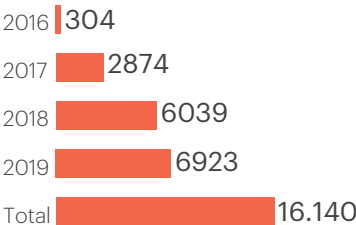
A venda de bens penhorados através do e-leilões, portal da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (OSAE), ultrapassou os 1659 milhões de euros, entre Maio de 2016 e Dezembro de 2019. Foram vendidos 16.140 bens, resultantes de penhoras no âmbito de processos judiciais, de processos de insolvência e apreendidos em processos-crime.

Os imóveis e os veículos são os bens que mais se venderam ao longo deste período. De acordo com os dados fornecidos ao PÚBLICO pela OSAE, neste período de quase quatro anos de existência do e-leilões, foram vendidos 13.387 imóveis e 864 veículos, tendo sido realizados 19.818 leilões.

Desde que o portal foi criado, o número de bens vendidos tem vindo a aumentar de ano para ano. O ano passado foi sem dúvida o que apresentou melhores números. O e-leilões chegou ao fim de 2019 com 6923 bens vendidos, mais 884 que em 2018. E o valor arrecadado superou os 747 milhões de euros, mais 184 milhões que no ano anterior.

Os bens penhorados que vão a leilão atingem os preços mais variados. Por exemplo, os três bens mais caros, em 2019, foram imóveis. No topo da lista está uma moradia de três pisos, localizada na Parede, em Cascais, que foi arrematada por mais de 3,9 milhões de euros, seguida de armazéns industriais em Canas de Senhorim, Nelas, que foram vendidos por três milhões de euros. Em terceiro lugar ficou uma moradia em Portimão, Algarve, que foi vendida por 1,8 milhões.

Já nos bens mais baratos liderou um domínio na Internet que teve apenas uma licitação e que foi vendido por 85 cêntimos. Seguiu-se uma acção não cotada em bolsa que teve sete licitações. O valor-base era de 70 cêntimos e acabou por ser vendida por 2,50 euros.

O terceiro lugar nos preços mais baixos pertence a um móvel (não foi dada informação sobre que tipo de móvel seria) que foi arrematado por 4,25 euros, com apenas uma licitação.

Segundo o bastonário da OSAE, José Carlos Resende, a explicação para o facto da maior parte dos bens penhorados serem imóveis é simples. A lei determina que, "sendo executada a dívida com garantia real que onere bens pertencentes ao devedor, a penhora inicia-se pelos bens em que incida a garantia e só pode recair noutros quando se reconheça a insuficiência destes para o cumprimento do fim da execução".

Ou seja, a título de exemplo, explica José Carlos Resende, "em caso de incumprimento de um crédito à habitação e consequente execução, o bem que responde em primeiro lugar é o imóvel em questão, independentemente do valor em dívida".

E pela prática reiterada, segundo o bastonário, muitas vezes, os imóveis são os únicos bens titulados em nome dos executados, pelo que, na falta de outros bens, também estes serão penhorados e vendidos nas execuções comuns.

José Carlos Resende considera que a plataforma veio agilizar os processos relacionados com as penhoras porque, de certa forma, se verificou que valoriza os bens ali vendidos, que alcançam valores mais justos e que, além de saldar as dívidas, por vezes ainda sobra algum dinheiro para o devedor. "Efectivamente, os valores que os bens vendidos têm atingido aproximam-se muitas vezes dos valores de mercado, chegando, em alguns casos, a superá-lo", afirmou o bastonário, acrescentando que, "esta situação permite que, mais rapidamente, o credor recupere o valor em dívida e o devedor veja a sua dívida ser liquidada e, em alguns casos, o devedor não só consegue liquidar a dívida, como ainda consegue ficar com o valor sobrante".

O método também é mais transparente e chega a mais pessoas defende José Carlos Resende: "O e-leilões veio, em termos práticos, substituir o recurso à modalidade de venda em carta fechada, a qual, pela sua especificidade e publicidade reduzida, chegava apenas a um público-alvo muito reduzido e, por isso, em muitos processos, não se conseguia a alcançar a venda ou o valor da venda atingido era mais reduzido."

O bastonário salienta que "o sucesso que a venda em leilão electrónico tem alcançado deve-se, em grande medida, ao esforço e ao empenho dos agentes de execução e, mais recentemente, dos administradores judiciais, com a disponibilização do máximo de informação sobre os bens colocados em venda".

E como em qualquer plataforma digital a modernização é a chave para conseguir manter o sucesso, o e-leilões tem novidades: o OSAE 360, uma ferramenta informática que permite criar visitas virtuais aos imóveis. Ou seja, um interessado não tem acesso apenas a fotografias e pode, sem sair de casa ou do escritório, fazer uma visita virtual ao bem que quer adquirir.

Actualmente, a plataforma e-leilões tem 36.088 utilizadores activos como potenciais licitantes, para além de 1352 profissionais inscritos que já apresentaram bens a leilão, divididos entre agentes de execução, administradores judiciais e funcionários judiciais.

Qualquer cidadão pode, gratuitamente, apresentar propostas de compra, bastando, para o efeito, autenticar-se na plataforma, recorrendo, preferencialmente, ao certificado digital do cartão de cidadão ou à chave móvel digital.

Desde 2017 que o e-leilões vende os bens apreendidos pela Justiça, e foi na cerimónia de assinatura do protocolo, com a OSAE, que a própria ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, defendeu a importância deste sistema, ao afirmar que "o leilão electrónico tem vantagens na transparência, celeridade e preço face aos métodos tradicionais".

sonia.trigueirao@publico.pt

A plataforma e-leilões tem 36.088 utilizadores activos como potenciais licitantes

MAFALDA MELO

Qualquer cidadão pode apresentar propostas de compra

Fonte: Plataforma E-Leilões/OSAE - Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução PÚBLICO

Operação Éter: juíza pressionada pela Ordem dos Advogados cancela interrogatórios

Justiça
Sónia Trigueirão

Ordem dos Advogados lembrou perigos para a saúde devido ao coronavírus e juíza acabou por desmarcar sessões

A juíza do Tribunal de Instrução Criminal do Porto que preside à instrução do processo que ficou conhecido como *Operação Éter* – centrada na alegada viciação de procedimentos de contratação pública em torno do Turismo do Porto e Norte de Portugal – decidiu cancelar os interrogatórios que tinha marcado para esta semana. A magistrada tinha marcado os interrogatórios para dia 25 de Março, tal como o PÚBLICO noticiara na sexta-feira.

O cancelamento foi comunicado às partes do processo, depois das críticas da Ordem dos Advogados. "Em face da actual situação declarada de estado de emergência em que se encontra o país de pandemia do covid-19 e a possibilidade de, nos interrogatórios, poderem estar os senhores advogados e defensores dos arguidos requerentes e não requerentes da instrução que se encontram em liberdade, num total de 28, os arguidos e o tribunal, declaro sem efeito os interrogatórios", escreveu a juíza no despacho a que o PÚBLICO teve acesso.

A magistrada tinha antecipado para 25, 30 de Março e 1 de Abril os interrogatórios de cinco arguidos dos 19 que pediram a abertura de instrução do processo. "Oportunamente, serão designadas novas datas", lê-se no mesmo despacho.

Este cancelamento ocorre depois de o Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, que teve conhecimento da marcação dos interrogatórios na sexta-feira, ter vindo pedir a "revisão" da decisão da juíza que declarou urgente e antecipou a instrução do processo *Éter*, num "incumprimento do dever geral de recolhimento" devido à covid-19.

A Ordem dos Advogados considerou que era "incompreensível, injustificada" e arriscada para a saúde a manutenção e antecipação dos interrogatórios.

Num comunicado enviado à agência Lusa no sábado, a Ordem dos Advogados sublinhava que a decisão da juíza era "desconforme" a várias normas legais e "atenta contra direitos fundamentais dos arguidos, seja no plano estritamente processual, seja também na dimensão individual, já que, no contexto da pandemia que nos assola, lhes impõe o incumprimento do dever geral de recolhimento decorrente do estado de emergência em vigor".

O Conselho Regional da Ordem dos Advogado referia ainda que "a atribuição de carácter urgente à instrução" não era acompanhada de qualquer fundamentação ou justificação.

NELSON GARRIDO

Magistrada tinha antecipado os interrogatórios

A razão e os números

Opinião
Rui Abrunhosa Gonçalves

Não faria este texto de opinião se não entendesse que a causa da Psicologia e dos psicólogos o não merecesse. De facto, em entrevista recente a este jornal, Francisco Miranda Rodrigues, o bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), tece várias considerações sobre o tecido profissional português onde os psicólogos estão inseridos referindo aqui e ali que nalguns casos haverá grande empregabilidade e noutros escasseiam os profissionais. E dá como exemplo desta última situação os serviços prisionais, referindo "que não existirão mais de 30 psicólogos para um total de 14.000 reclusos e onde a taxa de reincidência excede os 50%."

Ora estes números não são corretos. De facto, quanto ao número de psicólogos efetivamente a laborar em meio prisional torna-se necessário distinguir os que estão subcontratados por empresas que os colocam em estabelecimentos prisionais por algumas horas semanais e a receberem retribuições salariais irrisórias – serão esses provavelmente os tais 30 – daqueles que integram os quadros da função pública enquanto técnicos superiores de reeducação, diretores adjuntos e diretores de estabelecimentos prisionais, que serão outras tantas dezenas.

Por outro lado, neste momento, o total de reclusos não chega sequer aos 13.000, de acordo com as estatísticas oficiais, e quanto à taxa de reincidência é preciso dizer que não existe nenhum estudo atualizado que nos dê uma indicação segura sobre a reincidência criminal portuguesa. De facto, se consultarmos as estatísticas nacionais e europeias sobre esta questão, não há qualquer evidência ou referência internacional, respetivamente. Em boa verdade, é preciso recuar aos anos noventa e inícios deste século, para encontrar dados nos relatórios da Provedoria da Justiça sobre as prisões para verificar que em todos eles o número de presos reincidentes era inferior aos dos presos pela primeira vez, com diferenças que oscilavam entre os quatro e os 10%.

MANUEL ROBERTO

É bom que tenhamos razão, mas que os números que apresentemos sejam o principal suporte dessa argumentação

Dito isto, sou o primeiro a defender que o panorama prisional português é deficitário no que toca à presença dos psicólogos e ao seu envolvimento na avaliação, investigação e intervenção junto da população reclusa e na formação dos elementos da guarda prisional, entre outros aspetos. Mas é preciso defender isto com base em dados verdadeiros, pois caso contrário arriscamo-nos a embarcar em modas populistas e irresponsáveis como é, por exemplo, a defesa de tratamentos radicais para agressores sexuais com base em amostragens enviesadas de meia dúzia de casos extremos, que em nada refletem a grande maioria deste grupo de criminosos.
É bom que tenhamos razão, mas que os números que apresentemos sejam o principal suporte dessa argumentação.
Para bem da credibilidade da Psicologia, enquanto ciência e profissão.

Psicólogo Forense e professor da Escola de Psicologia da Universidade do Minho

LOCAL

O ano em que a secular Feira de Março não se realiza

Quebrou-se uma longa tradição. Era o início de temporada para muitos comerciantes, que já só rezam para que o surto não afecte também outros eventos

Aveiro
Maria José Santana

DR

Este ano, pela primeira vez nos seus 39 anos de vida, Hugo Correia não festejará o seu aniversário na Feira de Março. Fizesse frio ou calor, a cada 2 de Abril este comerciante apagava as velas na rulote de venda de farturas da família. O negócio foi iniciado pelo avô, em 1931, e esteve sempre presente no tradicional e secular certame de Aveiro. Em 2020, o ciclo irá ser interrompido, como em tantas outras coisas que dávamos como garantidas. A Feira de Março não abrirá portas este ano, devido ao surto pandémico do coronavírus.

Entre as mais de duas centenas de empresas que se preparavam para assentar arraiais no Parque de Feiras de Exposições de Aveiro, de 25 de Março a 26 de Abril, está o negócio da família de Hugo Correia, as Farturas Família Armando. "Estamos muito tristes pela tradição que se perde, sempre fizemos esta feira", desabafa o empresário. Mais do que lamentar as vendas que não irá fazer, faz contas aos salários que terá de pagar sem gerar receitas. Mais grave ainda: como a venda ambulante é uma actividade sazonal, de apenas seis meses, teme que o cenário de crise se possa estender para lá do calendário da Feira de Março.

Também o seu concorrente Mário das Farturas, empresa sediada em Santa Marta de Penaguião, vai fazendo votos de que esta crise pandémica passe rápido. "Nem quero pensar que não vamos poder fazer o Senhor de Matosinhos", desabafa o empresário Mário Taveira. "A Feira de Março nem é dos eventos mais lucrativos que fazemos, vale mais pela tradição, mas as festas de Matosinhos são muito importantes", refere, realçando, assim, os festejos que costumam ocorrer a partir de finais de Maio e até meados de Junho.

Para Hugo, Mário, e tantos outros comerciantes, o certame aveirense funciona como uma espécie de "início de temporada" e por mais que a feira não seja dada a grandes lucros, história é coisa que não lhe falta. São 586 anos de existência, com muitas histórias para contar. Começou na zona da beira-mar, junto ao Canal Central, passando, mais tarde, para o largo do Rossio e Alboi, seguindo, depois, para o parque municipal das feiras e exposições situado no centro da cidade (já desaparecido) e, actualmente, "mora" no novo Parque de Exposições de Aveiro.

São 586 anos de existência, com muitas histórias para contar. Começou na zona da beira-mar, junto ao Canal Central, e hoje está no Parque de Exposições

O certame já enfrentou muitas tempestades – aliás, em Aveiro costuma dizer-se que a feira traz consigo o mau tempo –, protestos de feirantes e crises económicas, mas não há memória de um golpe igual a este. "Desde 1931, pelo menos, que foi o ano em que os meus avós começaram a ir para a Feira de Março, nunca falhou", aponta Hugo Correia.

A importância da Feira de Março estende-se para lá das fronteiras da região de Aveiro, não só pela origem geográfica dos comerciantes e expositores presentes mas também dos próprios visitantes. O certame ganhou o estatuto de "maior mostra económica da região centro e um dos maiores parques de diversão do país".

Para a edição deste ano estavam prometidos 60 carrosséis e outros divertimentos, no sector de exposição eram esperadas 125 empresas, e o sector comercial (na zona exterior) tinha confirmadas 65 empresas. A estes atractivos juntava-se, depois, um cartaz de concertos encabeçado por nomes como os The Black Mamba, Expensive Soul, João Pedro Pais, Ana Malhoa, David Carreira, Anjos e Aurea, entre outros artistas.

A Câmara Municipal de Aveiro escusa-se, para já, a avançar com o montante previsível dos prejuízos. Acima de tudo, porque entende que o momento actual exige que todas as atenções estejam centralizadas nas necessidades de actuação e medidas de apoio para combater o surto pandémico. Com a certeza também, segundo adiantou fonte do gabinete da presidência ao PÚBLICO, que a contabilização dos prejuízos ainda levará algum tempo até estar concluída.

maria.jose.santana@publico.pt

Luísa Salgueiro, infectada com coronavírus, continuará a liderar as reuniões camarárias

Matosinhos
André Borges Vieira

A presidente da Câmara de Matosinhos está assintomática e a trabalhar a partir de casa. Correia Pinto continua internado

A presidente da Câmara de Matosinhos, Luísa Salgueiro, que a 20 de Março teve resultado positivo no teste para apurar se estaria infectada pelo coronavírus, vai continuar a liderar as reuniões camarárias. A próxima, que seria pública, será realizada à porta fechada via videoconferência com todos os vereadores à excepção de Correia Pinto, por continuar internado no Hospital Pedro Hispano, também infectado com o vírus. O vereador da Educação e Qualificação Ambiental foi o primeiro a ter resultado positivo, depois de regressar de uma viagem a Itália – país da Europa onde foram registados mais casos de infectados (a rondar os 60 mil) e o maior número de mortes no mundo inteiro (acima dos cinco mil).

De acordo com a autarquia, Luísa Salgueiro está assintomática e continua a trabalhar a partir de casa, onde está em quarentena. Há mais um vereador de quarentena que ainda não foi testado por não apresentar sintomas. Fernando Rocha, vice-presidente e vereador da Cultura, é o único que permanece em casa por indicação do delegado de saúde. Os restantes não estão obrigados a fazê-lo, embora optem pelo isolamento voluntário.

A reunião de hoje foi adiada para sexta-feira por acordo de todos os vereadores. Decorrerá por videoconferência e será assim nos próximos tempos e até indicação em contrário, que dependerá da evolução do vírus que em Portugal já infectou mais de duas mil pessoas e matou 23 dos infectados com covid-19. Dos 2060 casos de infecção há 201 pessoas internadas – 47 estão em unidades de cuidados intensivos.

Correia Pinto, que teve resultado positivo no dia 19, continua internado no Hospital Pedro Hispano, mantendo um quadro clínico estável. Para apoiar os profissionais de saúde que ali trabalham, a autarquia anunciou ontem a criação de uma bolsa de alojamento com cem quartos de forma a disponibilizar locais de descanso e estada. "É muito importante que os profissionais de saúde estejam concentrados nos serviços que têm de prestar. Se pudermos evitar que façam grandes deslocações e retirar-lhes a preocupação de contágio familiar, julgo que será benéfico para todos", referiu Taveira Gomes, presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde citado em nota divulgada pela câmara.

A 19 de Março já tinha sido criada uma linha de apoio ao isolamento no município. Do outro lado da linha telefónica (800 210 095) está um grupo de 12 psicólogos a trabalhar desde a Loja do Munícipe para apoiar quem necessitar de apoio psicológico. A funcionar está também um serviço de entrega ao domicílio de bens essenciais, de forma a garantir que alimentos e medicamentos cheguem a idosos e a grupos vulneráveis à contracção de infecção por covid-19.

NELSON GARRIDO

As reuniões vão passar a ser feitas por videoconferência

SÉRGIO AZENHA

Obra pretende requalificar a margem direita do rio Mondego, entre a Estação Nova e a ponte-açude

Câmara de Coimbra paga dez milhões para retomar obra da margem do Mondego

Requalificação
Camilo Soldado

Aprovação decorreu em reunião atípica, onde estiveram seis dos 11 elementos que compõem o executivo

A Câmara Municipal de Coimbra voltou a aprovar a adjudicação de uma empreitada para requalificar a margem direita do rio Mondego, entre a Estação Nova e a ponte-açude. A primeira vez que o fez foi em 2018 e estava previsto que as obras levassem ano e meio. No entanto, apesar de aquele troço ribeirinho ter sido cortado ao trânsito, a falência de uma das empresas que integravam o consórcio de empreiteiros, a Opway, acabou por ditar a suspensão dos trabalhos.

Depois de um vaivém processual, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) tomou posse administrativa da obra e iniciou o procedimento para lançar novo concurso, ganho desta vez pela empresa Alberto Couto Alves. A autarquia vai pagar 9,95 milhões para concluir uma obra que registou poucos avanços com o anterior empreiteiro, sendo que a empresa terá também ano e meio – 540 dias – para concluir os trabalhos, a partir da data de consignação.

A adjudicação foi aprovada por unanimidade na reunião do executivo camarário de ontem, num encontro atípico a vários níveis. A unanimidade, neste caso, significa que votaram a favor os cinco membros socialistas e o vereador da CDU, num executivo composto por 11 elementos. Isto porque não estavam mais vereadores presentes na sala: a oposição faltou em peso à reunião, tendo protestado contra a sua realização presencial. O vereador Paulo Leitão, do PSD, ainda marcou presença no início, mas saiu logo depois de se votar a justificação das faltas, ainda antes de se ter iniciado o ponto antes da ordem do dia, confirmou o próprio ao PÚBLICO.

Paulo Leitão considera que "não estavam reunidas as condições para participação de todos os vereadores, independentemente da sua condição, ferindo assim a mesma por falta de democraticidade". Os vereadores das várias forças políticas que estiveram ausentes tinham pedido ao presidente da CMC, Manuel Machado, que a reunião fosse realizada por videoconferência, dado o risco relacionado com o novo coronavírus. O autarca assim não entendeu e a reunião presencial avançou.

O sentido de voto dos vereadores no dossier dos muros do Mondego foi indicado pelo gabinete de imprensa da CMC, uma vez que os jornalistas não puderam estar presentes na sala. Também o público foi impedido de participar, dadas as medidas de precaução tomadas pela autarquia, que decidiu mudar para o salão nobre a reunião, para que fosse mantido a distância de segurança entre as mesas dos responsáveis políticos.

Os autarcas presentes votaram a favor da justificação de falta das vereadoras Paula Pêgo (independente) e Madalena Abreu (PSD). Quanto à justificação de falta de José Manuel Silva e Ana Bastos (Somos Coimbra), apenas Paulo Leitão votou a favor, tendo os vereadores do PS e CDU votado contra.

A empreitada de requalificação e estabilização dos muros da margem direito do Mondego é financiada a 85% por fundos comunitários do Portugal 2020, menciona a autarquia, que assegura os restantes 15%, em comunicado, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

camilo.soldado@publico.pt

ECONOMIA

O parafuso esquecido que provocou um descarrilamento

A CP e a Refer, empresas públicas sob a mesma tutela, acusam-se mutuamente em tribunal, fruto da separação entre a roda e o carril. Como no caso do parafuso que fez descarrilar um comboio

Ferrovia
Carlos Cipriano

A CP quer ser ressarcida pelos prejuízos e mete em tribunal a Refer e os empreiteiros desta, que faziam obras numa linha e não terão removido os materiais antes da passagem dos comboios. Mas eis que surgem suspeitas de sabotagem! Afinal havia nas imediações moradores zangados com o ruído provocado pelas obras durante a noite.

No Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro decorre um processo da CP intentado contra a Refer e os empreiteiros Mota-Engil, Fergrupo e José Oliveira Chaves & C.ª Lda, aos quais pede uma indemnização de 125 mil euros acrescidos de juros de mora de 11 mil euros devido aos danos provocados pelo descarrilamento de um comboio em Sernada do Vouga (concelho de Águeda).

Segundo o processo que o PÚBLICO consultou de forma legal, no dia 1 de Junho de 2011, pelas 6h47, o comboio 5102 que tinha saído de Sernada do Vouga e se dirigia para Aveiro, embateu num obstáculo colocado na via férrea que fez descarrilar totalmente a primeira carruagem e o *bogie* (rodado) da segunda carruagem.

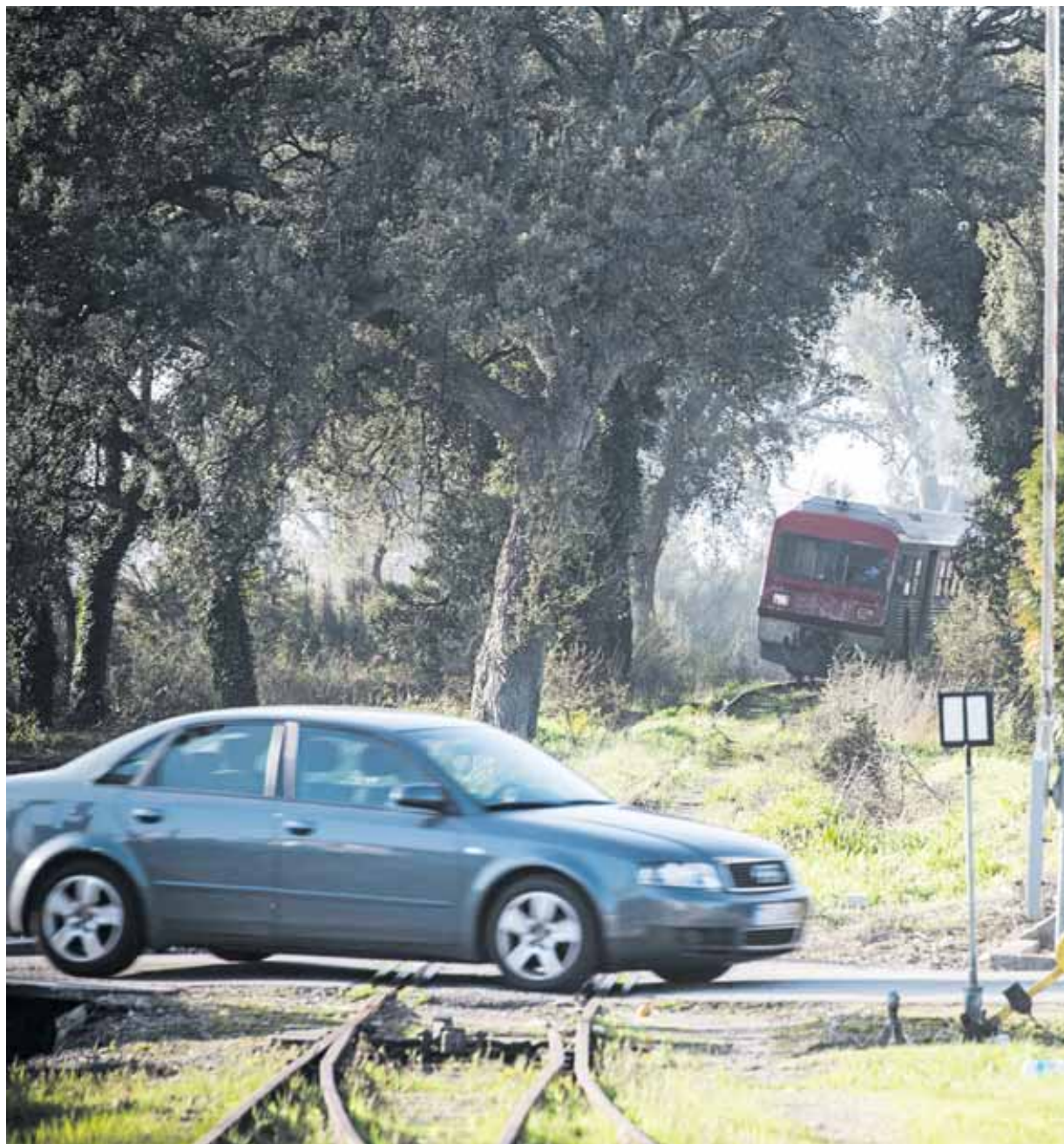
O obstáculo que estava na linha e que foi causa directa do acidente era um parafuso utilizado na fixação do carril à via, o qual, infere a CP, teria sido deixado durante as obras de manutenção da linha que tinham decorrido nessa noite, a cargo dos empreiteiros contratados pela Refer. Não se estranhe que um parafuso faça descarrilar um comboio. A linha do Vouga é de via estreita (a distância entre carris é de apenas um metro) e os comboios são mais pequeninos que os seus congéneres da via larga, pelo que mais facilmente descarrilam perante um obstáculo de pequena dimensão.

Na acção entregue ao tribunal, a CP diz que "no dia e hora em que ocorreu o acidente foram encontrados por vários funcionários, quer da Autora [CP], quer da Ré [Refer] ao longo da via, diversos tipos de material que estes utilizaram e retiraram da via (como, por exemplo, *tirefonds*, parafusos, carris e travessas), mas que ali permaneceram durante vários dias, apesar das Rés [Refer e empreiteiros] assumirem a obrigação de remover e retirar todos os materiais do local intervencionado, precisamente para evitar acidentes".

O carrilamento do comboio custou à empresa 4624 euros, mas a CP contabilizou também os danos provocados pela supressão e atrasos de vários comboios por a linha ter ficado interrompida, pela imobilização de material circulante que não pôde ser colocado ao serviço, pelos transbordos dos passageiros, pelas marchas imprevistas devido ao descarrilamento e pela imobilização do comboio acidentado enquanto esteve na oficina para reparação.

Tudo somado, os prejuízos causados pelo acidente terão custado à CP 125.462,41 euros, montante este exigido a título de indemnização.

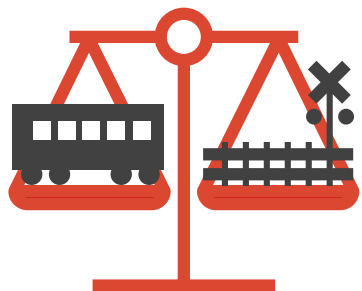
A Refer alega que é parte ilegítima neste processo não fazendo sentido sequer que seja constituída ré, até porque, de acordo com o inquérito que na altura se realizou para apurar as causas do descarrilamento, que a própria CP assinou, se concluiu que não teve a gestora de infra-estruturas qualquer responsabilidade no mesmo. Não é esse, porém, o entendimento da Fergrupo e da Mota-Engil (ambas sócias nesta empreitada), que remetem qualquer responsabilidade para a Refer, enquanto dona da obra, porquanto terá sido um funcionário desta última que deu a indicação de que a via estava livre para receber os primeiros comboios da manhã, após as obras no período nocturno.

Mais: o consórcio de empreiteiros diz que é impossível determinar a "paternidade" do parafuso que esteve na origem do acidente, o qual até poderia nem pertencer às obras em curso naquele troço. "Poderia ter sido adquirido em qualquer loja de ferragens ou poderia ter sido retirado dos estaleiros da Refer perto de Águeda", lê-se nos autos.

Descarrilamento ocorreu perto de Sernada do Vouga em 2011. CP recorreu à via judicial em Maio de 2014. Ain

A Refer alega que é parte ilegítima neste processo, não fazendo sentido sequer que seja constituída ré porque não teve qualquer responsabilidade no mesmo

Talvez sabotagem?

As duas empresas admitem ainda outra possibilidade mais elaborada: o parafuso foi colocado sobre o carril por acção humana, mas não fruto de uma qualquer negligência de um trabalhador, mas sim devido a um acto de... sabotagem!

A teoria não é totalmente descabida. As duas empresas sócias apresentam vários testemunhos e evidências de que nas semanas anteriores tinha havido forte contestação da população de um bairro contíguo à linha férrea que se queixara do ruído provocado pelos trabalhos em período nocturno. Os trabalhadores chegaram mesmo a ser insultados e ameaçados pelos populares, tendo, pelo menos uma vez, sido chamada a GNR para acalmar os ânimos. Daí que, concluem os empreiteiros, faça sentido a tese de que a "colocação do parafu-

RODA VS. CARRIL

Quando a roda e o carril não se entendem, a CP e a IP dirimem conflitos em tribunal. Numa série de cinco dias, o PÚBLICO revisita cinco casos, há anos por resolver

NELSON GARRIDO

da não há sentença

so ao alto entre as juntas dos carris" tenha sido "um crime de sabotagem praticado por terceiros incertos, sendo o meio utilizado absolutamente irrelevante". Se não fosse um parafuso, poderia ter sido um martelo, ou uma pedra. E acrescentam, em abono da teoria da sabotagem, que a própria Refer tinha apresentado ao Ministério Público de Águeda uma queixa-crime contra desconhecidos pela colocação do parafuso ao alto na via férrea.

Empreiteiros e Refer eximem-se, deste modo, de quaisquer responsabilidades. A Refer atribui a responsabilidade às empresas que operavam no terreno e estas apontam o dedo aos populares que se terão querido vingar de noites mal dormidas devido às obras. A tudo isto, a CP responde ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro insistindo que tinha havido obras na véspera do acidente e que o parafuso teria sido colocado no local por negligência.

A verdade é que, segundo o PÚBLICO apurou junto de fontes ligadas às obras ferroviárias, é frequente colocarem-se parafusos na vertical entre as juntas dos carris, para servir de calço aos carros de mão que circulam sobre a via férrea quando estes estão parados para carregar ou descarregar. Se assim foi, alguém se terá esquecido de retirar aquele parafuso e alguém não terá verificado devidamente a via antes de a dar como apta para a circulação.

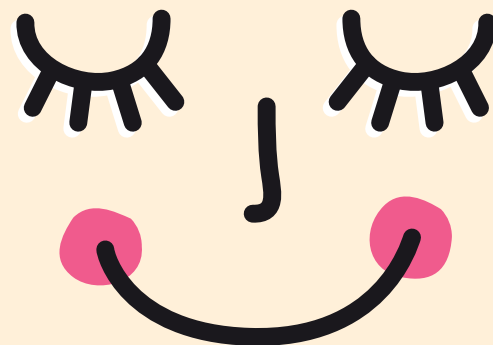
Mas nas alegações ao tribunal, os empreiteiros esclarecem que, após as obras nocturnas, "todos os trabalhos de limpeza e remoção da via de materiais da obra, foram realizados em obediência rigorosa às condições previstas no caderno de encargos".

Já quanto à obrigação da limpeza das vias e a decisão de dar a linha como desimpedida, o consórcio de empresas e a Refer (que lhes adjudicou a obra) alijam responsabilidades e, invocando uma intrincada argumentação jurídica, entendem ambos que deve ser o outro e não o próprio a indemnizar a CP.

A "simpática fraternidade" entre a Refer e a CP

O divórcio entre os dois réus (empreiteiros e Refer) é, aliás, enfatizado no próprio processo quando os advogados do consórcio aludem à "comissão de inquérito do sinistro, de que faziam parte, em simpática fraternidade, a Refer e a CP, isto é, entre a lesada e o responsável pela exploração da linha". Ora, as conclusões desse inquérito "como não podia deixar de ser, são um pretexto para responsabilizar terceiros que não as próprias empresas inquiridoras". E os empreiteiro assumem-se como o elo mais fraco sobre quem as duas empresas públicas atribuem as responsabilidades. Neste processo, CP e Refer (hoje na tutela da Infra-Estruturas de Portugal) pagaram 1020 euros de custas judiciais. A transportadora pública recorreu a um escritório de advogados para intentar a acção judicial, mas a Refer respondeu com os seus próprios serviços jurídicos.

Embora o acidente tenha ocorrido em 2011, a CP só recorreu à via judicial em Maio de 2014, o que levou as empresas visadas a queixarem-se que "a CP dispôs de quase três anos para preparar a presente acção, quando as rés apenas dispõem de 30 dias para contestar". Seis anos depois, ainda não há sentença. Com juros de mora, a indemnização pedida pela CP ascenderia hoje a 155 mil euros.

P

Livros para escutar

Histórias para ficar em casa

Blogue *Letra Pequena* e PÚBLICO dão-lhe a ouvir livros ilustrados na voz dos autores

publico.pt/livros-para-escutar

E não esqueça que nada é tão bom como a leitura em papel

MUNDO

Forças de segurança de Sissi torturam crianças no Egipto

A Human Rights Watch recolheu relatos de 20 crianças que dizem ter sido espancadas e torturadas, algumas com choques eléctricos. Amr Magdi, investigador desta ONG, diz que o país está numa encruzilhada

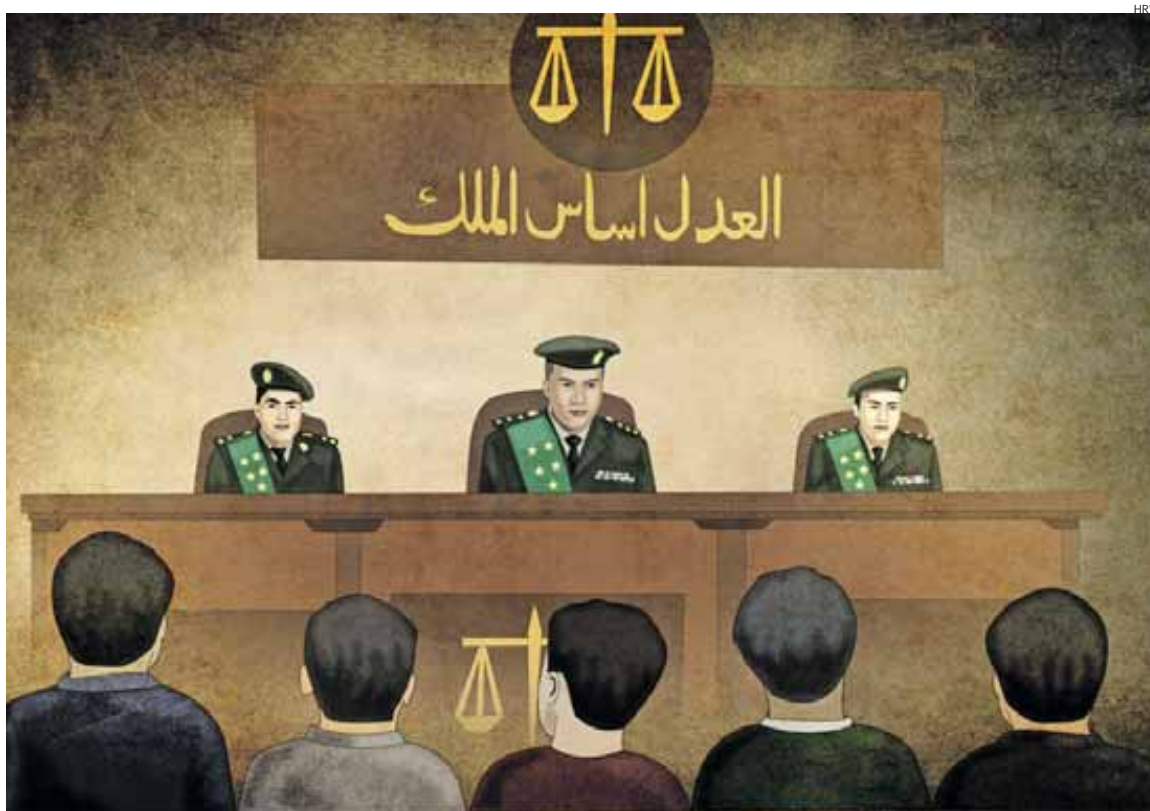
Denúncia
Ricardo Cabral Fernandes

As forças de segurança egípcias estão a deter, a forçar o desaparecimento e a torturar centenas de crianças, enquanto os procuradores ignoram as violações de direitos humanos e os juízes as condenam a prisão perpétua ou mais de dez anos de prisão, denunciou a Human Rights Watch.

"As crianças são espancadas e mantêm-nas, com poucas roupas, quase nuas, em condições duras. Também lhes fazem *waterboarding* [simulação de afogamento], mas o que vimos com mais frequência no sistema prisional do Egipto são electrocussões. Muitas descrevem ter sido electrocutadas com *tasers* e cabos eléctricos", explicou ao PÚBLICO Amr Magdi, investigador para o Médio Oriente e Norte de África da Human Rights Watch. "Não são vistas como crianças, mas como dissidentes políticos e, por isso, são tratadas como adultos."

É a conclusão do relatório *No One Cared He Was A Child* ("Ninguém quis saber que ele fosse uma criança") da Human Rights Watch, em parceria com a Belady: An Island for Humanity, publicado ontem. Com base nos testemunhos de 20 crianças, das quais 14 foram electrocutadas na língua e nos genitais, os investigadores concluíram, diz Magdi, que "esta é uma tortura muito comum no Egipto. Há centenas de crianças presas e se falarmos de adultos, é bastante pior".

Depois do golpe de Estado que em 2013 derrubou o Presidente democraticamente eleito, Mohamed Morsi, o general Abdel Fattah al-Sissi abandonou as vestes militares e assumiu a presidência. Fortaleceu o aparelho repressivo e ordenou perseguições em massa contra os dissidentes políticos, islamistas ou laicos, para "repor a lei e a ordem". As forças de segurança varreram as ruas, sobrelotando as prisões e os tribunais com julgamentos com mais de cem arguidos.

Sissi teve o apoio silencioso, ou explícito, de potências ocidentais, como os EUA, França e Itália. "Estes países têm de parar de fornecer armas e tecnologia ao Egipto, sabem que tipo de parceiro é. É conhecido como um dos piores da região, e do mundo, nas violações dos direitos humanos, sem que haja responsabilização", denunciou Magdi.

Quem for suspeito de se opor ao regime é detido e pode ser torturado, independentemente da idade. "Algumas das crianças foram detidas por participarem em protestos, por pertencerem a uma família em que o pai ou irmão mais velho fazem parte de um grupo político ou por terem estado no local de um incidente", explica Magdi. As detenções são arbitrárias e as famílias desconhecem o paradeiro das crianças semanas, ou meses.

"Os relatos angustiantes dessas crianças e das suas famílias revelam como a máquina de repressão egípcia tem submetido crianças a graves abusos", disse em comunicado Aya Hijazi, co-director da Belady. "Agem como se estivessem acima da lei."

Por exemplo, duas crianças relataram aos investigadores terem ficado suspensas pelos ombros em celas, deslocando-os. Uma delas, então com 14 anos, contou só com a ajuda de um outro detido, médico. Outra, chamada Hamza H. e com 14 anos, foi obrigada a ficar várias horas de pé, "pela ponta dos pés com lâminas afiadas colocadas sob os calcanhares".

As crianças acabam mais cedo ou mais tarde por ser presentes a um procurador, sem que este faça algo para investigar a violência de que foram vítimas. "Os procuradores têm sido cúmplices neste tipo de abusos, não investigam as acusações de tortura, a data em que foram detidas e o período de desaparecimento forçado", continuou o investigador.

As autoridades usam uma lacuna na lei para julgar e condenar as crianças, transformando-as em exemplos. "A lei sobre as crianças tem uma grande lacuna que permite serem julgadas por tribunais militares. Quando uma criança tem um cúmplice maior de idade, podem ser julgadas como adultos por terrorismo", explicou Magdi. "Algumas destas crianças foram condenadas à morte antes de os juízes perceberem que eram crianças. Aí retiraram a condenação e deram-lhes 15 anos de prisão."

ricardo.fernandes@publico.pt

HRW

Desenhos representam crianças perante um tribunal militar e uma das torturas a que são submetidas

Morreu Lucia Bosè, dama de todas as camélias

Lucia Bosè (1931-2020) Com uma carreira com mais de meia centena de filmes, trabalhou com autores como Fellini, Antonioni, Giuseppe de Santis, Buñuel e Jean Cocteau. Tinha 89 anos

FRANCO ORIGLIA/GETTY IMAGES

Obituário
Luís Miguel Oliveira

A filmografia de Lucia Bosè, uma das últimas grandes vedetas do cinema europeu nas décadas a seguir ao pós-II Guerra, vai de 1950, ano em que se estreou com 19 anos, a 2014, e entre estes dois momentos deixou uma marca indelével através de dezenas de filmes, que apanham as últimas décadas em que o cinema europeu conseguiu ser verdadeiramente "popular" – em filmes italianos, em filmes espanhóis (Bosè naturalizou-se espanhola depois do casamento com o toureiro Luis Miguel Dominguín), em filmes franceses. Trabalhou com Giuseppe de Santis, Francesco Maselli, Michelangelo Antonioni, Mauro Bolognini, Federico Fellini, Juan Antonio Bardem, Luis Buñuel, mas também escolheu o risco de trabalhar em filmes de autores muito mais marginais ao cinema popular, como o catalão Pere Portabella ou Marguerite Duras.

Lucia Bosè, que escolheu para nome artístico o apelido da mãe (o pai chamava-se Borloni), nasceu italiana em Milão, no ano de 1931. A fama começou cedo, quando em 1947, com 16 anos, foi consagrada Miss Itália, num concurso com um rol impressionante de participantes: Gina Lollobrigida, Gianna Maria Canale, Eleonora Rossi-Drago, Silvana Mangano, todas elas derrotadas por Bosè, todas elas destinadas a serem, também, figuras maiores do cinema italiano nas décadas por vir.

As portas do cinema escancararam-se-lhe com a projecção dada pelo título de Miss, e Bosè chegou a ser a escolhida de Giuseppe de Santis para protagonizar o célebre *Arroz Amargo* (1949), mas a jovem, ainda menor de idade, renunciou por pressão da família, que não a queria metida no cinema (e o papel foi para Silvana Mangano, que aproveitou a oportunidade para se tornar, instantaneamente, em vedeta de primeira grandeza). Pouco tempo depois, já adulta, e decidida a seguir mesmo uma carreira no cinema, aceitou um segundo convite de De Santis: o filme era *Não Há Paz entre as Oliveiras* e com ele arrancou imparavelmente a vida cinematográfica de Bosè.

Beleza melancólica

Seguiram-se filmes com vários dos mestres e pequenos mestres de uma cinematografia, a italiana, em que na época eles abundavam: Mario Soldati, Luciano Emmer, Antonio Leonviola, Giorgio Simonelli. Mas desse período inicial, nos primeiros anos da década de 1950, é o par de filmes que fez com Antonioni – *Escândalo de Amor* (1950) e *A Dama sem Camélias* (1953) – que costuma ser mais lembrado, filmes em que a beleza melancólica de Bosé exprime na perfeição a angústia da juventude italiana do pós-guerra, entre a austeridade dos costumes "antigos" e as dificuldades económicas daqueles anos. São, também, filmes sublimes de um Antonioni ainda "autor popular", em tirocínio para o gesto de mão mais vincado que exibiria na segunda metade da década.

A popularidade conquistada nesses anos levou Bosè à internacionalização: filmou em França com Jean-Paul Le Chanois e, sobretudo, em Espanha, com Juan Antonio Bardem. Esse filme, em 1955, foi o celebérrimo *Morte de Um Ciclista*, um dos mais famosos filmes espanhóis da "época alta" do franquismo (toda a Europa o viu como um filme de "resistência"), e mudou a vida de Bosè. Foi durante a rodagem que conheceu Dominguin, com quem se viria a casar e a ter dois filhos (um deles o célebre cançonetista Miguel Bosè).

A partir do casamento, já naturalizada espanhola, pôs a carreira em interregno. Esteve num dos primeiros filmes que Buñuel veio rodar à Europa vindo do voluntário exílio mexicano (*Celá s'Apelle l'Aurore*, 1956), foi a França participar no *Testamento de Orfeu* de Cocteau (1960) mas só a partir de 1968, quando se separou de Dominguin, retomou a carreira com consistência, por norma girando entre a pátria adoptiva e o país natal.

Filmou com vários espanhóis (Jaime Camino, Jamie Chavarri, Manuel Summers), dispôs-se a frequentar o então vivíssimo cinema "*underground*" catalão (*Nocturno 29*, de Pere Portabella), filmou com vários italianos (os Taviani, o *Satyricon* de Fellini, Bolognini, Liliana Cavani), fez pontuais excursões a outros cinemas. Destas, avulta sobretudo o arriscadíssimo papel, onde é sublime, em *Nathalie Granger* (1972) de Marguerite Duras, contracenando com Jeanne Moreau e mostrando tudo o que nela havia, também, de grande actriz "moderna". Atributos que reiterou, ao longo da década de 1970, em trabalhos com alguns dos mais inflexíveis autores do período, como o suíço Daniel Schmid (*Violanta*, 1977).

Depois de mais um interregno, voltou no final dos anos 1980 no papel de Placida na *Crónica de Uma Morte Anunciada* de Francesco Rosi, no que foi porventura o seu último encontro com o "grande público". Nos anos finais continuou a interessar alguns jovens cineastas espanhóis (Agusti Villaronga) e italianos (Ferzan Ozpetek) de alguma notoriedade, e fechou a carreira em 2014.

Morreu em Segovia, de problemas resultantes da infecção pela covid-19. Morreu uma memória ímpar do cinema europeu: do alto do seu olhar, 70 anos de filmes nos contemplavam. Todas as camélias para ela.

CULTURA

"Os jornais fizeram a política e as revistas teceram a cultura"

Luís Andrade O coordenador do portal Revistas de Ideias e Cultura anuncia que em 2020 estarão *online* publicações que lançaram o neo-realismo português. E também a deslumbrante *KWY*

Entrevista
Luís Miguel Queirós

Depois de ter disponibilizado na Internet os principais periódicos anarquistas, os títulos ligados ao movimento da Renascença Portuguesa ou as revistas que marcaram o primeiro modernismo, e ainda publicações tão decisivas para a cultura portuguesa do século XX como a gigantesca *Seara Nova*, com os seus 1604 números, ou *O Tempo e o Modo*, o portal Revistas de Ideias e Cultura (RIC), coordenado por Luís Andrade, professor da Universidade Nova, acolherá este ano as revistas fundadoras do neo-realismo, mas também a *Athena* de Fernando Pessoa, a *KWY* de Lourdes Castro e René Bertholo, a *Raiz&Utopia* ou *A Mulher Portuguesa*.

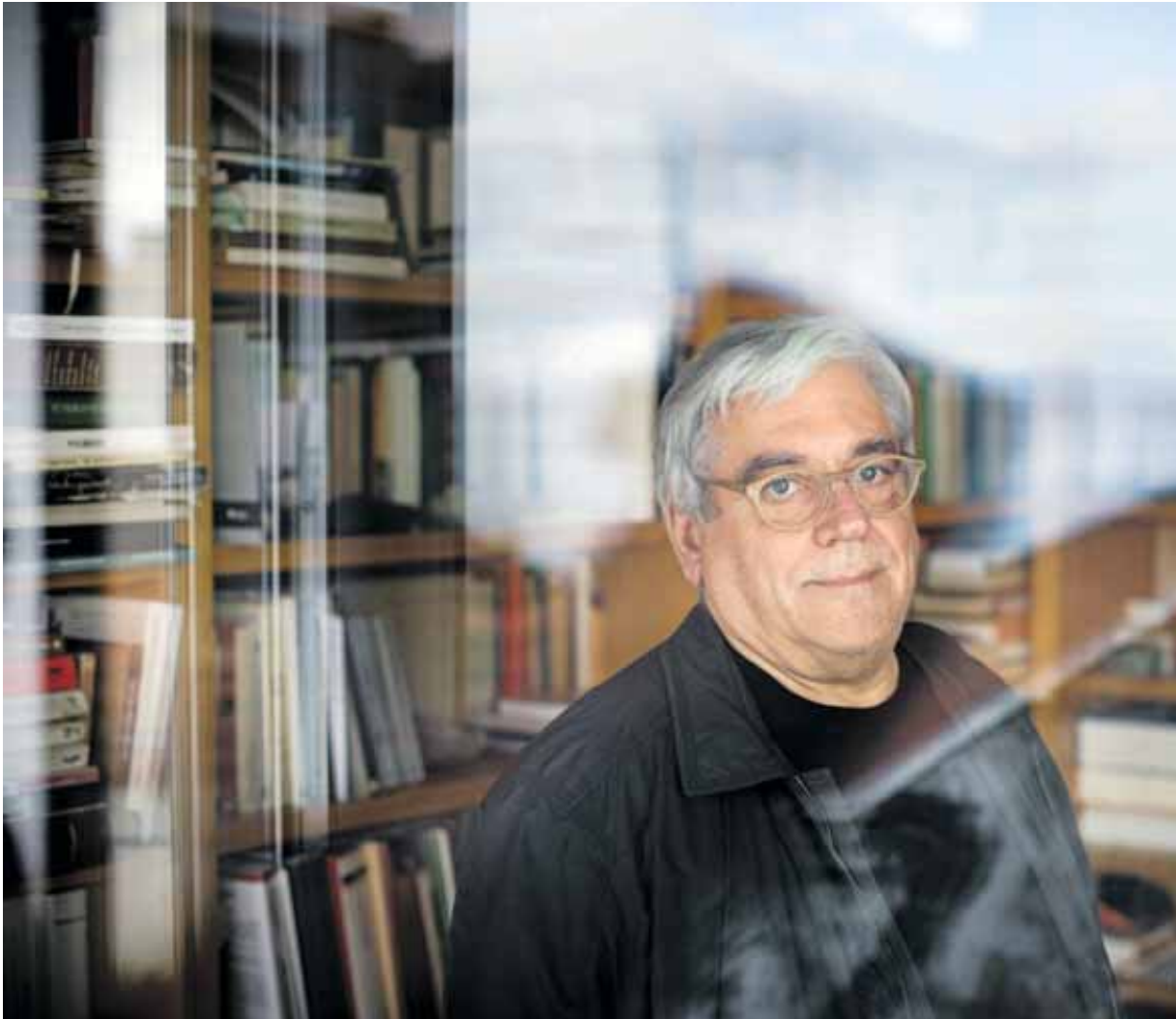
Mas o RIC não é apenas um arquivo digital que nos vai colocando virtualmente nas estantes um extenso conjunto de revistas que constituem privilegiadas janelas para a mutante paisagem cultural do século XX. É também uma gigantesca base de dados, dotada de um avançado sistema de pesquisas cruzadas, o que torna este portal uma dádiva para leitores de todos os tipos, mas também uma poderosa ferramenta ao serviço dos investigadores. No entanto, sublinha Luís Andrade, o RIC "não visa apenas contribuir para os estudos históricos", mas quer também "reavivar o legado reflexivo, inconformista e cívico da cultura portuguesa contemporânea". Porque "só a cultura combate a desrazão populista".

Em poucos anos, o RIC já disponibilizou integralmente na Internet mais de vinte publicações, algumas delas tão centrais para a cultura portuguesa do século XX como *A Águia*, *Orpheu*, *Seara Nova* ou *O Tempo e o Modo*. Agora trabalha nas revistas que lançaram o neo-realismo. Como nasceu este projecto?

O portal Revistas de Ideias e Cultura surgiu por iniciativa do Seminário Livre de História das Ideias, que reuniu um conjunto de jovens investigadores que haviam concluído o mestrado em História Cultural e Política, na FCSH. No final do século XX, este grupo inflectiu para a história dos intelectuais, e de seguida, decidiu estudar e publicar electronicamente algumas das principais revistas novecentistas de ideias e cultura, por pressentir os novos horizontes que a era digital iria proporcionar às Humanidades.

Têm optado por ir abordando sucessivos movimentos: o anarquismo, a renascença portuguesa, o primeiro modernismo. Agora é a vez do neo-realismo?

Sim, chegou o momento dos *sites* das revistas neo-realistas, que iremos publicar com o apoio do Museu do Neo-realismo. Em 2020, colocaremos em linha os *Cadernos da Juventude*, a *Sol Nascente*, a *Altitude* e a *Ler*. Os *Cadernos da Juventude* foram apreendidos na tipografia, pelo que só se conhecia um exemplar. Encontrámos um outro, justamente aquele que o censor leu, anotou e riscou, e será esse o reproduzido.

Como o universo das revistas culturais do século XX é muito extenso, o método que temos vindo a seguir consiste na sua segmentação por movimentos programáticos. Publicámos quatro *sites* com as principais revistas anarquistas – *Germinal*, *Sementeira*, o *Suplemento d'A Batalha* e *Renovação* –, outros quatro com títulos associados à renascença portuguesa (a *Nova Silva*, *A Águia*, *A Vida Portuguesa* e *Princípio*), e cinco com revistas do primeiro modernismo: *Orpheu*, *Portugal Futurista*, *Contemporânea*, *Exílio* e *Centauro*. A estas juntar-se-á em breve a *Athena*, que Fernando Pessoa dirigiu com Ruy Vaz. E temos ainda *sites* dedicados a revistas que definem, por si só, uma orientação programática, como a *Atlântida*, a *Seara Nova* ou *O Tempo e o Modo*.

> O encanto das revistas, ao associar imagem e texto, artigo e *cartoon*, pensamento, sensibilidade e actualidade, mantém-se inteiramente vivo

A proeminência das revistas enquanto montra privilegiada dos movimentos e tendências culturais parece ter-se esbatido um pouco nas últimas décadas. Os jornais disputam hoje mais vivamente esse território?

O espaço mediático tem sofrido mutações profundas, primeiro com as televisões e rádios privadas e depois com a Web. O PÚBLICO, que é contemporâneo destas mudanças, foi sempre um jornal-revista, aliás, pela mão de Vicente Jorge Silva, que se deu a conhecer com uma revista-jornal, *O Comércio do Funchal*, e que já tinha somado uma revista a um jornal, no *Expresso*. Basta observar as capas de algumas das edições mais recentes do PÚBLICO, que são mesmo capas, e não primeiras páginas com chamadas para o interior. O encanto das revistas, ao associar imagem e texto, artigo e *cartoon*, pensamento, sensibilidade e actualidade, mantém-se inteiramente vivo, independentemente do suporte que o serve.

Também se assiste à proliferação de revistas que associam um grafismo inovador a uma componente informativa forte, aproximando-se do território dos jornais.

A grande diferença entre os

Leia a entrevista na íntegra em
www.publico.pt

NUNO FERREIRA SANTOS

jornais e as revistas residiu nos primeiros viverem da notícia e os segundos da leitura e da invenção dos tempos. Os jornais fizeram a política, enquanto as revistas teceram a cultura. O império do audiovisual trocou as voltas aos periódicos impressos porque lhes retirou a primazia na informação. Uma das consequências foi o surgimento e a afirmação dos *news magazines*.

O RIC inclui um sofisticado sistema de pesquisa que permite cruzar uma série de índices, de autores ou assuntos a nomes e obras citados. Construir uma base de dados desta dimensão não implica recursos humanos e financeiros consideráveis?

O Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa tem-nos apoiado continuadamente, e as parcerias permanentes com a Fundação Mário Soares, no âmbito informático, e com a Biblioteca Nacional, no plano bibliográfico, documental e logístico, têm-se mostrado decisivas. Após ter construído o modelo, a equipa que coordeno funciona como um núcleo editorial. Felizmente, temos tido a capacidade de atrair investigadores, que se dispõem a estudar, sob a nossa supervisão, as revistas dos *sites* que publicamos.

Uma dimensão importante deste projecto é a extensa documentação adicional que tem sido reunida sobre cada revista: estudos académicos, correspondência entre fundadores, materiais que não foram publicados... É ao mesmo tempo um trabalho de arquivismo e de investigação?

Todo o trabalho que realizamos é de investigação. Pode parecer a simples reprodução de fontes, mas isso é um engano. A escolha dos títulos, a sua disposição por segmentos programáticos, o registo analítico do teor de todas as peças contidas em cada uma das revistas, sejam elas textuais ou gráficas, implica um trabalho de leitura e de pesquisa muito exigente. Temos a responsabilidade de fazer o mapeamento da cultura recente com o rigor necessário à sua consulta fidedigna.

Por outro lado, é necessário pensar que os meios digitais não se destinam a replicar na Web os formatos dos impressos tradicionais. Seria uma perspectiva muito pobre, embora corrente. Quem consulta o portal, pode aceder a uma revista como se do seu fac-símile se tratasse, mas pode consultá-la igualmente a partir de oito índices, em pesquisa simples ou avançada, e tem disponíveis documentos e testemunhos, muitas vezes inéditos.

Pode adiantar outras publicações em que estejam já a trabalhar?

Além das quatro revistas do movimento neo-realista que já indiquei, bem como da *Athena*, iremos publicar este ano três outros títulos relevantes. Um deles é a artesanal *KWY*, gesto colectivo de artistas plásticos exilados em Paris, impressa em grande parte em serigrafia, que anunciou o espírito e o grafismo libertários dos anos 60, em colaboração com a Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva. Seguir-se-á a *Raiz&Utopia*, que marcou a passagem das temáticas dos finais da década de 70 para os anos 80, de fundo menos ideológico e com novas causas, incluindo as ecológicas e da sustentabilidade, e cuja publicação coincidirá com as celebrações do 75.º aniversário do Centro Nacional de Cultura, seu proprietário. No domínio dos estudos sobre o feminismo, acrescentaremos à *Sociedade Futura*, já disponível, *A Mulher Portuguesa* que Zília Osório de Castro e as investigadoras da revista *Faces de Eva* estão a aprontar. Títulos que mostram bem que o RIC não visa apenas contribuir para os estudos históricos, mas quer também reavivar o legado reflexivo, inconformista e cívico da cultura portuguesa contemporânea. Só a cultura combate a desrazão populista.

***Athena*, que Fernando Pessoa dirigiu com Ruy Vaz. A artesanal *KWY* e a *Altitude* vão estar disponíveis já em 2020**

Uma das últimas revistas que colocaram *online* foi *A Construção Moderna*, a grande revista de arquitectura portuguesa do início do século XX, o que sugere o desejo de não se circunscreverem às revistas mais marcadamente literárias ou políticas. Amanhã poderemos ter revistas de cinema, música popular, mecânica, decoração?

A nossa historiografia cultural confinou-se durante muitas décadas aos movimentos literários, com algumas incursões no domínio das ideias políticas e das artes. A abordagem que perfilhamos é bem mais ampla e abarca todos as revistas que tenham contribuído substantivamente para trazer novas representações do mundo e da vida à realidade nacional. *A Construção Moderna* é um excelente exemplo, pois repensou o espaço urbano, as tipologias dos edifícios, as artes decorativas, o confronto entre os mitos nacionais e os exemplos modernistas e cosmopolitas. O cinema tem o seu lugar, desde logo nas muitas críticas de Mário Cesariny, José-Augusto França ou João Bénard da Costa já indexadas, a música popular está presente nos quase 300 artigos de Fernando Lopes-Graça coligidos, a mecânica atravessa artigos de Gago Coutinho, Ruy Luiz Gomes ou Abel Salazar, enquanto as artes decorativas são profusamente tratadas nas revistas *A Construção Moderna* e *Artes do Metal*. O que não podemos confundir é a dimensão intelectual, de fundo conceptual, das revistas que elegemos com outros títulos, muito mais numerosos, de natureza difusa e do foro das mentalidades.

Mantêm um registo das visitas ao portal?

Claro. Felizmente, uma das vantagens das humanidades digitais é dispormos de ferramentas gratuitas que nos permitem ter a cada momento a avaliação em dia.

Tenho aqui os números: entre 1 de Janeiro e 19 de Março de 2020, foram contabilizados 3607 utilizadores, em 6217 sessões, que consultaram 86.419 páginas, sendo um quarto dos acessos proveniente do estrangeiro. São cifras que nos deixam satisfeitos por revelarem um número crescente de interessados, mas sobretudo por estes usarem intencionalmente os *sites*, como se afere pelo número elevado de páginas que consultam.

Põem a hipótese de alargar o projecto a revistas importantes dos países de expressão portuguesa?

Contamos vir a dispor de um portal gémeo com as revistas modernistas brasileiras por ocasião do centenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo, que irá ser comemorado em Fevereiro de 2022. Estamos a celebrar um convénio com uma biblioteca paulista de referência, e a equipa de investigadores locais já está a trabalhar nas bases de dados de sete títulos. Este passo transatlântico, que replica um desígnio comum a muitos dos homens de letras que fizeram as grandes revistas portuguesas e brasileiras, deixa-nos muito satisfeitos.

lmqueiros@publico.pt

LEVOIR

WATCHMEN

EM QUE MENTIRAS PODEMOS ACREDITAR?

WATCHMEN: A COLECÇÃO

Aqui começa *Doomsday Clock*, com o universo de Watchmen a avançar implacavelmente em direcção ao Universo DC, em rota de colisão com dois dos seus maiores heróis: Batman e Flash. Sete anos após a invasão alienígena que matou 3 milhões de pessoas, a descoberta do diário de Rorschach revela finalmente o rosto por trás da mentira: Ozymandias, o homem mais inteligente do mundo – que agora é também o mais procurado. Mas ainda há alguém que pode salvar o mundo. E a resposta está no sorriso ensanguentado misteriosamente deixado na Batcaverna, que todas as análises confirmam não ser deste universo. Para coleccionar, todos os sábados, uma obra de uma extraordinária densidade psicológica e a mais definitiva desconstrução das histórias de super-heróis de sempre.

Pretende receber o seu livro em casa?
Encomende online em loja.publico.pt, ou através de coleccoes@publico.pt e 808 200 095/ 210 111 020
Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência? Ligue para 808 200 095/ 210 1 11 020

VOL. 6
O INÍCIO
Inclui as histórias *Batman/Flash: The Button* (partes 3 e 4) + *Doomsday Clock* (capítulo 1)

+9,90 €
EM BANCA
COM O PÚBLICO
P

EM CAPA DURA E COM HISTÓRIAS INÉDITAS EM PORTUGUÊS

New York Gazette
A GRANDE MENTIRA

WATCHMEN QUEM GUARDA OS GUARDIÕES?
WATCHMEN TEMÍVEL SIMETRIA
WATCHMEN IRMÃO DOS DRAGÕES
WATCHMEN UM MUNDO MAIS FORTE
RENASCIMENTO
DOOMSDAY CLOCK O INÍCIO
DOOMSDAY CLOCK TODOS ESTAMOS LOUCOS
DOOMSDAY CLOCK NÃO HÁ DEUS
DOOMSDAY CLOCK CRISE
DOOMSDAY CLOCK A HORA FINAL

TM & © 2020 DC Comics. All Rights Reserved.

A MAIS ACLAMADA NOVELA GRÁFICA DE TODOS OS TEMPOS

Colecção de 10 volumes, 6 dos quais inéditos em português. PVP unitário: 9,90 €. Preço total da colecção:99 €.
Periodicidade semanal ao sábado, entre 15 de Fevereiro e 18 de Abril de 2020. Stock limitado.

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

AVISO

Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica (TSDT) – Farmácia / Constituição de Reserva de recrutamento

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, datada de 17 de março de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar do dia 18 de março de 2020, o procedimento simplificado de selecção com vista à constituição de reserva de recrutamento de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica (TSDT) – Farmácia –, para celebração de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, nos termos e ao abrigo do artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

Os requisitos, gerais e especiais, a composição do júri, os métodos de seleção e outras informações de interesse para a apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, in http://www.chpl.pt.

Lisboa, 17 de março de 2020

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

AVISO

Enfermeiros/Reserva de recrutamento

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, datada de 17 de março de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar do dia 18 de março de 2020, o procedimento simplificado de selecção com vista à constituição de reserva de recrutamento de enfermeiros, para celebração de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, nos termos e ao abrigo do artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

Os requisitos, gerais e especiais, a composição do júri, os métodos de seleção e outras informações de interesse para a apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, in http://www.chpl.pt.

Lisboa, 17 de março de 2020

Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte
Filiado na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos

AVISO

Por decisão da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPSN), após análise do despacho judicial proferido no processo com o nº 5216/20.0T8PRT que corre os seus termos no Tribunal Judicial da Comarca do Porto, Juízo do Trabalho do Porto – Juiz 2, foi por unanimidade dos presentes deliberado que o acto eleitoral para os órgãos do STFPSN no quadriénio 2020/2024, agendado para o dia 31.03.2020, deverá ser reagendado para a data em que essa realização se venha a tornar possível, sendo a mesma oportunamente divulgada.

Neste sentido, deverá ser publicada e publicitada pelos mesmos meios e formas em que foi efectuada a convocatória do referido acto eleitoral, a presente deliberação do seu reagendamento para ulterior data a ser oportunamente divulgada, o que deverá ser feito no mais curto espaço de tempo, de molde a evitar situações ou deslocações inúteis.

Porto, 20 de março de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Albino Valdemar Ferreira Madureira

SESARAM EPE
Serviço de Saúde da RAM EPE

Aviso (Extrato)

Procedimento concursal comum de recrutamento urgente para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de assistente da carreira médica, na área hospitalar – especialidade de Radiologia

Faz-se público que se encontra aberto o seguinte procedimento concursal comum, de recrutamento urgente, para constituição de relação jurídica de emprego privado sem termo, cujo contrato será celebrado nos termos do Código do Trabalho e demais legislação laboral privada aplicável:

1 - Entidade contratante: Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.;

2 - Número e Caracterização do posto de trabalho a ocupar: 1 (um) posto de trabalho, para a categoria de assistente da carreira médica, da área hospitalar – especialidade de Radiologia, cujo conteúdo funcional corresponde ao estabelecido no n.º 1 da cláusula 10.ª do Acordo de Empresa publicado no JORAM, n.º 4, III Série, de 17 de fevereiro de 2016 e no n.º 1 do artigo 7.º -A do DL n.º 176/2009, de 4 de agosto aditado pelo DL n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

3 - Área de formação académica e/ou profissional exigida: licenciatura ou mestrado integrado em Medicina e grau de especialista em Radiologia, bem como ter inscrição como membro efetivo na Ordem dos Médicos com a situação devidamente regularizada;

4 - Prazo de candidatura: 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do aviso integral de abertura do procedimento concursal no *Diário da República*;

5 - Apresentação da candidatura: Dadas as recomendações existentes quanto à prevenção da doença COVID 19 informamos que a candidatura poderá ser efetuada em suporte eletrónico, para o correio eletrónico dgrh@sesaram.pt.

6 - Em situações de igualdade de valoração aplicam-se os critérios de ordenação preferencial previstos na cláusula 24.ª do Anexo II do Acordo de Empresa *supra* identificado;

6.1 - Atento ao disposto na Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, o candidato com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovada, tem preferência em caso de igualdade de classificação, não se aplicando os critérios de ordenação preferencial referidos no ponto 16 do aviso integral;

7 - Publicação Integral: O Aviso Integral encontra-se publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 56, de 19 de março de 2020, como Aviso n.º 12/2020/M e disponibilizado na página eletrónica do SESARAM, E.P.E., em www.sesaram.pt - Documentos – Recursos Humanos – Ofertas de emprego.

Luís Fraga da Silva

(1953 - 2020)

A Família e Amigos informam, com muito pesar, que o Luís faleceu no passado dia 20 de Março. A cerimónia fúnebre teve já lugar.

Agradecemos a todos os que, com extraordinária dedicação e afecto, o acompanharam nos últimos meses de vida.

Comunicado

Adiamento da Assembleia Geral da Cooplar Crl

Caros Associados,

No presente contexto de emergência de saúde pública internacional, que levou no passado dia 11 de Março, a Organização Mundial de Saúde a declarar a situação epidemiológica do novo Coronavírus – Covid 19 como uma pandemia, o Governo aprovou, no passado dia 13 de Março, o Decreto-Lei 10-A/2020, que estabelece um conjunto de medida excecionais e temporárias que, para além do mais, visam prevenir, conter e mitigar a propagação daquela infeção.

De acordo com as declarações proferidas por S. Ex.ª a Ministra da Saúde, em conferência de imprensa do passado dia 14 de março, estrámos numa fase de crescimento exponencial da epidemia, tendo todos os cidadãos sido exortados a colaborar na implementação de medidas de restrição de contacto social.

Conforme é de conhecimento geral, foi oportunamente convocada a reunião da Assembleia Geral da Cooplar – cooperativa de habitação e construção, CRL para o próximo dia 30 de março de 2020, pelas 20.30 horas.

Considerando o atrás exposto, crê-se que a manutenção da data marcada no presente contexto seria frontalmente contrária às referidas medidas de contenção, importando assim considerar o seu adiamento.

Neste sentido, o art.º 18.º do Decreto-Lei 10-A/2020 prevê a prorrogação do prazo legal ou estatutário para a realização de assembleias gerais obrigatórias, até ao próximo dia 30 de Junho.

Esta disposição legal é expressamente aplicável às cooperativas.

Pelo exposto, foi decidido o adiamento da próxima reunião da Assembleia Geral da Cooplar CRL, marcada para o próximo dia 30 de março de 2020, pelas 20.30 horas, a qual fica sem efeito.

Oportunamente será designada nova data, e emitida nova convocatória, nos termos legais e estatutários.

Lisboa, 23 de março de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, - *Albano Marques Pinto*

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro - Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimeportugal.org

FARMÁCIAS

Porto - Serviço Permanente **Costa Cabral** - R. de Costa Cabral, 1832 - Tel. 225020780 **Pombeiro** - Campo dos Mártires da Pátria, 151 - Tel. 222051295 **Vila Nova de Gaia - Serviço Permanente** **Coimbrões** - R. de Domingos Matos, 680 (Coimbrões) - Tel. 227811924 **Manso Preto** (Grijó) - Lg. de Santo António, 355 (Grijó) - Tel. 227640195 **Matosinhos - Serviço Permanente** **Nova** (Custóias) - Rua Cândido Reis, 818 - Tel. 229558643 **Coimbra - Serviço Permanente** **Central** (Santa Cruz) - R. da Sofia, 19/21 - Tel. 239822089 **Coimbra** - Av. Dr. Mendes Silva, nº 211-251 (CC Coimbra Shopping) - Tel. 239912219 **Braga - Serviço Permanente** **São João** (São José de São Lázaro) - Av. da Liberdade, 143 - Tel. 253263655 **Outras Localidades - Serviço Permanente** **Águeda** - Amaral **Aguiar da Beira** - Dornelas , Portugal **Albergaria-a-Velha** - Ferreira Janeiro **Alfandega da Fé** - Graça **Alijó** - Do Hospital , de Favaios (Favaios), Nova Vilar de Maçada (Vilar de Maçada) **Almeida** - Cunha , Moderna (Vilar Formoso) **Amarante** - Da Ponte **Amares** - Marques Rego (Ferreiros) **Anadia** - Júlio Maia **Arcos de Valdevez** - Fátima **Arganil** - Moderna **Armamar** - Batista Ramalho **Arouca** - Gomes de Pinho **Aveiro** - Alagoas **Baião** - Barbosa (Campelo) , Rocha Barros (Eiriz) **Barcelos** - De Arcozelo **Boticas** - S. Cristovão **Bragança** - Central (Izeda) **Cabeceiras de Basto** - Azevedo Carvalho **Caminha** - Beirão Rendeiro , Brito (Vila Praia de Âncora) **Cantanhede** - Cruz **Carrazeda de Ansiães** - Veiga **Carregal do Sal** - Moderna **Castelo de Paiva** - Central , Pinho Lopes (Oliveira do Arda), Marques Lopes (Santa Maria de Sardoura) **Castro Daire** - Gastão Fonseca **Celorico da Beira** - Duarte Dias **Celorico de Basto** - Neves Ferreira **Chaves** - Barroso **Condeixa-a-Nova** - Rocha **Espinho** - Higiene **Esposende** - Monteiro **Estarreja** - Sousa **Fafe** - Moura **Felgueiras** - Sta. Quitéria **Figueira da Foz** - Soares **Figueira de Castelo Rodrigo** - Moderna **Fornos de Algodres** - Central **Freixo de Espada à Cinta** - Guerra **Góis** - Coroa , Santiago, Frota Carvalho (Vila Nova do Ceira) **Gondomar** - Marques **Gouveia** - Patrício , Central (Melo - Gouveia), Albuquerque (Moimenta da Serra), Martins (Vila Nova de Tazem) **Guarda** - Tavares (Trinta) **Guimarães** - Parque (Costa) **Ílhavo** - Senos **Lamego** - Senhora dos Remédios **Lousã** - Fonseca **Lousada** - Fonseca **Macedo de Cavaleiros** - Moderna **Maia** - Germunde **Mangualde** - Espinho Petrucci , Beirão (Chãs de Tavares) **Manteigas** - Ascensão **Marco de Canavezes** - Positiva (Fornos) **Mealhada** - Miranda, Suc. **Meda** - Pereira **Melgaço** - Durães **Mesão Frio** - Correia **Mira** - Roldão **Miranda do Corvo** - Antunes , Borges (Semide - Miranda do Corvo) **Miranda do Douro** - Miranda (Mirando do Douro) **Mirandela** - Morais Sarmento **Mogadouro** - Magalhães **Moimenta da Beira** - Moderna , César (Leomil) **Monção** - São Pedro **Mondim de Basto** - Nova Mondim **Montalegre** - Caldas **Montemor-o-Velho** - Natário (Verride) **Mortágua** - Abreu **Murça** - Nossa Senhora de Fátima **Murtosa** - Santos Leite **Nelas** - Faure **Oliveira de Azemeis** - Falcão **Oliveira de Frades** - Oliveirense **Oliveira do Bairro** - Sanal **Oliveira do Hospital** - Nova D'Oliveira **Ovar** - Carmindo Lamy **Paços de Ferreira** - Da Mata Real **Pampilhosa da Serra** - do Zêzere (Dornelas do Zêzere) , Central **Paredes** - Central de Rebordosa (Rebordosa) **Paredes de Coura** - Ribeiro **Penacova** - Penacova **Penafiel** - Miranda **Penalva do Castelo** - Claro **Penedono** - Rua **Penela** - Penela **Peso da Régua** - Ponte **Pinhel** - Central , Da Misericórdia (Alverca da Beira), Moderna (Pínzio) **Ponte da Barca** - Popular **Ponte de Lima** - De São João **Póvoa de Lanhoso** - Milénio **Póvoa de Varzim** - Rainha **Resende** - Nova de Resende (Lugar do Paço) **Ribeira de Pena** - De Cerva (Cerva) , Borges de Figueiredo **Sabrosa** - Macedo Morais , Vieira Barata **Sabugal** - Central , Aldeia Velha (Aldeia Velha), Higiene (Souto) **Santa Comba Dão** - Carrilho , Sales Mano (S.João de Areias) **Santa Maria da Feira** - Sousa **Santa Marta de Penaguião** - Santa Eulália (Cumieira) , Douro (Santa Marta Penaguião) **Santo Tirso** - Vilalva **São João da Madeira** - Estação **São João da Pesqueira** - Ferronha e Silva (Ervedosa) **São Pedro do Sul** - Da Misericórdia **Sátão** - Santo André (Lamas) , Andrade **Seia** - Coelho , Popular (Loriga), Paranhense (Paranhos da Beira), Neves Rodrigues (Pinhanços), do Alva (Sandomil), De São Romão (São Romão) **Sernancelhe** - Confiança , Mota (Vila da Ponte) **Sever do Vouga** - Martins **Soure** - Soure **Tábua** - Quaresma (Mouronho) **Tabuaço** - Confiança **Tarouca** - Augusta (Salzedas) , Moderna **Terras de Bouro** - Alvim Barroso (Covas) **Tondela** - Tomás Ribeiro **Torre de Moncorvo** - Leite **Trancoso** - Paixão , Pereira (Vila Franca das Naves) **Trofa** - Trofense **Vagos** - Tavares **Vale de Cambra** - Oliveira da Silva **Valença** - Central **Valongo** - Palmilheira (Ermesinde) **Valpaços** - Paula **Viana do Castelo** - Abelheira (Abelheira) **Vieira do Minho** - Freitas **Vila do Conde** - Central (Caxinas) **Vila Flor** - Vaz **Vila Nova de Cerveira** - Cerqueira, Suc. , Nova de Cerveira **Vila Nova de Famalicão** - Barbosa **Vila Nova de Foz Côa** - Barreira **Vila Nova de Paiva** - Galénica **Vila Nova de Poiares** - Martins Pedro (S.Miguel de Poiares) , Santo André **Vila Pouca de Aguiar** - Figueiredo **Vila Real** - Galeno **Vila Verde** - Medeiros **Vimioso** - Liberal , Ferreira (Argozelo) **Vinhais** - Afonso , de Rebordelo (Rebordelo) **Viseu** - Confiança **Vizela** - Campante (Caldas de Vizela) **Vouzela** - da Torre (Alcofra) , Ana Rodrigues Castro (Campia), Teixeira **Cinfães** - Nova de Cinfães **Vagos** - Viva **Vouzela** - Vieira

FICAR

CINEMA

A Teoria de Tudo
Hollywood, 17h40
Stephen Hawking (1942-2018) é considerado um dos mais importantes astrofísicos de todos os tempos. Em 1963, enquanto estudante de Física na conceituada Universidade de Oxford, o jovem Stephen está decidido a encontrar uma "simples, eloquente explicação" para o Universo. Nesta época, já depois de conhecer Jane, uma estudante de Artes por quem se apaixona, é-lhe diagnosticada esclerose lateral amiotrófica. Não lhe dão mais de dois anos de vida. Com capacidades físicas a cada dia mais limitadas, casa com Jane. E com a sua ajuda supera os maiores obstáculos, sem nunca perder a extraordinária capacidade de se assombrar com o Universo. Realizado por James Marsh, segundo um argumento de Anthony McCarten, *A Teoria de Tudo* adapta a obra biográfica *Travelling to Infinity: My Life with Stephen*, em que Jane Wilde Hawking descreve os seus anos ao lado de Stephen. Conta com Eddie Redmayne no papel do brilhante astrofísico (premiado com o Óscar de Melhor Actor principal) e Felicity Jones no de Jane.

Síndrome de Estocolmo
TVCine Top, 18h20
Estocolmo (Suécia), Agosto de 1973. Um ex-presidiário entra de rompante num banco e faz reféns os que ali se encontram. As suas exigências são simples: um milhão de dólares, um Mustang 302 e a libertação de um amigo que se encontra a cumprir pena. No meio das negociações, os reféns cedem ao charme do assaltante, tomando partido do criminoso e não das autoridades que os tentam salvar. Com Ethan Hawke, Noomi Rapace e Mark Strong como protagonistas, uma comédia de acção inspirada em factos verídicos, escrita e realizada por Robert Budreau.

Agradar, Amar e Correr Depressa
TVCine Edition, 22h
Verão de 1990. Arthur é um jovem estudante que, num passeio pelas ruas de Paris, conhece Jacques, um escritor 15 anos mais velho. O amor que surge entre ambos é imediato, profundo e verdadeiro. Passam todo o Verão dedicados um ao outro. Mas infelizmente, Jacques sabe que aquela história tem um tempo limitado e que terá de ser vivida depressa. Com realização e argumento de Christophe Honoré, um drama com Vincent Lacoste, Pierre Deladonchamps e Denis Podalydès nos papéis principais.

Televisão

lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV
Domingo, 22

		% Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	18,6	29,5
Isto e Gozar com Quem...	SIC	18,0	30,0
Primeiro Jornal	SIC	12,9	25,3
Jornal das 8	TVI	11,6	18,4
24 Horas de Vida	SIC	11,5	21,9

FONTE: CAEM

Canal	%
RTP1	10%
RTP2	1
SIC	18,8
TVI	15,3
Cabo	39,4

RTP 1
6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.20** Cuidado com a Língua! **14.43** Voo Directo - A Vida a 900 à Hora **15.40** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.08** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.00** Especial Covid-19 **21.37** Joker **22.32** Fabrico Internacional: Luís Onofre **23.03** A Arte Eléctrica em Portugal: Hip-hop em Portugal **0.03** Greystoke: A Lenda de Tarzan, Rei da Selva **2.15** Europa Minha **2.31** O Sábio

RTP 2
6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **13.05** Os Daltons **13.21** A Ilha dos Desafios **13.43** Chovem Almôndegas **13.54** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil: Saber envelhecer **15.02** A Fé dos Homens **15.35** Outra Escola **16.14** Selva Viva **17.07** Espaço Zig Zag **20.37** Merlí **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.11** Motorista para Todo o Serviço **22.54** Nada Será como Dante **23.21** A Arte dos Museus: Museu de História da Arte (Viena) **0.12** MãePaiFilho **1.15** Sociedade Civil **2.17** E2 - Escola Superior de Comunicação Social **2.41** Euronews **5.14** Sara **5.49** Os Nossos Dias

SIC
6.00 Edição da Manhã **9.10** Alô Portugal **10.10** O Programa da Cristina **13.00** Primeiro Jornal **14.55** Amor Maior **16.15** Júlia **18.15** Amor à Vida **19.15** Amigos Improváveis Famosos **19.57** Jornal da Noite **21.45** Nazaré **22.25** Terra Brava **23.20** Amor de Mãe **0.05** A Dona do Pedaço **0.25** Passadeira Vermelha **1.55** Alô Portugal **2.50** Amigos Improváveis Famosos **3.30** Televendas

TVI
6.00 Batanetes **8.00** Diário da Manhã **10.12** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.45** Belmonte **16.15** A Tarde É Sua **19.13** Ver p´ra Crer **19.57** Jornal das 8 **21.10** Quer o Destino **23.00** Na Corda Bamba **23.56** O Marceneiro **1.50** Defesa à Medida **2.34** Mundo ao Contrário **3.07** Louco Amor **3.40** Doce Tentação **4.08** Saber Amar **4.30** TV Shop

TVCINE TOP
10.20 Glass **12.30** Aquaman **14.55** Uma Traição Necessária **16.40** Toda a Verdade **18.20** Síndrome de Estocolmo **19.55** Teen Spirit - Conquista o Sonho **21.30** Billy The Kid - A Lenda **23.15** Viúvas **1.25** Amar Pablo e Odiar Escobar **3.30** Cinetendinha **3.40** Serenidade **5.25** Réplicas

FOX MOVIES
10.42 Assassinos (1995) **12.43** Eraser **14.29** Perigo no Oceano **16.09** Fogo Rápido **17.44** Killer Elite - O Confronto **19.29** Arma Mortífera 2 **21.15** Tango & Cash **22.49** Golpe de Vingança **00.18** Imparável **1.59** Corrida Mortal (2008) **3.33** Hitman - Agente 47 **4.58** Grace de Mónaco

CANAL HOLLYWOOD
9.10 Sexo sem Compromisso **10.55** Imperador **12.40** O Gene Rosa **14.20** Crónica **15.45** Más Companhias **17.40** A Teoria de Tudo **19.45** 7 Pecados Rurais **21.30** R.I.P.D.: Agentes do Outro Mundo **23.05** Apanha-me Esse Gringo **0.40** O Lobo de Wall Street **3.35** 6 Dias 7 Noites **5.15** A Múmia: O Túmulo do Imperador Dragão

AXN
13.45 Ocean's Thirteen **15.47** Ataque ao Poder **17.58** Mentes Criminosas **20.28** Encomenda Armadilhada **22.05** The Good Doctor **22.57** Lincoln Rhyme: Caça ao Colecionador de Ossos **23.49** The Blacklist **1.29** 13 Horas: Os Soldados Secretos de Benghazi **3.53** Carter **5.19** Mentes Criminosas

AXN MOVIES
14.34 ...E Justiça para Todos **16.35** Rumor Assassino **18.16** The Mechanic - O Profissional **19.49** Underworld: O Despertar **21.15** Outcast - O Último Templário **22.54** O Livro de Eli **0.49** Herói por Acaso **2.26** Mr. Deeds **3.54** O Fantástico Buck Howard **5.24** Green Hornet

AXN WHITE
13.35 Palco Principal **15.14** O Crime de Lizzie Borden **16.48** O Rapto de Cleveland **18.23** Anna Nicole **19.55** Inesquecível **20.40** Inesquecível **21.25** Pan Am **22.15** Namorando com o Perigo (2016) **23.48** Pan Am **0.38** Mesmo a Tempo do Natal **2.21** A Teoria do Big Bang **3.33** Inesquecível **4.18** O Mentalista **5.03** Young Sheldon

FOX
11.10 Chicago P.D. **11.55** Chicago P.D. **14.15** Investigação Criminal: Los Angeles **15.45** Hawai Força Especial **17.20** C.S.I. Miami **19.00** Investigação Criminal: Los Angeles **20.35** Hawai Força Especial **22.15** Magnum P.I. **23.05** Investigação Criminal: New Orleans **0.00** The Hunger Games: Em Chamas **2.45** C.S.I. Miami

FOX LIFE
11.19 Anatomia de Grey **12.49** The Resident **13.35** Chicago Med **14.21** Winter Castle **15.50** The Killer Downstairs **17.21** Twisted **19.06** Lei & Ordem: Unidade Especial **20.41** The Resident **21.29** Chicago Med **22.20** Bull **0.03** Made For You With Love **1.44** Lei & Ordem: Unidade Especial **3.07** The Resident **3.48** Chicago Med **4.31** Star

DISNEY
15.49 Acampamento Kikiwaka **16.36** Coop & Cami **17.23** Star Contra as Forças do Mal **17.45** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Os Green na Cidade Grande **19.15** Gravity Falls **20.06** Sadie Sparks **20.55** A Raven Voltou **21.20** Gabby Duran Alien Total **21.43** Acampamento Kikiwaka **22.30** Coop & Cami **22.53** A Raven Voltou

DISCOVERY
19.15 NASA, Ficheiros Secretos **21.00** Expedição ao Passado **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** A História do Universo **4.30** Desmontando o Cosmos **5.00** Guerra de Propriedades

HISTÓRIA
18.48 A Maldição de Oak Island **20.50** Forjado no Fogo **22.15** Forjado no Fogo: Internacional **22.55** Forjado no Fogo **1.01** Alienígenas **2.25** O Preço da História

ODISSEIA
18.12 Ilhas Virgens e Porto Rico Vistos do Céu **19.04** Resgate na Praia **19.50** Voos Perigosos **20.36** Engenharia Letal **21.22** A Batalha pela Lua: do Sputnik ao Apolo **22.15** Engenharia Letal **23.00** The Weekly **23.26** A Batalha pela Lua: do Sputnik ao Apolo **0.20** Engenharia Letal **1.05** The Weekly **1.32** A Batalha pela Lua: do Sputnik ao Apolo **2.35** A Origem das Coisas **2.58** Dark Net **3.37** Ilhas Virgens e Porto Rico Vistos do Céu

O Livro de Eli
AXN Movies, 22h54
Eli (Denzel Washington) é um viajante com um único propósito em mente: proteger um livro sagrado e levá-lo ao seu longínquo destino, pois nele reside a esperança de um futuro para humanidade. Na sua travessia por um país transformado em deserto, após uma catástrofe a nível planetário, o caminho de Eli vai cruzar-se com todo o género de pessoas que, tal como ele, lutam pela sua vida e a quem lhes apenas resta a sobrevivência a cada dia. Mas ele é um guerreiro com poderes extraordinários capaz de lutar até com os mais temerários e perigosos fora-da-lei. E nada o fará vacilar no seu objectivo.

DOCUMENTÁRIO

A Arte dos Museus: Museu de História da Arte de Viena
RTP2, 23h21
Oitavo e último episódio da série documental que percorre alguns dos mais famosos museus do mundo. Hoje, o destino é o Kunsthistorisches Museum (Museu de História da Arte) de Viena, o mais visitado da capital austríaca.

SÉRIES

Hinterland
Fox Crime, 22h55
Estreia. Crime *noir* no País de Gales com Tom Mathias (Richard Harrington), um detective que procura sossego na aparentemente pacata cidade de Aberystwyth, mas acaba por se deparar com uma sucessão de mistérios de contornos arrepiantes. Uma série para acompanhar de terça a quinta-feira, com direito às três temporadas de seguida.

MãePaiFilho
RTP2, 00h12
Estreia. "Uma família fracturada, no coração da política e do poder, une-se sob circunstâncias catastróficas." É assim que a BBC descreve esta minissérie de oito episódios, saída dos seus estúdios em 2019. Conta com drama, tensão psicológica e Richard Gere, Helen McCrory e Billy Howle como protagonistas.

EM DESTAQUE

Humor

Como É Que o Bicho Mexe?

Crianças na cama, copo de vinho na mão, estante como cenário e Bruno Nogueira a falar para manter alguma sanidade mental (nossa e dele – diz que é o único momento do dia em que pára para falar com adultos). No Instagram (@corpodormente), ficamos com ele à conversa, em directo com amigos como Nuno Lopes (que, de braços a dar a dar, aconselha fingir ser cabeçudo como técnica para manter a distância social), Gonçalo Waddington, Salvador Martinha e o seu chapéu de palha amarelo, João Manzarra (que já foi capaz de o pôr a meditar), Salvador Sobral, Miguel Guilherme, Jessica Athayde... Os assuntos são os que vierem, mas partem quase sempre das vivências em clausura e de formas de nos mantermos ao largo do "bicho". Daí o título, *Como É Que o Bicho Mexe?*, de que é co-autor Nuno Markl, o interlocutor que não tem faltado à chamada desde o primeiro dia. É também ele quem costuma abrir a função. Nunca se despede sem uma canção "preparada". O número de seguidores tem subido de noite para noite, muito para lá da capacidade da Altice Arena que Nogueira encheu, em Fevereiro, com o espectáculo *Depois do Medo*. Perto de 25 mil já andam a esticar a hora de ir para a cama. Vale a pena: aqui, só o humor não fica à porta. **S.P.**

Actividade

Ensinar e aprender inglês para pais e professores

Com milhões de alunos a aprender inglês, espalhados pelo mundo mas confinados às suas casas, o desafio é ensiná-los à distância. A Cambridge Assessment English, uma fundação sem fins lucrativos da Universidade de Cambridge, disponibiliza, num espaço de acesso aberto, inúmeros recursos para pais e professores – do básico ao ensino superior.
Para começar, existe um curso de Teaching English Online, que visa ajudar a adaptar as competências dos professores ao ambiente digital. Depois, no espaço "Apoiamos todos os professores" há recursos gratuitos para ajudar os docentes na programação das aulas e com actividades que podem ser divertidas como jogos. "O papel das famílias também é muito importante", defende Marta Medrano, responsável fundação. Por isso, os pais também podem usar os recursos disponíveis no espaço Cambridge para Ti, um *site* com mais de 60 recursos digitais gratuitos para estudantes de todos os níveis. Neste, as actividades são projectadas especialmente para os pais, para ajudar as crianças a aprender inglês em casa. **B.W.**

Teatro

São Carlos vai a casa

Com as actividades suspensas até 6 de Abril, o Teatro Nacional de São Carlos disponibiliza *online* uma série de conteúdos gratuitos sob o signo #SãoCarlosEmSuaCasa.
Além de encurtar as distâncias, a iniciativa quer "dar a conhecer melhor a casa da ópera em Portugal, a sua Orquestra, o seu Coro, todos os seus profissionais através de histórias e de momentos inesquecíveis", palavras de Conceição Amaral, presidente do conselho de administração do OPART. Para já, quer no *site*, quer nas páginas de Facebook e Instagram do teatro, é possível assistir a um *podcast* de meia hora com as histórias contadas por Jorge Rodrigues (de segunda a sexta-feira, sempre às 13h) e à rubrica *Eu, Músico*, que põe os músicos da casa na linha da frente, a interpretar excertos de obras. Está também prevista a partilha periódica de arquivos digitais, já acessíveis noutras plataformas, como os arquivos da RTP ou Memórias da Ópera. **C.A.M.**

Música

O tempo, esse grande escultor

O V Ciclo de Concertos de Coimbra tinha lugar marcado em vários espaços da cidade de Coimbra, no fim-de-semana que passou. Por força das circunstâncias, o programa promovido pela Associação CulturXis foi obrigado a reinventar-se, apresentado-se agora como Ciclo de Concertos em Casa. O tema mantém-se: "O tempo, esse grande escultor" vai beber inspiração a um conjunto de ensaios de Marguerite Yourcenar, sobre a "erosão regeneradora e (re)criativa do tempo". Depois da abertura com Adriano Jordão e António Capelo, o palco passa pelas casas de Bárbara Freitas e Luís Arede (terça), Maja Stojanovska (quarta), Luís Duarte (quinta), Titus Isfan (sexta), António Silva e Tiago Nunes (sábado) e, no encerramento, Vasco Dantas Rocha (domingo). Os concertos estão marcados para as 21h (durante a semana) e as 18h (fim-de-semana), nas redes sociais. **C.A.M.**

Literatura

Bode Inspiratório

O projecto *Bode Inspiratório* propõe-se lançar, todos os dias, um capítulo de um "folhetim à antiga", em que participam mais de 40 escritores em isolamento. Ana Margarida Carvalho lançou o desafio: "Um começa e o outro tem de continuar, lendo os anteriores, mas mais apegado ao que o precede. A ideia é cada um ter 24 horas para escrever o capítulo e sair um por dia." No Facebook do projecto já estão disponíveis os primeiros três capítulos, assinados respectivamente por Mário de Carvalho, Inês Pedrosa e Ana Cristina Silva. Até ao final de Abril, serão publicadas as contribuições de nomes como Afonso Cruz, Ana Cristina Silva, Isabela Figueiredo, Valério Romão, Luís Miguel Rainha, Afonso Reis Cabral, Patrícia Reis, Helena Vasconcelos ou Luísa Costa Gomes. Além do folhetim, foi também lançado um desafio a artistas plásticos para mostrar, na mesma página, as obras que estão a criar durante o isolamento.

JOGOS

CRUZADAS 10.926

Horizontais: 1. Auge, clímax. Substância branca e compacta que constitui na sua maior espessura os dentes dos mamíferos. **2.** Perverso. Leve. **3.** Suspiro. Inferior. Voz do gato. **4.** Vassourar o forno, depois de aquecido. Elogio. **5.** Chapéu pequeno e ridículo (popular). Divindade dos Assírios e Fenícios. **6.** Vez. Espécie de tacho de cortiça, com tampa, onde os pastores do Alentejo levam os alimentos. **7.** Orçamento do Estado. Conjunto das pétalas de uma flor. **8.** Característico. Presidente da República (abrev.). **9.** Incapaz, imbecil. Desengraçado. **10.** Comissão Europeia. Caminhava para lá. Conjunto de porcos. **11.** Não obstante. Pouco frequente.

Verticais: 1. Gostar muito. Disparate. **2.** Tipo de canoa que pode ser utilizado para puro divertimento ou para competição. Também não. **3.** Filho de burro e égua ou de cavalo e burra. Euro (abrev.). A ti. **4.** Início. **5.** Rio chinês muito visitado por turistas. Admitir numa corporação com dispensa das formalidades da praxe. **6.** Parte interna e macia do pão. Curso natural de água. **7.** Terra cultivada ou arável. Transtorno Obsessivo-Compulsivo. **8.** Prefixo (repetição). Tornar ou tornar-se balofo. **9.** Termo. Altar. Época. **10.** Dar as cores do arco-íris a. Queixar-se (gíria). **11.** Reduzo a pó. Engano propositado contra alguém.

Depois do problema resolvido encontre o provérbio nele inscrito (4 palavras).

Solução do problema anterior:
Horizontais: 1. Grei. Tromba. **2.** AINDA. Afiar. **3.** Macadame. Er. **4.** Ode. Arenato. **5.** Era. Fiscal. **6.** Amparar. **7.** Atroada. EU. **8.** Re. Lia. Edil. 9. Drago. Crivo. **10.** Erra. Amotar. **11.** Aorta. Soro.
Verticais: 1. Gamo. Tarde. **2.** Riade. Terra. **3.** Encerrar. Aro. **4.** Ida. Amolgar. **5.** Ada. Paio. **6.** Arfada. Aa. **7.** Rameira. Cm. **8.** Ofensa. Eros. **9.** Mi. ACREDITO. **10.** Baeta. Uivar. **11.** Arrolo. Loro.
Título do Filme: *Eu Ainda Acredito.*

BRIDGE

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠K8
♥A753
♦AJ842
♣106

OESTE
♠954
♥K1082
♦K10763
♣J

ESTE
♠72
♥Q94
♦Q5
♣AQ9853

SUL
♠AQJ1063
♥J6
♦9
♣K742

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♠
passo	2♦	passo	2♠
passo	4♠	Todos passam	

Leilão: Equipas ou partida livre.

Carteio: Saída: J♣. A primeira vaza é capturada pelo Ás de Este que prossegue com a Dama de paus. Qual a melhor forma de jogar este jogo?

Solução: Seria astuto procurar garantir esta partida, usando toda a sua técnica.
Para já existem oito vazas à cabeça, e a nona é expectável que venha a ser feita com o Rei de paus. Portanto, falta apenas uma vaza para cumprir.
Quando Este fez o Ás de paus e voltou, sem pestanejar, a Dama de paus parece que existe uma boa possibilidade de vir a fazer uma vaza a mais se fizer esta vaza com o Rei e se conseguir cortar os dois paus que restam, no morto. Haverá algum perigo?
Se o Valete de paus de Oeste for um singleton, ele cortará o Rei de paus e de seguida poderá prevenir o uso de cortes jogando trunfo. O que fazer então?
Note que a saída ao Valete normalmente promete o 10, mas o 10 está no morto e sair a um doubleton de figura não é apelativo, por isso devemos assumir que o Valete é um singleton. Mas, desde que o Rei de paus não seja cortado então já só precisaremos de um corte no morto para vir a atingir as dez vazas. E a forma de o garantir é jogando o 4 de paus nesta vaza!
Mesmo que Este jogue uma terceira volta de paus, pode jogar novamente uma pequena da sua mão, ou seja, o 7 de paus e cortar essa vaza no morto. Nessa altura pode destrunfar e apresentar o Rei de paus. Se em vez de um terceiro pau, Este optar por jogar trunfo, deixe correr e faça a vaza no morto. Venha à sua mão através de um corte a ouros e corte o 7 de paus com o trunfo que resta no morto. Resta regressar à sua noutro corte a ouros para acabar de destrunfar e encaixar o Rei de paus.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♥	passo	2♥
passo	2ST	passo	?

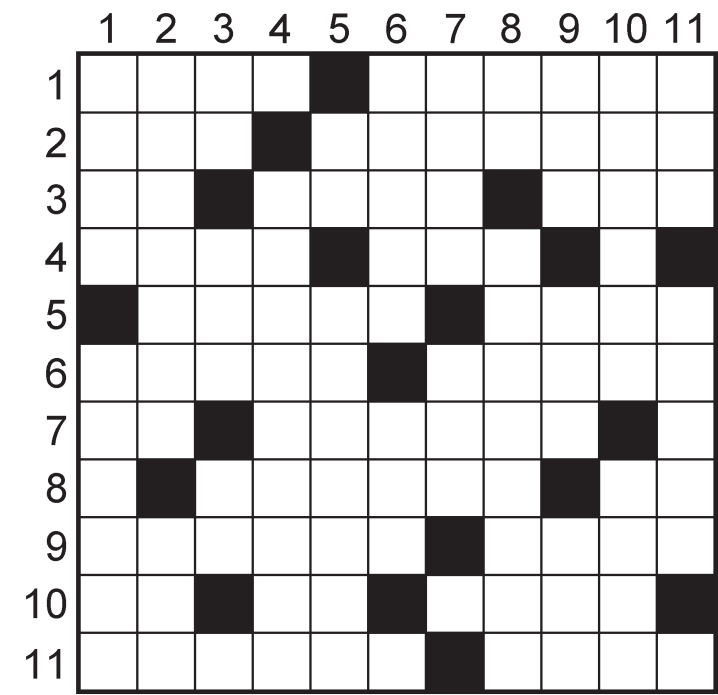
O seu parceiro fez uma tentativa de partida (trial bid), ao prometer uma mão balançada forte e sem necessitar de uma ajuda específica. Como responderia com a seguinte mão?

♠K98 ♥1094 ♦K5 ♣Q9752

Resposta: Marque três sem trunfo.
Novamente, tem um máximo e por isso deve aceitar o convite. Tem uma mão balançada com apenas três cartas de apoio e todos os valores nos naipes exteriores ao de copas. Mas, não é necessariamente o fim do leilão, o parceiro pode decidir se prefere quatro copas.

João Fanha/Pedro Morbey
(bridgepublico@gmail.com)

SUDOKU

Problema 9626
Dificuldade: Fácil

	2	4		5			8	
1				4		7		6
	6							1
			1	8	6			
9	8		3		4		1	5
			5	9	7			
2							4	
8		5		7				9
	9			6		5	7	

Solução do problema 9624

5	2	6	9	7	1	8	3	4
7	9	1	3	4	8	2	6	5
4	8	3	2	6	5	9	7	1
1	6	2	8	3	7	5	4	9
9	3	4	5	2	6	7	1	8
8	7	5	1	9	4	6	2	3
3	4	7	6	8	9	1	5	2
6	5	9	4	1	2	3	8	7
2	1	8	7	5	3	4	9	6

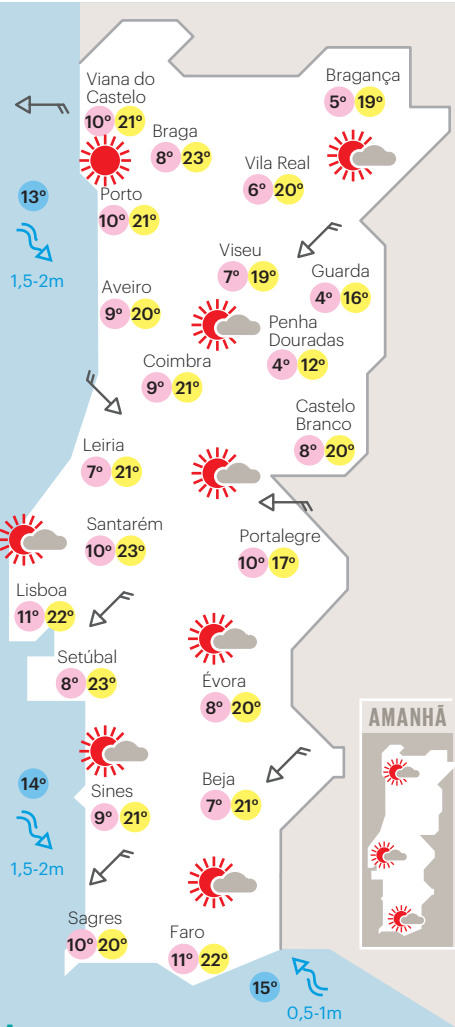
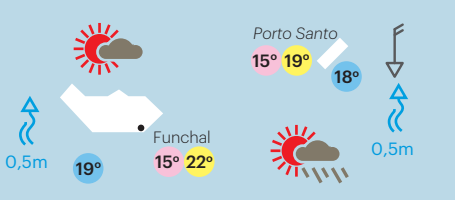
Problema 9627
Dificuldade: Médio

		1			2		6	
5			9					
				3				7
6				2			4	
		9	8		7	5		
	2			9				8
3				6				
					5			4
	8		3			1		

Solução do problema 9625

9	4	6	3	8	1	7	2	5
1	2	8	4	5	7	9	6	3
5	7	3	2	6	9	4	8	1
6	3	5	7	9	2	8	1	4
2	9	1	6	4	8	3	5	7
7	8	4	1	3	5	6	9	2
4	6	9	5	1	3	2	7	8
3	1	7	8	2	6	5	4	9
8	5	2	9	7	4	1	3	6

© Alastair Chisholm 2008 and www.indigopuzzles.com

TEMPO PARA HOJE

Sol
Nascente 06h34
Poente 18h52

Lua Quarto crescente
01 Abr. 11h21

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	15h17 ▲ 3,3 03h29* ▲ 3,4	14h52 ▲ 3,3 03h04* ▲ 3,4	14h54 ▲ 3,2 03h10* ▲ 3,3
Baixa-mar	09h07 ▼ 0,6 21h17 ▼ 0,7	08h41 ▼ 0,8 20h50 ▼ 0,8	08h36 ▼ 0,7 20h44 ▼ 0,7

Fonte: www.AccuWeather.com

*de amanhã

De miúdo a graúdo.

Tudo sobre como crescem os Portugueses.

Dia 27 de Março, por apenas 1€, descubra como Portugal tem uma história de sucesso na saúde infantil, situando-se no top 5 dos países europeus, entre muitos outros temas sobre o crescimento dos portugueses. O PÚBLICO associa-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos numa colecção de 10 volumes, sobre os portugueses e os seus hábitos, onde são analisados todos os dados em pormenor por diversos autores nacionais de forma simples e muito interessante.

Pretende receber o seu livro em casa?
Encomende online em loja.publico.pt, ou através de coleccoes@publico.pt e 808 200 095/ 210 111 020

Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência? Ligue para 808 200 095/ 210 1 11 020

+1€
SEXTA, 27 MARÇO
COM O PÚBLICO

MARIA DO CÉU MACHADO
como crescem os portugueses
infância, adolescência

FIFA reclama "um passo atrás" que antecipa choque com UEFA

Gianni Infantino apela a sacrifícios no calendário para que provas como o Mundial de clubes possam gerar os dividendos que alimentam a indústria. E deixa um alerta: "O futebol arrisca-se a entrar em recessão"

Futebol
Nuno Sousa

No futebol como na vida, não há almoços grátis. O recente adiamento do Campeonato da Europa para 2021 foi, em parte, alcançado graças à flexibilidade da FIFA, que aceitou protelar também o Mundial de clubes para o final desse ano, mas o organismo que é liderado por Gianni Infantino espera agora alguma reciprocidade. "Estou certo de que todos estarão dispostos a dar um passo atrás, como nós demos", afirmou, em entrevista ao jornal italiano *La Gazzetta dello Sport*.

O recado, em larga margem, é dirigido à UEFA, que torceu várias vezes o nariz ao novo formato do Campeonato do Mundo de clubes (a partir do próximo ano, com 24 equipas) e cujo calendário actual depende muito, do ponto de vista financeiro, do sucesso da Liga dos Campeões. Infantino, de resto, aproveitou o momento para puxar dos galões e dar conta da transversalidade dos efeitos da actividade da FIFA.

"Só nós fazemos solidariedade mundial", sublinha. "O Campeonato do Mundo e o Mundial de clubes são as únicas fontes de receitas para a maioria das federações. Sem estes torneios, em muitos países não existiriam campeonatos, nem formação, nem futebol feminino, nem relvados. Adiar o Mundial de clubes provoca perdas de largos milhões à FIFA e a todas as federações."

Infantino não quantifica, especialmente porque há ainda poucas certezas quanto ao real envelope financeiro que advirá da realização do novo Mundial, já em formato alargado. O que é seguro afirmar, por esta altura, é que as projecções milionárias do presidente da FIFA estão (ainda) longe de se concretizarem.

Isto porque, como adiantou o *Financial Times* no início do mês, as negociações com os japoneses do SoftBank para uma injecção 25 mil milhões de dólares na prova, a prazo, não terão chegado a bom porto. Posteriormente, o organismo que rege o futebol mundial terá iniciado contactos com o grupo CVC Capital Partners, mas a parceria também não avançou, obrigando, segundo o jornal, Infantino a oferecer mais garantias e a dar uma espécie de carta verde a futuros investidores para procederem a eventuais alterações em posteriores edições do torneio.

Ora, este cenário não terá agradado a algumas confederações, com a UEFA à cabeça, pelo que se impõe alguma diplomacia extra para reajustar os calendários competitivos na totalidade. "Falaremos com todos, confederações, federações, Ligas, clubes, jogadores", assegura Infantino, antes de deixar um alerta: "O futebol arrisca-se a entrar em recessão. Temos de fazer uma avaliação do impacto global da crise."

Nesta perspectiva, inflacionar as receitas de uma prova que, até à data, só tem conhecido real interesse competitivo na final (e nem sempre) e que em 2018 rendeu 36,8 milhões de dólares (em 2015 tinha-se ficado pelos 20,5 milhões) é uma prioridade para os dirigentes da FIFA, que ao mesmo tempo que aumentam a carga de jogos no torneio reclamam um abrandamento noutras frentes.

"Não sabemos quando regressaremos à normalidade, mas temos de olhar para as oportunidades que se nos oferecem. Talvez possamos reformar o futebol mundial dando um passo atrás. Com formatos distintos, menos torneios, mas mais interessantes. Talvez com menos equipas, mas mais equilibrados. Menos jogos para proteger a saúde dos jogadores, mas mais competitivos. Isto não é ficção, falemos... Quantifiquemos os danos, vejamos como supri-los, façamos sacrifícios e recomecemos."

Entre o rol de sacrifícios encontram-se os campeonatos nacionais e as provas europeias de clubes das épocas 2020-21 e 2021-22. Até porque o agora Euro 2021, em formato descentralizado, ocupará justamente os meses que estavam destinados a um Mundial de clubes que havia sido prometido aos patrocinadores como produto *premium*, para se vender no *prime time* da temporada.

nsousa@publico.pt

ARND WIEGMANN/REUTERS

Infantino envia agora a bola para o lado da UEFA e demais confederações para ajuste dos calendários

Finais europeias adiadas sem data prevista

Futebol
Diogo Cardoso Oliveira

A final da Champions estava marcada para dia 30 de Maio, em Istambul, e a da Liga Europa para três dias antes, em Gdansk

Já era esperado e só faltava o anúncio oficial. A UEFA confirmou, ontem à tarde, o adiamento das finais da Liga dos Campeões e da Liga Europa, que estavam agendadas para o final do mês de Maio.

Com a indefinição acerca do regresso das competições desportivas, fruto do surto de covid-19, o organismo desistiu das datas agendadas inicialmente, mas sem apontar, por enquanto, uma alternativa.

A final da Champions feminina estava marcada para dia 24 de Maio, em Viena, a masculina para 30 de Maio, em Istambul, e a da Liga Europa para três dias antes, em Gdansk.

"Nenhuma decisão ainda foi tomada no que toca a novas datas. O grupo de trabalho criado na semana passada como resultado da teleconferência entre as partes interessadas do futebol europeu, presidido pelo presidente da UEFA, Aleksander Ceferin, irá averiguar as opções disponíveis. O grupo já iniciou a sua análise ao calendário e o anúncio será feito atempadamente", esclareceu a UEFA, no *site* oficial.

Este adiamento surge com naturalidade, já que não existe qualquer pista sobre o regresso das competições europeias de futebol. Na Champions, de resto, faltam ainda completar quatro jogos dos oitavos-de-final – com vários portugueses envolvidos –, bem como todas as partidas dos "quartos" e das "meias". Seria, portanto, uma missão hercúlea ainda encaixar a final de Istambul na data planeada.

Pior está a Liga Europa, cuja ronda dos "oitavos", já sem equipas nacionais, ainda nem fechou os jogos da primeira mão. E a viagem a Gdansk é, para já, uma incógnita.

Estes adiamentos surgem poucos dias depois de a UEFA decidir mover o Euro 2020 para 2021, as rondas finais da Youth League e a *final four* da Champions de futsal.

diogo.oliveira@publico.pt

Wolfsburgo aumentou distância entre atletas e esterilizou o espaço

Na Alemanha há quem tente fintar a pandemia

Futebol
Augusto Bernardino

Seguindo o exemplo reprimido do RB Leipzig, também Wolfsburgo e Augsburgo forçaram o regresso aos treinos

Cerca de 72 horas depois de o virólogo alemão Jonas Schmidt-Chanasit ter estimado que a Bundesliga não deverá concluir a época 2019-20 (suspensa desde 13 de Março), contrariando as expectativas de a competição poder ser retomada a 3 de Abril, o Wolfsburgo, sétimo classificado do principal campeonato germânico e adversário do Shakhtar Donetsk, de Luís Castro, na Liga Europa, voltou ontem de manhã aos treinos.

O RB Leipzig, terceiro da tabela, a cinco pontos do líder Bayern Munique, e adversário do Tottenham na Champions, já tinha feito o mesmo na passada sexta-feira, motivando a pronta intervenção das autoridades da Saxónia (região com cerca de quatro milhões de habitantes, "vizinha" da Polónia), que proibiram a equipa de Julian Nagelsmann de repetir a façanha, quando a Alemanha – terceiro país europeu com mais casos confirmados de covid-19 – regista já 28.865 infectados (3992 nas últimas 24 horas) e 118 mortes.

A Renânia do Norte-Vestefália (Dortmund, Dusselforf, Leverkusen e Colónia), na fronteira com Bélgica e Países Baixos, é a região mais afectada. Ainda assim, à tarde foi a vez de o Augsburgo se apresentar ao trabalho, ainda que sob fortes restrições.

Última entre os principais campeonatos de futebol europeus a render-se à pandemia, a Bundesliga está fortemente pressionada para concluir a liga, mesmo que exclusivamente à porta fechada, como forma de garantir as receitas televisivas e assim evitar a insolvência de alguns clubes.

A 24 horas do esperado anúncio da Liga Alemã (DFL), que inevitavelmente deverá protelar o recomeço da competição até final de Abril, o Wolfsburgo, conforme programado, avançou para o terreno, salvaguardando algumas situações sanitárias e impondo medidas especiais no que diz respeito ao contacto entre os profissionais. Em grupos reduzidos, a equipa evoluiu no interior do estádio, alternadamente, sob o comando de Oliver Glasner, utilizando exclusivamente as instalações da academia, conforme estipulado pelo clube, depois de o director-geral, Jorg Schmadtke, ter justificado a decisão com o recomeço do campeonato – deslocação a Leverkusen –, já no dia 4 de Abril.

O Wolfsburgo enfatizou, de resto, o facto de as instalações permitirem que os jogadores se treinem com uma distância de segurança entre eles, tendo o plantel sido dividido em quatro grupos, distribuídos por quatro balneários esterilizados.

Em Portugal, a Comissão Permanente de Calendários concluiu ontem que ainda não é possível propor qualquer data para o regresso das competições, reforçando a recomendação de suspensão dos treinos em grupo.

augusto.bernardino@publico.pt

Porque é que os atletas estão mais preparados para enfrentar esta crise

Opinião
Jorge Silvério

Nós, humanos, e legitimamente, não gostamos de alterações na nossa vida e os tempos que vivemos estão a obrigar-nos a uma série de mudanças que são essenciais para a sobrevivência da nossa espécie.

Uma crise mundial, como a que estamos a viver, acarreta uma grande incerteza desde logo em relação à nossa sobrevivência e daqueles que nos são próximos. Sempre que há incerteza, há ansiedade, que, neste caso, se junta à falta de controlo. Tudo isto cria as condições ideais para que ocorram sintomas físicos e psicológicos de ansiedade, que todos nós já experienciámos numa ou noutra altura das nossas vidas, só que aqui exponenciados ainda mais pela generalização da situação e por estar em causa a vida humana, tal como a conhecemos.

Agora, imagine-se a acrescer a isto mais uma série de obstáculos que os atletas com quem trabalho estão a enfrentar: muitos não sabem quando poderão voltar a exercer a sua profissão, sendo que alguns deles até acabam contrato brevemente e vêem-se impossibilitados de lutar por melhorarem as suas condições de vida e dos seus; outros pertencem à pequena minoria que já está qualificada para os Jogos Olímpicos (34 até agora) e neste momento nem sabem se estes irão mesmo ocorrer e quando. Outros, ainda, estão na luta para confirmarem ou obterem as marcas de qualificação que lhes possam dar o tão almejado passaporte pelo qual lutaram toda a carreira, mas mais intensamente ao longo dos últimos quatro anos.

> **Ultrapassar obstáculos e viver com incertezas é aquilo a que os atletas estão habituados na sua prática desportiva diária, juntamente com o trabalho árduo, o sacrifício e a tenacidade**

Para estes, com todos os cancelamentos de provas que têm surgido (e bem, pois a saúde de todos nós tem que estar acima de tudo), acresce ainda a incerteza de como irá ser daqui para a frente o processo de qualificação.

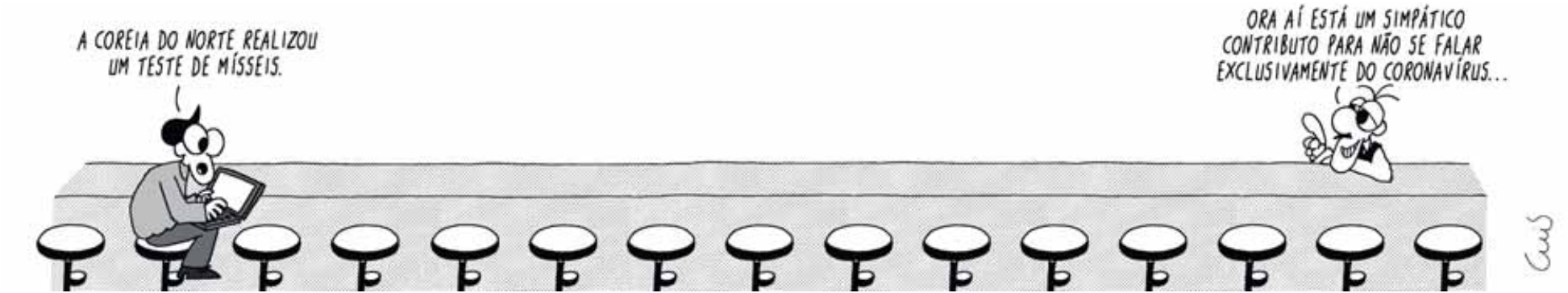
Como referiu o Presidente John Kennedy, a palavra crise, quando escrita em chinês, é representada por dois caracteres, um representando perigo e o outro oportunidade, e é nesta que temos que nos focar.

Pela minha experiência de quase 30 anos a trabalhar com atletas, a que acresce tudo o que tenho estudado e investigado nesta área, os atletas têm uma vantagem sobre os não-atletas, pois ultrapassar obstáculos e viver com incertezas é aquilo a que estão habituados na sua prática desportiva diária, juntamente com o trabalho árduo, o sacrifício e a tenacidade.

Outro valor a que estão habituados, e que nestas horas de crise pode fazer toda a diferença, é o de sobrepor os valores colectivos aos individuais e é isso que todos temos de fazer, ao FICAR EM CASA!!!

É nestas alturas que me lembro, já com saudades que brevemente serão mitigadas quando ultrapassarmos este obstáculo, do *slogan* que temos na Selecção Nacional de Futsal, Campeã da Europa: "Todos juntos, Portugal, Portugal, Portugal!!!"

Psicólogo do Desporto

BARTOON LUÍS AFONSO

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Não precisamos de poesia, mas de acções concretas

João Miguel Tavares

Não tenho nada contra Manuel Alegre ou José Jorge Letria dedicarem a sua quarentena à poesia, tendo a covid-19 como musa. Cada um entretém-se como pode. Mas neste momento aquilo de que o país mais precisa não é de metáforas. Nos últimos dias vejo telejornais a ocuparem espaço com declamações, e não vejo aquilo que mais gostava de ver: empresas nacionais a abandonarem a sua produção habitual para começarem a fazer máscaras, luvas e desinfectantes; o aumento da capacidade hospitalar, com a adaptação de grandes espaços para enfrentar o inevitável escalar de casos; o crescimento diário do número de pessoas testadas (de sábado para domingo o número de testes caiu, e ainda não percebi porquê); a chegada de equipamento de protecção em quantidade e qualidade aos profissionais de saúde que estão na primeira linha do combate ao vírus; a convocação dos melhores cientistas, epidemiologistas ou economistas para nos explicarem o que está a acontecer, o que podemos esperar e de que forma se está a preparar o futuro, para dar algum sentido a esta suspensão do tempo.

Se não ando a ver imagens disto nas televisões na quantidade que gostaria, a culpa não é dos meios de comunicação social – a culpa é mesmo do Governo. Porque, das duas, uma: ou o Governo não está a fazer nada disto (o que não é possível, porque todos os membros do Conselho de Ministros têm certamente a consciência de que este é o maior desafio político das suas vidas) ou o Governo esqueceu-se de instalar, ao lado do gabinete de crise, um gabinete de comunicação eficaz da crise, porque tão essencial quanto tomar boas medidas é comunicá-las de forma competente. Já que há tanta gente por aí a apreciar o uso da palavra "guerra" neste contexto, então está também na altura de convocar a palavra "propaganda" – não no sentido rasteiro do termo, de falso embelezamento da acção governativa, mas no seu sentido original, mais nobre e menos pejorativo, de dar a ver aos portugueses aquilo que de positivo está a ser feito à nossa volta, de forma a estimular a coesão nacional face a uma epidemia que necessita de toda a nossa força física e mental.

RUI GAUDÊNCIO

Não estando os afectos de Marcelo disponíveis, precisamos de uma comunicação diferente para tempos de crise, tal como precisamos de mais ventiladores

Nós, portugueses, precisamos de escrutínio governativo, como sempre, mas também de algum conforto noticioso. Este conforto é alcançado mostrando o que está a ser feito: o que estamos a criar (uma nova *app*, um novo procedimento, uma nova iniciativa social); o material que estamos a adquirir; o heroísmo de tanta gente que mantém o país a funcionar. Todos estamos carentes de ver movimento, para não sermos engolidos pelo sentimento de paralisia. E, para isso, precisamos de telejornais que nos mostrem o esforço português a uma escala industrial e conferências de imprensa parecidas com aquelas que Andrew Cuomo, governador de Nova Iorque, dá todos os dias. É assim que se alimenta uma luta patriótica, capaz de nos transmitir a sensação de que estamos "espiritualmente ligados" ainda que "socialmente distantes", como Cuomo dizia há dias.

Este tipo de ligação não se consegue com frieza e distanciamento. E não estando os afectos de Marcelo fisicamente disponíveis, precisamos de uma comunicação diferente para tempos de crise, tal como precisamos de mais ventiladores. Os doentes nos hospitais necessitam de oxigénio; os portugueses nas suas casas necessitam de ver acções muito concretas – porque são elas que se transformam na crença de que isto está realmente a valer a pena e de que estamos todos a caminhar na direcção certa.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria clássica   6 3 8 4 4 **1.º Prémio** 600.000€

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Fevereiro **29.052 exemplares Membro da APCT**

VISAPRESS © Direitos de Autor Protegidos

10926
5 601073 016032

PUBLICIDADE

30P

Sempre ligados à notícia

ATAQUE ÀS TORRES GÉMEAS
11 DE SETEMBRO 2001

Assine a partir de 60€ por ano

Campanha do 30.º aniversário válida até 31 de Março apenas para novos assinantes

ASSINE AQUI: publico.pt/assinaturas/30aniversario
OU CONTACTE-NOS: assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS: 9H ÀS 18H)